

Programa de Levantamento do

# **PATRIMÔNIO IMATERIAL**

dezembro de 2013

**LINHA DE TRANSMISSÃO 500 KV MARIMBONDO  
II - ASSIS, LOCALIZADA NO CORREDOR ENTRE OS  
MUNICÍPIOS DE FRONTEIRAS/MG E ASSIS/SP.**

## 1. Sumário

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....   | 4  |
| 1.1. EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL.....   | 6  |
| 1.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA.....   | 6  |
| 1.3. METODOLOGIA.....  | 7  |
| 2. LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL.....   | 12 |
| 2.1. EXPLANAÇÃO DA ORIGEM DOS ASPECTOS GERAIS DO DIAGNÓSTICO CULTURAL DOS MUNICÍPIOS LEVANTADOS..... | 13 |
| 2.2. BREVE EXPLANAÇÃO DE CONCEITOS E INSTRUMENTOS LEGAIS.....  | 22 |
| 2.3. PRINCIPAIS MOMENTOS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....                                   | 25 |
| 2.3.1. A GÊNESE DO TERRITÓRIO PAULISTA.....  | 26 |
| 2.3.2. A GÊNESE DA REGIÃO DE MINAS GERAIS.....   | 35 |
| 2.3.2.1. Ocupação e formação da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.....               | 36 |
| 2.4. HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS LEVANTADOS NO EMPREENDIMENTO.....                                      | 39 |
| 2.4.1. HISTÓRICO DE ASSIS.....   | 39 |
| 2.4.2. HISTÓRICO DE AVANHANDAVA.....   | 47 |
| 2.4.3. HISTÓRICO DE BÁLSAMO.....   | 51 |
| 2.4.4. HISTÓRICO DE BARBOSA.....   | 56 |
| 2.4.5. Patrimônio Imaterial de Barbosa.....  | 57 |
| 2.4.6. HISTÓRICO DE ECHAPORÃ.....  | 61 |
| 2.4.7. HISTÓRICO DE GETULINA.....  | 67 |
| 2.4.8. HISTÓRICO DE ICÉM.....  | 73 |
| 2.4.9. HISTÓRICO DE IPIGUÁ.....  | 80 |
| 2.4.10. Patrimônio Imaterial de Ipiгуá.....  | 82 |
| 2.4.11. HISTÓRICO DE JACI.....   | 84 |
| 2.4.12. HISTÓRICO DE JOSÉ BONIFÁCIO.....   | 90 |
| 2.4.13. HISTÓRICO DE LUTÉCIA.....  | 94 |
| 2.4.14. Patrimônio Imaterial de Lutécia.....   | 96 |

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 2.4.15. | HISTÓRICO DE MARÍLIA .....                   | 98  |
| 2.4.16. | HISTÓRICO DE MIRASSOL.....                   | 108 |
| 2.4.17. | HISTÓRICO DE MIRASSOLÂNDIA .....             | 114 |
| 2.4.18. | HISTÓRICO DE NEVES PAULISTA.....             | 117 |
| 2.4.19. | Patrimônio Imaterial de Neves Paulista ..... | 118 |
| 2.4.20. | HISTÓRICO DE NOVA GRANADA .....              | 120 |
| 2.4.21. | Patrimônio Imaterial de Nova Granada.....    | 122 |
| 2.4.22. | HISTÓRICO DE ORIENTE.....                    | 126 |
| 2.4.23. | HISTÓRICO DE OSCAR BRESSANE.....             | 129 |
| 2.4.24. | HISTÓRICO DE PLATINA.....                    | 137 |
| 2.4.25. | HISTÓRICO DE POMPÉIA.....                    | 141 |
| 2.4.26. | HISTÓRICO DE PROMISSÃO.....                  | 147 |
| 3.      | RESULTADOS E CONCLUSÃO .....                 | 161 |
| 4.      | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....              | 166 |

# 1. INTRODUÇÃO

A relação intrínseca e indissociável entre o meio ambiente e o patrimônio cultural passou a ser tema de discussão e de medidas legais, demonstrando o avanço ocorrido no Brasil desde a década de 1970. (Instrumentos legais relacionados à cultura estão expostos no item 4.1).

Após a promulgação da Constituição de 1988, permitiu que diferentes grupos sociais recebessem respaldo, considerando a diversidade cultural brasileira.

A nova legislação ampliou olhares para além das “culturas” das elites, passando a considerar as referências culturais dos marginalizados até então. Ao consentir as manifestações de diferentes práticas culturais, novas referências foram evidenciadas, passando a ter o seu devido reconhecimento, indo além das questões materiais, mas considerando sentidos e valores atribuídos aos bens e práticas sociais por eles associados.

Proteger referências culturais requer conhecimento, e para tanto é necessária informação, podendo assim ser alcançado o objetivo de sua preservação.

Diante desse novo cenário em relação à importância dada às questões culturais, estudiosos no assunto compartilham com a afirmação que os bens culturais estão interligados na conceituação de bem ambiental e acrescentam que, sua proteção e respaldo vão além da legislação especificamente voltada ao patrimônio cultural, mas é abarcada também à legislação ambiental (GIMENEZ, 2011; SOARES, 2009).

Soares reforça a questão com considerações de Conte:

“O mecanismo para a efetivação do pleno exercício dos direitos culturais consubstanciado na proteção do patrimônio cultural brasileiro interliga os direitos culturais ao direito do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Isso porque a proteção do patrimônio cultural, além de ser pressuposto para a efetivação do acesso às fontes de cultura e da difusão e das manifestações culturais, é fundamental para a existência de um meio ambiente equilibrado, essencial à saída qualidade de vida.” (CONTE Apud Soares, 2009).

Em concordância com estudos elaborados, o proposto diagnóstico não objetivou apenas a obtenção de licença ambiental, mas também a contribuição da divulgação dos dados coletados para a comunidade, servindo para a estimulação de novas leituras, e interpretações do contexto histórico cultural dos municípios analisados, trazendo como consequência o reconhecimento de suas práticas culturais e estimulando sua continuidade.

Preservar o meio ambiente e as referências culturais passa a ser direito à cidadania, e as ações para tanto só serão possíveis com sua identificação.

## 1.1. EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

A seguir, apresenta-se a equipe responsável pela elaboração deste estudo.

| PROFISSIONAL                           | FORMAÇÃO/REGISTRO<br>PROFISSIONAL   | ATUAÇÃO  |
|--|---|--|
| <b>COORDENAÇÃO GERAL</b>               |   |  |
| Felipe Mourão Lavorato da Rocha        | Geógrafo, Esp. em Tecnologia Ambiental (UFMG), CREA 14788/D – DF<br>CTF: 2075146 / CTDAM: 3048      | Coordenador Geral do Estudo de Impacto Ambiental |
| José Augusto de Albuquerque Lopes      | Engenheiro Ambiental, Esp. em Geoprocessamento, (UNB); CREA 14627/D-DF<br>CTF: 1996510/ CTDAM: 4071 | Coordenador Adjunto                              |
| <b>PATRIMONIO HISTÓRICO E CULTURAL</b> |   |  |
| Susan Valtuille de Castro Guimarães    | Licenciada em História, Esp. em História Cultural - UFG   | Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural   |

## 1.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

O empreendimento da Linha de Transmissão - LT 500 KV Marimbondo II - Assis será implantado em uma área que se estende entre o município de Fronteira, Estado de Minas Gerais, e o município de Assis, Estado de São Paulo (figura 1). Possui extensão de 300 km e compreende para levantamento do Patrimônio Imaterial os municípios: Fronteira (MG), e os municípios do Estado de São Paulo: Assis, Avanhandava, Bálamo, Barbosa, Echaporã, Getulina, Icém, Ipiguá, Jaci, José Bonifácio, Lutécia, Marília, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Nova Granada, Oriente, Oscar Bressane, Platina, Pompéia e Promissão.

A área de instalação da futura subestação de Marimbondo II está posicionada geograficamente na latitude 20° 15' 09"S e longitude 49° 13' 47"W, correspondendo no Sistema UTM Datum SIRGAS 2000, Meridiano Central 51° W. Gr. e coordenadas planas N= 7.759.568 e E= 684.892, em zona rural. Esta área está próxima da torre de nº 18 da LT 500 KV – Marimbondo / São Simão.

A Subestação de Assis se encontra posicionada na latitude 22° 40' 35"S e longitude 50° 20' 35" W, correspondendo no Sistema UTM Datum SIRGAS 2000, Meridiano Central 51° W. Gr., e coordenadas planas N= 7.492.230 e E= 567.498, estando distante, aproximadamente, 6,5 km da cidade de Assis.

A figura 1 mostra a localização da LT 500 KV Marimbondo - Assis, bem como os acessos acima descritos.

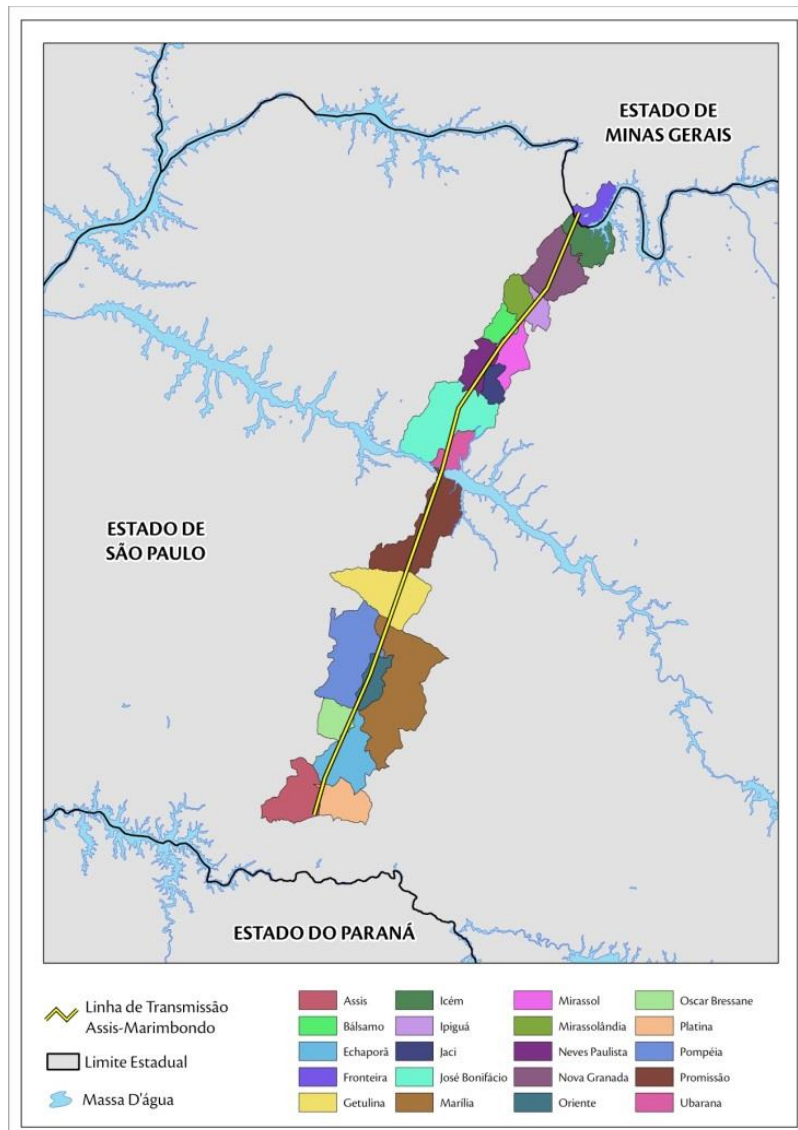


Figura 1: Mapa de localização do empreendimento em relação aos limites municipais

### 1.3.METODOLOGIA

Este diagnóstico trata do estágio atual do patrimônio imaterial das áreas do empreendimento LINHA DE TRANSMISSÃO (LT) do “Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 KV Marimbondo II – Assis, Localizada no Corredor Entre os Municípios de Fronteira/MG e Assis/SP”.

O diagnóstico do Patrimônio Imaterial das áreas de influência do empreendimento objetiva apresentar a região onde deverá ser inserida a futura LT 500 KV Marimbondo II - Assis e subsidiar a análise de impactos que poderão decorrer a partir de sua implantação.

Esta etapa se refere à atividade de campo nas quais serão realizados os processos de identificação das manifestações culturais materiais e imateriais na AID do referido empreendimento.

A concepção metodológica aqui utilizada vincula-se à legislação ambiental em vigor, com destaque para a Resolução CONAMA 001 / 1986, assim como a portarias do IPHAN e CNA, em que orientam e dão diretrizes para a elaboração do trabalho proposto, com intuito de buscar um caminho para o levantamento e sistematização de informações coletadas tanto nas fontes primárias como nas secundárias.

O escopo temático abrange aspectos relativos às tradições e manifestações populares, tanto na materialidade quanto na imaterialidade, sendo identificados os produtores e os consumidores nas tradições e manifestações culturais populares.

Os dados primários presentes nessa etapa da pesquisa são resultantes de levantamentos de campo, quando na coleta de dados aplicaram-se técnicas específicas, tais como: entrevistas; observações diretas e indiretas; registros fotográficos.

As entrevistas com os produtores e consumidores culturais envolvidos nessas atividades de campo se desenvolveram informalmente e - quando permitido - gravadas. As gravações foram analisadas e selecionadas, para posterior transcrição. Os integrantes das manifestações culturais foram localizados após o contato com as Secretarias de Educação e Cultura dos municípios, algumas paróquias, projetos sociais, bibliotecas e escolas, e ainda informações obtidas por moradores, onde foram apresentados os objetivos da pesquisa e importância da preservação cultural do município, começando pela conservação dos documentos escritos e audiovisuais. Alguns foram entrevistados na rua, no comércio, ou em suas residências.

As fontes secundárias foram obtidas nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos responsáveis pela consolidação dos dados produtores e/ou sistematizadores e disseminadores de informações estatísticas e históricos dos municípios, sendo os principais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgãos e instituições estaduais e municipais.

Diante da cartografia da região, definiu-se o plano de pesquisas preliminares sobre a história da colonização do Brasil, que foi seguida de modos de ocupação e povoamentos em tempos posteriores, considerando os aspectos econômicos, religiosos e naturais. Tal plano possibilitou analisar os fatores que contribuíram para a formação cultural das regiões levantadas, bem como as mudanças ocorridas pelos novos episódios de migração em diversas fases do tempo, abarcando desde a colonização até a contemporaneidade.

Essa soma de informações foi obtida tanto em obras que retratam a historiografia brasileira em geral, como também mais específicas no contexto paulista e mineiro.

Acrescentando ainda que o acesso aos dados das manifestações culturais dos projetos “Sutaco”, “Viola Tropeira” ( Festas e Tradições Paulistas), “Descubra Minas”, “SEADE” e “Revelando São Paulo” foi de suma importância para elaborar o perfil cultural da região a ser levantada. Alguns deles disponíveis em sites, outros foram obtidos por contato com seus coordenadores via correspondência eletrônica, na qual disponibilizaram informações pertinentes para a trajetória da pesquisa.



Nas propriedades, as equipes foram orientadas para questionarem seus moradores sobre a presença de manifestações culturais na qual identificassem como sendo parte de sua cultura e que os identificassem como parte desta prática, diante aos demais.

Nos municípios, foram buscados dados complementares da historiografia local, bem como elementos culturais próprios das comunidades: instituições sociais; projetos culturais; Secretarias de Cultura; Igrejas; templos; museus; bibliotecas e escolas foram visitadas, ainda que em algumas localidades o agendamento prévio das visitas não foi possível de ser realizado.

Diante do material levantado, foram elaboradas metas para o trabalho de campo, divididos em equipes que receberam instruções para o levantamento de dados, como também os elementos a serem abordados. O questionário foi elaborado com perguntas pré-determinadas, acreditando ser o método mais apropriado, e sem risco prolongamentos das entrevistas, devido à grande extensão e quantidades de propriedades e municípios a ser diagnosticados, somando 740 propriedades rurais e 22 municípios, um no estado de Minas Gerais e 21 no estado de São Paulo.



Figura 2: Mapeamento Cultural Paulista (Fonte: Revelando São Paulo, 2013).

**Legenda:**

| <u>Folguedos</u>   | <u>Danças</u>        | <u>Artesanatos</u>        | <u>Festas e Festivais</u>  |
|--------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|
| Folia de Reis      | Jongo                | Traçados                  | Festa do Divino            |
| Encontro de Congos | Batuque              | Cerâmica                  | Encontro de Batelões       |
| Congos             | Samba de Bumbo       | <u>Cortejos</u>           | Procissões nas águas       |
| Moçambiques        | Samba Lenço          | Boneções                  | Cavalarías                 |
| Pastoria           | Fandango de Tamanco  | Cabeções                  | Corpos Christi             |
| Pastorinha         | Catira               | Entradas                  | Encontro de Falias de Reis |
| Reisado            | Fandango de Chilenas | Cortejos Carnavalescos    | <u>Outros</u>              |
| Reiadas            | São Gonçalo          | Zé Pereira                | Paixão de Cristo           |
| Caiaopó            | Ciranda              | Boizinhos                 | Bom Jesus                  |
| Cavalhadas         | Dança de Pares       | <u>Romarias</u>           | São Benedito               |
| <u>Músicas</u>     | Dança de Fitas       | Centro de Peregrinação    | Folia do Divino            |
| Violas             | Dança de Santa Cruz  | Recomenda das Almas       | Cosme e Damião             |
| Marimba            | Chiba                | Romarias                  | Pesca Artesanal            |
| Cururu             |                      | Tooro Nagashi e Bom Odori | Figureiras                 |



Figura 3: Secretária de Cultura Neli e Diretor de Cultura, Gustavo (Fronteira).



Figura 4 Carlinhos da comitiva e Lourdes do Projeto (Icem).



Figura 5: Reunião com Secretários de Cultura, de Educação e Turismo (Nova Granada).

Figura 6: Reunião com João Paulo - Projetos Culturais (Marília).

Lugares que foram mencionados pelos moradores como sendo de representatividade cultural, e palco de suas manifestações culturais, foram analisados, como: praças, recintos e parques.

Buscando estar de acordo com a legislação e na possibilidade futura de ser realizado inventário de alguns bens de natureza imaterial, foram elaborados itens de identificação e classificação de acordo com as características culturais, seguindo os livros específicos.

Instituiu-se, no ano de 2000, um novo instrumento de preservação: o “Registro de Bens Imateriais”, que constitui o patrimônio cultural brasileiro, e criando o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, por meio do Decreto nº 3.551.

Para as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível criou quatro livros diferenciados para o seu registro: (1) Livro de Registro dos Saberes, onde são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; (2) Livro de Registro das Celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; (3) Livro de Registro das Formas de Expressão, reservado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e (4) Livro de Registro dos Lugares, tais como mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

## 2. LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

## 2.1. EXPLANAÇÃO DA ORIGEM DOS ASPECTOS GERAIS DO DIAGNÓSTICO CULTURAL DOS MUNICÍPIOS LEVANTADOS

Os levantamentos do Patrimônio Imaterial das manifestações culturais do Estado de Minas Gerais e São Paulo estão interligados, porém apresentam algumas características que os distinguem. Segundo historiadores que pesquisaram e construíram a historiografia mineira e paulista, o seu modo de ocupação e sua formação sócio espacial pode ser a justificativa para esta diversidade de manifestações culturais, distribuído em várias datas comemorativas. Autores como Monbeig (1984), Matos (1981), Abreu (1998) Tobias (1990) Lourenço (2010), Guimarães (2004) e Almeida (2008), entre outros consultados no presente estudo, permitem fazer algumas reflexões a esse respeito.

A identificação de cultura imaterial em municípios tão próximos, em que muitos já foram pertencentes uns aos outros, poderiam nos levar a crer que festividades e modos de falar, culinária, crenças, teria muito em comum, ou pouco que os diferenciasse. Porém, estes municípios não deixaram de ter contato com povos de outros estados, o que trouxeram características exclusivas para cada região, principalmente pelas alternâncias de interferência econômica adquirida ao longo dos anos, em cada município.

Costumes adquiridos no contato como os europeus, índios e negros formaram a identidade brasileira, com menor ou maior intensidade, de acordo com o modo de vida cotidiano vivido pela população, ou pela motivação para a migração de um lugar a outro, e no Brasil, por ser um país de grande extensão, são diversas as suas manifestações culturais, com inúmeras expressões, diferentes no jeito de ser, falar, brincar, de conviver e rezar, que vão se modificando de lugar para lugar, e a toda hora. Não se pode mais falar de uma única cultura, mas das muitas culturas que o formaram.

Os núcleos mineiros, de atividades agropastoris como fazendas de colonização, de dons patrimoniais e paroquiais, de loteamentos rurais, foram responsáveis pela grande parte da ocupação ocorrida no estado de Minas Gerais, e conseqüentemente, pelo nascimento das cidades.

A busca pelo ouro em terras mineiras foi o que marcou significativamente a sua formação e ocupação, e sendo responsável pelo surgimento dos primeiros núcleos populacionais de seu território, pois provocara um grande fluxo migratório à região, tendo a presença marcante das bandeiras paulistas.

A cobiça do ouro em Minas Gerais em meados do século XVIII, e a sua breve trajetória foram responsáveis pela perambulação de pessoas de lugares vizinhos, e até mesmo de lugares mais remotos levando consigo valores, crenças e ações, misturando-as e adaptando de acordo com as situações. Assemelhando com outro cenário de prosperidade do Estado de São Paulo, posterior ao esgotamento das minas, que tanto recebe os “Paulista de Retorno”, ou mineiros, paulistas de outras regiões em busca de terras virgens para o café, com também imigrantes estrangeiros. Contando ainda com a procura de terras em proximidades das estradas de ferro, que fundava povoados e proporcionava oportunidades econômicas, e relações comerciais.

Na política de isolamento imposta à região mineradora pela Coroa Portuguesa visando exercer maior controle sobre a produção de pedras e metais preciosos, inibiu o desenvolvimento de qualquer outra atividade econômica de exportação, forçando a população a se dedicar a atividades agrícolas de subsistência. Apesar

dos avanços alcançados posteriormente na produção de açúcar, algodão e fumo para o mercado interno. A região das Minas Gerais continuou restrita às grandes fazendas, autárquicas e independentes, no entanto a decadência do ouro ocasionou o esvaziamento das vilas mineradoras, mas provocou o deslocamento das famílias e seus escravos para outras regiões, o que expandiu as fronteiras da capitania, para além das minas.

No fim do século XVIII, começou a ocupação das atuais regiões da Zona da Mata, Norte de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

As distinções sociais e culturais, vivenciadas na sociedade do Triângulo Mineiro, pode ser devido à construção de ferrovias na região, onde surgiram núcleos sociais, diferentes daqueles que já existiam oriundos principalmente da aristocracia rural. Com a chegada dos sulinos e japoneses, ambos possuidores de elevadas técnicas agrícolas, novos usos e costumes foram introduzidos, proporcionando mudanças socioculturais expressivas na população regional.

A diáspora de mineiros além de suas terras, seguindo para terras paulistas, levam consigo com suas práticas e costumes culturais. Nesse novo cenário vão encontrar ambiente diferente daquele deixado pelos bandeirantes. O início da expansão da atividade cafeeira, vão colocar mineiros e paulistas, lado a lado, na disputa de terras para o plantio do café.

Os contatos entre paulistas e mineiros ocorridos durante momentos históricos distintos, mas relacionados aos fatores econômicos, vão formar um perfil cultural entre estes personagens muitas vezes semelhantes, pelo menos no que se refere à tradição. Podendo assim afirmar que não existe uma historiografia de ocupação desses estados de modo isolado, e sempre serão mencionados, os dois estados, como sendo do mesmo contexto, ora no período minerário, ou mesmo no cafeeiro. Além das relações históricas entre estes dois estados, as regiões ainda mantiveram relações com Goiás e regiões do nordeste e Mato Grosso, acrescida ainda as relações com os imigrantes estrangeiros sendo mantidas estreitas relações econômicas, sociais e culturais, acrescentando que, apesar da colonização portuguesa ter sido predominante, observa-se que as nações indígenas de origem e as africanas que aqui chegaram deixaram miscigenados os seus respectivos traços culturais.

No auge do período minerário, e o do café, e ainda no período de implantação da linha férrea, ou o de expansão da pecuária pelos grandes latifundiários mineiros e paulistas, foram tempos que esses tiveram acesso a alguns artigos de luxo vindo da capital. Entretanto, restrito a poucos beneficiados economicamente, no mais, os interioranos das pequenas propriedades zona rural, adquiriram modos de vida mais simples, mesmo porque a falta de comunicação com outros estados tornou o seu jeito de ser mais dependente da terra. Consumiam o que produziam, pois ainda não tinham como comercializar o excedente, quando este existia.

Criavam técnicas de transformação e de conservação dos produtos naturais entre os períodos de plantio e colheita. Nesse período desenvolveram receitas e hábitos alimentares, de moradia e de vestimenta. Plantar, fiar e tecer o algodão para as vestimentas. Plantar mandioca, e depois fabricar a farinha e o polvilho. Usar o barro e a palha das plantas para utensílios domésticos e para a construção de moradias. Criar animais, utilizando o couro, o alimento e ainda o transporte. Quanto às carnes: o cozimento e conservação em banha

de porco, ou salgando quando matavam animal de grande porte. O leite transformava-se em doces, queijos e manteiga.

São os aspectos econômicos influenciando no modo de viver e definindo a cultura de um povo, tanto na alimentação, moradia como no seu modo de vestir. Assunto relatado nas observações dos viajantes estrangeiros, como Sant Hilaire, Mawe e Martius, levantados na obra de Pinho (1959), em Salões e Damas do Segundo Império reforça a afirmativa.

Os pratos típicos mineiros ou paulistas e conseqüentemente a goiana foram pratos desenvolvidos por necessidade, com o ciclo Bandeirismo, e a atividade dos tropeiros. Assunto tratado por Bariani Ortêncio, Regina Helena de Paiva Ramos e Frei Audrin . Onde autores relatam que a cozinha típica ainda existe, mas alerta: ela está desaparecendo pela forte influencia da imigração.

O autor Bariani (2011) aborda em sua obra costumes alimentares, com histórico e receituário, dentre os temas: O que comeram os bandeirantes, a alimentação indígena, e o que viram e comeram os nossos visitantes (BARIANI, 2011, p. 284).

A autora Ramos (1996) ainda assinala que houve diferentes tipos de culinária desenvolvida nessas regiões, de acordo com a localização e atividade econômica desenvolvida. Próximo ao mar, a cozinha Caiçara, com pratos baseados em frutos do mar. No entanto, o que se refere ao estudo em questão, abordará a culinária por influência dos tropeiros, justificados pela localização dos municípios e apoiados nos estudos apresentados neste trabalho.

Nesse cenário, a autora ainda alinhava que os típicos pratos paulista ou mineiros são semelhantes, e comprovados por receitas idênticas, porém com nomes distintos: o Virado à Paulista e o Tutu à Mineira.

A culinária já se encontra bem descaracterizada nos municípios nos dois estados levantados nesse trabalho, no entanto foi percebido que os eventos culturais das festividades relacionadas às festas de Peão e Comitivas remetem a tradição dos tropeiros, com características da culinária regional. O ritual é conhecido como Queima do alho: Arroz carreteiro, feito com carne seca, feijão gordo ou tropeiro, mandioca e paçoca de farinha de milho com carne seca socada no pilão, e ainda o churrasco. Esta prática cultural está presente em competições destas festividades. Nos critérios seletivos são avaliados ingredientes, higiene, habilidade, traia, e a experiência do cozinheiro.

Na prática culinária presente tanto no município de Fronteira quanto nos demais do estado de São Paulo, predominou a preferência por pratos mais simples no cotidiano: arroz, feijão, sempre acompanhado de alguma carne, legumes e verduras refogadas e também farinha de mandioca.

Apreciam muito a carne de porco, e quanto ao peixe foi percebido nos municípios que mantém uma ligação com a pesca. Peixes ao molho, ou frito, acompanhados de pirão de farinha de mandioca.

Quitandas feitas com farinha de trigo ou polvilho de mandioca ou iguarias feitas de milho estão presentes nas mesas do interior tanto paulista quanto mineira. A rapadura, melado, doces caseiros de feitos com frutas ou de leite, foram paladares muito apreciados antigamente em seus lares, e ainda mantido em algumas famílias.

No início do século XX, salvo os que ficaram próximas as estações ferroviárias, muitos tiveram que se virar com os produtos locais de subsistência. Nas estações ferroviárias formaram pontos de comercialização que ofertavam artigos importados de outros estados, e até mesmo da Europa. A venda era para os abastados, e aos outros, os mais humildes, restava a troca de artigos trazidos de fora com aqueles de sua própria produção: artefatos feitos de couro, tecidos de algodão, fibras naturais, utensílios argila, de madeira, foram um dos produtos mais usados no escambo.

Frei Audrin (1963), não só confirma os hábitos alimentares dos sertanejos goianos e paranaenses, reforçando a influência trazida pelas migrações paulistas, mineiras, como relata todo o processo do modo de fazer e desenvolver as práticas culturais alimentares, mas também do vestuário, moradia, religiosidade, e outros aspectos interligados ao contexto cultural.

O contato com artigos diferenciados no vestuário, na mobília da casa e mesmo os de ingredientes culinários de distintas regionais foram aos poucos modificando o modo de vestir, morar, e alimentar de grande parte das regiões urbanas que ofereciam prosperidade econômica.

Tanto o fim da exploração do ouro, como também as crises do café e a perda da importância dos trilhos como principal meio de transporte eficaz, marcam uma nova fase de Minas Gerais e de São Paulo. O contato com novos hábitos modificam ou influenciam nas manifestações culturais. O êxodo rural, os meios de comunicação, de transporte e as mídias trazidas pela modernização dos novos tempos aproximaram pessoas de culturas distintas, modificando ou adaptando as manifestações culturais herdadas de seus antepassados.

De acordo com Tobias (1990), os meios de locomoção e a estrada constituem índices reveladores de qualquer época e do grau de prosperidade ou de atraso de qualquer cidade ou região. As regiões analisadas fizeram parte do Ciclo do Muar do Ciclo da Estrada de Ferro e posteriormente o do Asfalto. O autor ainda acrescenta: "Quem se isola, depois é isolado, quem se marginaliza, depois é marginalizado". (TOBIAS, 1990, p.48)

A motivação da permanência de alguns costumes pode ter sido influenciada pela forte ligação afetiva com as práticas e representações herdadas no ambiente familiar, principalmente o religioso e ligados ao campo, e que forma um contexto cultural quase indissociável dentre os itens mais representativos encontrados no presente levantamento, como as festividades e formas de expressão, saberes e ofícios. Até mesmo os lugares que os próprios moradores indicam como de representatividade cultural são em grande maioria as igrejas e Recintos de rodeio.

Os impactos da modernidade na cultura em geral não pode ser a única responsável pela mudança ocorrida nos modos de ser e agir de algumas comunidades. As cidades turísticas são servidas de grande movimentação de pessoas de culturais diferentes e acesso aos meios de comunicação, e nem por isso dão por esquecidos suas manifestações culturais tradicionais. O apego às tradições ainda pode ser presenciado, mesmo que em menor número em relação ao passado. A correria da vida moderna, o alto custo de vida e a falta de tempo nos leva a praticar atos diferenciados da nossa cultura, no cotidiano. No entanto, foi percebido na pesquisa de levantamento das manifestações culturais das cidades envolvidas no empreendimento que as pessoas de origem das zonas rurais, mesmo morando atualmente na zona urbana, em sua maioria idosa, mantem alguns hábitos culturais herdados de seus antepassados. Estes são lembrados aos demais, principalmente nas



festividades religiosas ou mesmo profanas, como nas feiras de exposições artística e agropecuárias, ou como atrativos nas cidades turísticas.

As festividades religiosas, ligadas ao catolicismo, são a que mais representam as práticas culturais, sendo lugar onde encontram os bens de natureza imaterial, como os pratos da culinária tradicional, a representação nas danças, folguedos, indumentárias, as brincadeiras e musicalidade da cultura regional. As festas juninas são as que maior importância tem no estado de Minas Gerais e São Paulo, seguindo da Festa dos Santos Reis. Todas as cidades pesquisadas mantêm a tradição de comemorar as festa juninas, não só na zona rural, como também em várias áreas urbanas, como igrejas, bairros residenciais, escolas, clubes e praças. A Folia de Reis apesar de sua importância tem maior limitação territorial de manifestação.

As folias existentes no estado, como as folias mineira, baiana e goiana são variações que atribuídas às diversidades de migrações em distintas nas regiões levantadas. Estas variações constituem na formatação do ritual, na caracterização das vestes dos foliões, no ritmo da música ou na quantidade de versos cantados.

As folias são festas que atribuíram caráter religioso no período natalino. Trazidas pelos portugueses no século XVIII, onde tinham mais finalidade de diversão do que devoção. Consistem em peregrinação, ou giros de cantores e instrumentistas com violas, sanfonas, cavaquinho e outros. São seguidos por versos entoados, relacionados com a visita dos Reis Magos ao menino Jesus. Com a promessa de cumprir a saída da Folia, foliões assumem sete anos consecutivos o compromisso de busca, com os “giros”, oferendas nas residências de vizinhos usando estes donativos para a realização da festa de São Sebastiao, em 20 de Janeiro. O grupo é formado por doze pessoas, entre elas Mestre, Contra mestre, palhaço foliões e os Três Reis Magos, todos vestindo roupas coloridas, carregando bandeira do grupo e estandarte com bordados de motivos religiosos. Cada um dos integrantes de uma função no grupo.

Na zona rural e nas pequenas cidades pesquisadas no Empreendimento, observou se que o calendário festivo da Folia de Reis segue o período natalino de acordo com sua origem no calendário do Catolicismo, que compreende do Natal até o dia dos Três Reis Magos, em seis de Janeiro.

No ambiente urbano, a Festividade perde um pouco de seu aspecto de devoção, e atende mais a especulação de atrativos turísticos e eventos culturais. Sua manifestação cultural tradicional no ambiente urbano está muito presente em bairros populares, ou menos elitizados.

Além das Companhias de Reis levantadas no trabalho de campo, dados disponibilizados em mapeamento cultural, tanto da “Viola Tropeira” quanto os do Portal do Tião Carreiro, foram consultados.

Foram catalogadas 457 Companhia de Reis em 207 cidades do Estado de São Paulo, e outras identificadas neste estudo que não constam no mapeamento cultural.

Dentro das Celebrações culturais das Companhias de Reis há musicalidade e danças que são características desta festividade, entre elas a catira.

A manifestação cultural da Catira está presente pelos interiores do Brasil, destacando-se o estado de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Tocantins. Essas danças se desenvolvem por meio de um ritmo de

sapateado brasileiro, na qual os integrantes se posicionam uns a frente aos outros. O estilo do bate-pé e bate mão, os passos são acompanhados de violas, e são diferenciados entre os estados brasileiros. O estilo musical identifica com os modos de vida dos paulistas e mineiros com suas origens predominantemente nas áreas rurais do estado. A catira tem sido a dança que melhor representa as manifestações culturais tradicionais dos municípios pesquisados, porém nem todos mantêm sua frequência como nos tempos antigos nas propriedades rurais.

Apresentada em festividades seculares ou religiosas nas cidades interiorana, e ainda eventos artísticos ligados à mostra de cultural regional em cidades maiores como Marília e Assis, ou em cidades turísticas, onde revelam trovadores e cantadores populares. Dificilmente as danças são manifestadas habitualmente em ambientes como bares e casas noturnas, salvo quando são shows contratados.

Nas cidades pesquisadas, grande parte dos integrantes da catira são também foliões.

As festas Juninas estão presentes em todos os municípios levantados. Estas foram trazidas pelos portugueses no período colonial, mas também receberam influência francesa nas danças de quadrilha e de chineses nos fogos. Posteriormente as festas foram tomando características diferenciadas em cada região do país, misturando com aspectos culturais herdados de miscigenação dos povos nas migrações oriundas das ocupações em diversas fases brasileiras.

As festas juninas são uma prática do catolicismo popular e compreendem as festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, celebradas respectivamente nos dias 13, 24 e 29 de junho. Os festeiros usam vestimentas típicas de povo da roça, as mulheres se caracterizam com vestidos de chita estampados, cabelos presos e trançados, meias coloridas e maquiagem forte. Os homens de camisa xadrez, calça com retalhos pregados com alinhavos grosseiros, pintura de bigode e barba feitos no rosto e dente também pintados com lápis preto parecendo estar banguela, complementam o personagem caipira, chapéus de palha botina de couro. Danças de quadrilhas e forró acompanham as músicas sertanejas.



**Figura 7: Festas Juninas**



**Figura 8: Festas Juninas**

Barraquinhas com culinária regional, com o uso de cereais como milho, arroz, amendoim, em quase todos os pratos típicos, como: canjica, arroz doce, cural, pamonha, paçoca. Brincadeiras, como pescaria, bingos e leilões estão presentes em todas as festas. Fogueiras, fogos de artifícios, balões e bandeirolas complementam o ambiente festivo.

As Festas de Peão ou de Rodeio juntam-se às Festas Juninas em importância no estado interior de Minas Gerais e São Paulo e, nos municípios de influência do empreendimento. Muito apreciadas, as “Festas de Peão” são as que mais representam a ligação pessoal com hábitos do campo, como a vestimenta (casacos de couro, camisa xadrez, botas e chapéus). A exposição de animais de elite, com premiações e leilões de gado, dividem espaço com stands com ambientes decorados com artigos da roça, e venda de artesanato local: escultura e acessórios feitos em madeira, palha, ferro e couro. Nas barraquinhas, pratos da culinária tradicional: arroz carreteiro, feijão gordo, feijão tropeiro. Na atração de divertimento: espaço para danças, como forró e catira, acompanhados de shows de cantores famosos das músicas sertanejas. Nas arenas de competição, provas de laço e de habilidades com cavalos e bois. O público não se restringe apenas ligados ao ramo de agropecuária. Os idosos, os jovens e crianças acabam por mostrar a identidade regional com sua presença.

Cavalgada e Comitivas de boiadeiros são atrativos culturais marcantes. Em grande maioria das festas regionais tem competição entre eles, com provas de avaliação da Queima do Alho, da traia, dos animais e utensílios da cozinha.

As festas em homenagem aos padroeiros limitam a sua localidade municipal e com participação da igreja. Quermesse, leilões, bingos, missas e terços estão presentes em quase todas as festividades religiosas.

Os terços, em particular, foram percebidos em grande parte dos municípios levantados, sendo práticas culturais familiares, e não só no ambiente das paróquias. Muitos ainda mantêm o hábito de rezar o terço ao seu Santo devoto, em casa de vizinhos e parentes, muitas vezes cumprindo promessas que normalmente duram sete anos.

A fé é retratada na grande presença de altar nas casas observadas. Várias imagens de santos, terços e orações fazem parte da mobília das salas e dos quartos, juntamente com móveis antigos misturados com os modernos. Presépios são guardados em baú aguardando o Natal para ser montado. Rádios sintonizados em programas sertanejos.

Benedeiras ainda são largamente procuradas entre os municípios do empreendimento, com as alegações de que são aptas a retirar “mal olhado de criancinhas”, ou ainda curar “espinhela caída” ou “bucho virado”. Lembrando ainda das benzeduras, é bastante recorrente a utilização destes métodos para a cura do “unheiro”, ou mesmo afastar cobras.

Segundo conceito utilizado do banco de dados, Sistematização do Patrimônio Cultural Imaterial de Goiás: “A prática da benzeção pode ser adquirida por dom ou por aprendizado ou revelação, e para que os ritos de cura tenham eficácia, o dom de benzer precisa ser reconhecido não só pelo portador do mesmo, mas também pelas outras pessoas da sua comunidade. O reconhecimento do dom é um marco que transforma a vida do portador. Entretanto, as pessoas que não possuem o dom, podem aprender o ofício de benzedor ou benzedeira, a partir de ensinamentos de familiares, amigos ou de outras pessoas. As benzedoras e os benzedores geralmente aprendem a benzer com as avós ou com as mães, comprometendo-se a não ensinar as orações a ninguém do lugar, para que as mesmas não se tornem fracas e percam a sua eficácia”. (2008)

As crenças e superstições podem ter sido trazidas pelas várias migrações ocorridas no território paulista e mineiro. As crenças em remédios caseiros, ou o medo de misturar algum alimento e passar mal, foram as que mais aparecem nas cidades pesquisadas.

As superstições que melhor exemplificam seriam presentes durante as manifestações das “Folias de Reis”. Segundo D’Abadia e Silva (2010) no período do giro das folias, a bandeira só pode andar para frente e acompanhada dos palhaços e da sua guiadora. Não se devem cruzar bandeiras, isso pode acontecer quando há duas folias numa mesma região, dizem os mais antigos, que quando se cruzam morre algum integrante da folia.

Quanto à vestimenta, foi percebido que a oferta de vestimenta e acessórios relacionados com atividade rural, tanto feminino, quanto masculino movimentam o comércio local. Foram várias as lojas que expunham variedades de artigos nacionais e importadas como: botas, cintos de couro com fivelas grandes, chapéus, camisas xadrezes e jeans.

Curiosamente, foi percebido que as vassouras utilizadas nas casas e na limpeza urbana se diferenciam de algumas regiões do país, e percebida em todos os municípios levantados, sendo fabricados por famílias de modo artesanal, sem nenhuma mudança em seu processo desde os praticados durante várias gerações. As famílias que estão envolvidas na fabricação de vassouras que foram contactadas neste projeto são descendentes de italianos e estes relataram que herdaram a prática de seus antepassados, fato que pode ser confirmado no decorrer desta pesquisa, em observação no comércio de cidades italianas, tanto no comércio, no uso de moradores, como também fixadas em caminhões da limpeza urbana para, acrescentando que também na Turquia, a mesma vassoura foi percebida em uso por uma senhora em frente sua casa.

Na maioria dos os ofícios e saberes que foram desenvolvidos para suprir suas necessidades cotidianas, foram adquiridos pelo convívio com índios, negros, europeus e outros imigrantes no período mineratório ou de outras atividades econômicas, como café, algodão, cana de açúcar. Habilidades desenvolvidas com a madeira atendiam as exigências para habitação, na construção de portas e janelas, e madeiramento de telhados. Na cozinha, gamelas e colheres eram usadas para manusear os alimentos. O couro é utilizado na indumentária na fabricação de calçados, cintos, chapéus, e equipamentos de trabalho usado na lida com animais, como selas, arreios, chicotes, e outros. O metal era empregado na fabricação de ferramentas de trabalho no campo e de na cozinha: facas, facões, enxadas, foice, machados, e ainda complementos de artigos usados em arreios e cabresto de animais, como: freio, estribo, argolas e fivelas. Atualmente nos municípios paulistas pesquisados foram os artigos em couro e em madeira que mais se destacaram , já em Fronteira, a tecelagem foi a que mais se destacou. Em geral o trabalho em madeira está sendo exclusivamente executados por homens. Já as mulheres, bordados, trabalhos que envolvem costuras em tecidos e crochê. O crochê foi percebido em todas as cidades visitadas.

Dentre os ofícios ligados a tradição local, a habilidade com o couro: trançados, curtumes artesanal, selaria, confecção de botas e acessórios para tralha de cavalos e mulas, foram os que mais se mostraram presentes e abastecem o comércio local e ainda o de outros estados. O mesmo foi percebido nas celebrações e formas de expressão: Festas de Peão, Rodeios, Comitivas, e Cavalgadas. A festividade relacionada às práticas herdadas no campo tem presença marcante em todas as cidades visitadas.

Na moradia, as técnicas usadas para construção de arquitetura vernacular são relacionadas ocupação territorial, uma adaptação de cultura herdada tanto dos índios, europeus e escravos, tornando a tradição e a cultura local. Edificam com uso de materiais e recursos do ambiente em que vivem, como madeira, bambu, argila, barro, pedra, cipó e palha. Com eles são desenvolvidos tijolos ou paredes amarradas com a mistura de materiais, como barro e bambu. Muitas destas práticas culturais marcaram presença nas propriedades rurais. Atualmente, a alvenaria substituiu antigas técnicas utilizadas na habitação. No entanto, no presente estudo, as casas de madeira estão percebidas em quase todos os municípios paulistas pesquisados.

Curso promovido pelo SENAR sobre o conhecimento do uso de adobe, pau a pique e sapé, tenta fazer um resgate cultural da arquitetura vernacular.

Dentre as formas de expressão cultural, destacam as manifestações musicais sertanejas, paralelamente com as tradicionais modas caipiras que apesar da desnacionalização musical ocorrida em períodos históricos anteriores, mantém sua riqueza estética e diversidade temática, despreocupada com as regras de concordância da língua padrão. O modo de falar presente nas letras das músicas caipira é oriundo do dialeto do caipira, resultante da mistura do colonizador português com o índio.

Por muito tempo este padrão de musicalidade era restrito ao cotidiano das propriedades rurais. A mais importante divulgação iniciou-se com Cornélio Pires em 1910, com a apresentação no evento de manifestação cultural no Colégio Mackenzie em São Paulo na Semana da Arte Moderna, abrindo caminho para apresentações em rádios da música tradicional caipira até a chegada da Indústria Cultural, na qual a originalidade caipira foi sendo substituída pela atual música sertaneja tornando-se produto de mercado.

## 2.2. BREVE EXPLANAÇÃO DE CONCEITOS E INSTRUMENTOS LEGAIS

Desde 1735, D. André de Melo e Castro, Vice-Rei do Brasil, já evidenciava a preocupação com a necessidade da preservação das construções deixadas pelos holandeses em Pernambuco.

Gustavo Capanema e Mário de Andrade na década 40, e Aloísio Magalhães na década de 80, foram os personagens que impulsionaram as ações para que a proteção patrimonial cultural se tornasse princípio constitucional efetivamente regido por lei federal.

Com as novas discussões, iniciativas e elaboração de projetos para salvaguarda dos bens patrimoniais culturais, a preocupação em preservar o patrimônio material passa a se estender também ao patrimônio imaterial.

Nesse contexto, no dia 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, houve a criação oficial do organismo federal de proteção ao patrimônio, o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde então, o órgão, atualmente denominado IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promove e coordena o processo de preservação e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro, em suas dimensões materiais e imateriais.

A palavra cultura deriva-se do latim “*colere*”, que intrinsecamente significa cultivar. Em geral, cultura é todo o complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem durante os tempos, por fazer parte da sociedade (LARAIA, 2006).

Segundo o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, as caracterizações de patrimônio são os modos de expressão, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as formas de criar, as obras, documentos, objetos, edificações e demais espaços designados às manifestações artístico-culturais. Além de além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De acordo com a explicação de Dominique Poulot (POULOT, 1997, apud FERREIRA, 2006) “para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si”.

A palavra patrimônio, assim como memória, faz parte de um glossário atual de expressões, cuja característica principal é a pluralidade de sentidos e definições que podem ser atribuídas às mesmas. (FERREIRA, 2006)

O patrimônio material, segundo o IPHAN, é formado por um conjunto de bens culturais e classificado quanto sua natureza nos quatro Livros do Tombo, são eles: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. E ainda divididos em bens móveis como acervos museológicos, documentais, bibliográficos, videográficos, cinematográficos e coleções arqueológicas. E os bens imóveis, como núcleos urbanos, bens individuais e sítios paisagísticos e arqueológicos.

Em 30 de novembro de 1937, logo após a origem do IPHAN, foi criado o Decreto-Lei nº 25 que rege sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, aplicado aos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, tanto por ligação a fatos memoráveis da história brasileira, quanto por seu incalculável valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O patrimônio material firmava-se então salvaguardado, no entanto faltavam instrumentos de defesa do patrimônio imaterial. Na década de 90 estes instrumentos foram ajustados através de parceria dos serviços brasileiros com as preocupações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, UNESCO, e assim os meios jurídicos, científicos e administrativos foram arquitetados para a preservação e transmissão do patrimônio imaterial. Esta organização é núcleo central e está na liderança de um amplo processo de reflexões no sentido de ditar as tendências internacionais na área patrimonial.

De acordo com a UNESCO, Patrimônio Cultural Imaterial são "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Para atender à legislação constitucional e originar instrumentos para o adequado reconhecimento e à preservação dos Bens Culturais Imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram o Decreto nº. 3.551 de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

O programa foi firmado como forma do governo federal apoiar e fomentar os projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e melhoria do patrimônio cultural brasileiro. Tem como objetivos executar uma política nacional de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial, dar assistência na preservação da diversidade cultural do país, com a divulgação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro e dar apoio às iniciativas e práticas de preservação realizadas pela sociedade.

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial institui o acordo do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar as ações das práticas socioculturais. O registro é instrumento legal, que documenta por meios técnicos o Patrimônio Imaterial no Brasil, e assim é forma de reconhecimento e da busca pela valorização desses bens. Registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem (IPHAN/DPI, 2006).

Pelo Decreto nº. 3.551, foram criados os diferentes Livros de Registro, que sugerem a percepção de modo distinto da dimensão imaterial do patrimônio cultural. Os referidos bens estão incluídos no contexto de quatro livros. O Livro de Registro dos Saberes, onde são inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. O Livro de Registro das Formas de Expressão com as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. O Livro de Registro das Celebrações, que registram os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. E o Livro de Registro dos Lugares, referente aos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Através do Decreto nº. 3.551, e também de outras experiências com inventários de bens culturais, como por exemplo, nas fases do processo da candidatura da Cidade de Goiás à lista do Patrimônio Mundial, originou-se também o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que constitui hoje um dos principais instrumentos para a identificação e documentação de bens culturais sob a perspectiva da atual política de valorização do patrimônio imaterial.

O Inventário Nacional de Referências Culturais oferece os instrumentos para identificação e documentação dos bens culturais e a base para a preservação dos mesmos. Visto que o inventário é ferramenta de aproximação do patrimônio histórico e artístico com o IPHAN, a indicação de bens para Registro e, ou Tombamento não dependente impreterivelmente de sua aplicação. Ressaltando-se assim que podem ser tanto imateriais quanto materiais.

Os objetivos principais que determinam a elaboração do inventário são a identificação e documentação bens de qualquer natureza, para atender à busca pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade cultural dos grupos. E para completar, compreender os sentidos e conceitos atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, visionando-os como tradutores oficiais da cultura local e como parceiros em sua preservação.

O tombamento é o ato administrativo atribuído pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, sendo prática legal de reconhecimento da importância cultural de um bem, o transformando oficialmente em patrimônio. É registro jurídico especial de propriedade e quando ocorre de forma federal, é feito pelo IPHAN, mas pode ocorrer de forma estadual e municipal quando existe órgão responsável nessas esferas. A intenção é preservar os bens de relevância histórica, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que sejam destruídos e descaracterizados.

O Decreto-Lei nº25 estabeleceu também, a criação de quatro livros de tomo que servem para registro dos bens protegidos, o Livro do Tombo das Belas Artes, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O nome “tombamento” advém da Torre do Tombo, local onde eram arquivados documentos importantes da história de Portugal.

Munido de ferramentas que possam atender esses objetivos com tantos elementos e tamanha abrangência, o Inventário Nacional de Referências Culturais demanda de equipes técnicas conceituadas para sua aplicação e do permanente apoio e supervisão do IPHAN. Sendo assim, foi formulado um Manual explicativo com os critérios e instruções para constituição do INRC.

De forma sintética os objetos da metodologia do INRC são atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social. (INRC, 2000)

De acordo com o Manual de Aplicação do INRC (2000), referências culturais são “edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura”.



### 2.3. PRINCIPAIS MOMENTOS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A ocupação do território brasileiro iniciou-se no primeiro século da colonização, século XVI, e primeiramente na região litorânea, porém somente um trecho foi ocupado e povoado, e de maneira rarefeita.

As únicas e rentáveis atividades econômicas, tanto a extração do Pau Brasil quanto a produção de açúcar, também se concentravam nessa região da colônia, e voltadas para exportação e enriquecimento da metrópole lusitana. Inicialmente a ocupação foi no nordeste e posteriormente avançou ao sudeste do país.

A extração do pau-brasil, árvore abundante na Mata Atlântica naquele período, vinha sendo praticada desde o período pré-colonial, no início do século XVI, com os portugueses. A exploração dessa matéria prima foi possibilitada não só pela sua localização das florestas que estavam próximas ao litoral, mas também pela colaboração dos índios, com os quais os portugueses desenvolveram um tipo de comércio primitivo baseado na troca, o escambo, trocando bugigangas baratas pela mão de obra indígena de extração e transporte do pau-brasil para os portugueses até o litoral.

A escravidão no Brasil inicia-se assim com os índios, paralelamente ao processo de desterritorialização sofrido por estes, e continuada até meados do século XVIII, apesar das dificuldades encontradas na sua escravização, pelos portugueses.

Nova alternativa de mão-de-obra foi encontrada no continente africano a partir da exploração da escravidão negra. Tal solução foi incentivada também pelo interesse da Coroa Portuguesa em obter altos lucros para viabilizar a introdução da exploração da cana de açúcar e da criação de gado na colônia. Inicia-se assim a inserção de populações negras no então Brasil Colônia, no século XVI. (DOWBOR, 1977; FURTADO, 1971; PRADO JR., 1963).

“O fato das riquezas minerais terem permanecido durante longo tempo desconhecidas orientou desde o início os colonos para atividades produtivas. A economia brasileira vê-se, pois, desde logo organizada para a produção em função das atividades externas”. (DOWBOR, 1977)

A América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu. (FURTADO, 1971)

No século XVII, juntamente com as atividades dos engenhos, a criação de gado prosseguia com a expansão territorial. Nesse período aconteceram as primeiras ocupações de distintas regiões do território brasileiro. Com a busca de novas riquezas e de atividades comerciais lucrativas.

Ao norte, na Amazônia, ocorreu uma efetiva ocupação do solo, facilitada pela navegação, devido à existência de muitos rios na região. Sua economia baseava extração de vegetais, mas apenas para sua subsistência, alterando muito pouca as condições naturais. Com exceção as regiões próximas a Belém, os poucos e pequenos núcleos não prosperaram.

No extremo sul, a colonização se deu por volta do século XVIII, com os açorianos assentados no Rio Grande do Sul, tendo como fonte econômica a criação de gado, e a comercialização de couro.

No sudeste surgia a região que se localiza atualmente o estado de São Paulo. Neste período a expansão da ocupação do território foi motivada pela existência de importantes riquezas minerais em terras que hoje pertencem a Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Iniciava-se, assim, outra fase de exploração em terras brasileiras, com as bandeiras paulistas e expedições diversas, sendo responsáveis pelo surgimento de pequenos arraiais, como também o extermínio indígena que foi tanto físico quanto cultural, pelos homens brancos.

Personagens marcantes na história do Brasil foram os responsáveis para a conquista, ocupação e expansão do povoamento territorial, sendo eles os bandeirantes, e os vaqueiros, missionários e principalmente os jesuítas.

A difícil missão de desbravar novos territórios era destinada às pessoas com objetivos diversificados, desde interesses religiosos como também ambiciosos, dentre eles: ouro, captura de índios, missões jesuítas, pecuária, fortes e drogas do sertão. (FAUSTO, 2001)

As expedições dos bandeirantes buscavam o apresamento indígena e prospecção mineral, já os vaqueiros, ocupação e criação de gado, enquanto os missionários na catequização dos povos e fundação das missões. Estas geralmente eram compostas por um número muito grande de homens brancos, índios e mestiços que adentravam pelo sertão, durante longos períodos, até mesmo anos, em busca de indígenas a serem escravizados e ainda riquezas minerais.

Segundo Fausto (2001), os bandeirantes paulistas responsáveis por desbravar o sertão ultrapassaram o Tratado de Tordesilhas, tomavam as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis, organizadas pelos jesuítas espanhóis.

O período que se inicia é marcado por ocupações paulistas em áreas das minas, nas apenas com objetivo de exploração e não de povoamento e de laços familiares. Muitos dos exploradores vieram sozinhos e deixaram suas famílias para traz, com intenção de retornar com sua devida riqueza.

Vale ressaltar que o campesinato esteve presente em todo este processo histórico de ocupação do território brasileiro, resistindo e sendo utilizado pelo grande estabelecimento e pelo capital. Com exceção ao período mineratório, que produziu riquezas aos cofres da Colônia Portuguesa. No entanto as práticas ligadas à agricultura e pecuária eram desenvolvidas paralelamente, mesmo porque os escravos que ocupavam as regiões de explorações minerais necessitavam de alimento para sua sobrevivência.

### **2.3.1. A GÊNESE DO TERRITÓRIO PAULISTA**

A região do Estado de São Paulo foi formada por diversos sistemas econômicos de ocupação: o bandeirantismo, o apresamento de índios, o tropeirismo, a posse de terras devolutas, o comércio com gado do Mato Grosso e Goiás, a imigração europeia e japonesa e a venda de terras em pequenos e grandes lotes (D'INCAO & NASCIMENTO, 2006).

A história do Estado de São Paulo teve início no século XVI, durante o período colonial, com o descobrimento do Brasil, desbravamento e conquista de territórios na costa brasileira. O império português, com intuito de incrementar o povoamento e defesa do território, estabeleceu as chamadas capitânicas hereditárias.

Mesmo que o critério de divisão não apresentasse resultados satisfatórios, perdurou, entre diversas formas, até o século XVIII e com a extinção da hereditariedade. Apenas as Capitânicas de São Vicente, que teve origem com a nomeação efetuada pelo Rei em 1516, a Pedro Capico (FABRA, 2010), contexto o qual Estado de São Paulo está inserido, no sul, e Pernambuco, no norte, conseguiram evoluir economicamente.

Somente Pernambuco e São Vicente apresentavam os primeiros focos de povoamento da nossa terra. Pernambuco por ser mais próximo ao velho mundo facilitava a comunicação com a Europa. Enquanto São Vicente, vila fundada em 1532, as asperezas do caminho dificultavam o trato entre o interior com o litoral.

O plantio de cana de açúcar, e a construção de engenho na Capitania de São Vicente, foram pouco lucrativos, levando ao abandono da população pela Coroa Portuguesa, e aos moradores a busca de novas formas de adquirir alimentos. As péssimas condições de vida e a dificuldades encontradas pelos obstáculos naturais levaram a aprisionar índios, e se organizarem em bandeiras.

Matos (1974) ressalta que a Vila de São Vicente era a única região habitada no interior paulista, no mais todo o campo compreendia em completo isolamento.

Outra vila foi instalada, mudando o nome e a sede, transformando atualmente na cidade de São Paulo. De maneira muito lenta, novos povoados foram surgindo em volta de São Paulo, apontando destinos diversos, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Segundo Abreu (1998) as dificuldades encontradas de acesso a outras áreas, principalmente pelas péssimas condições de estradas, a penetração de 1801, pouco se diferia do que foi em 1601.

A Capitania de São Paulo permaneceu, após 1720, com os territórios correspondentes aos atuais estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e ao atual Distrito Federal, além do sul de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro.

No século XVIII, a produção de açúcar brasileiro diminuiu, porém a expansão da mineração com a descoberta de metais e pedras preciosas nas regiões de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais e Bahia, marcou outra fase de exploração da colônia pela Coroa Portuguesa.

A mineração motivou emigrações, tornando o povoamento e o desenvolvimento dessas regiões favoráveis ao crescimento, no entanto a Capitania paulista vê-se reduzida a menos de um terço de sua área original, pois as regiões de Minas Gerais e Goiás tornaram capitânicas autônomas.

Apoiado nas análises de Matos (1974), quase extinção sofrido pela capitania de São Paulo, provocada pelo despovoamento tanto quantitativo, quanto qualitativo, levou a sua anexação ao Governo do Rio de Janeiro, período compreendido entre 1748 a 1765. Somente após estes dezessete anos é que a Capitania paulista é restaurada, sendo o Estado do Paraná ainda pertencente ao seu território, tornando a ser capitania autônoma em 1853, diminuindo ainda mais sua área.

São Paulo ficou por muito tempo esquecido, sendo que um episódio de desconfiança do governo em relação aos paulistas pela sua pouca representatividade econômica, e privilegiando a política fiscal a Minas Gerais pela sua rentável produção de ouro. Outro fator que prejudicava a província de São Paulo eram os caminhos percorridos pelo gado goiano, que preferia a segurança dos caminhos navegáveis a longas distâncias e os perigos de ataques indígenas em terras paulistas.

O fim do bandeirantismo também pode ter tido uma grande influência no esquecimento por parte do governo da metrópole, porém a estrada que ligava Sorocaba a Porto Alegre passou a viabilizar as tropas de mulas e gado, tornando este lugar em parada obrigatória para os tropeiros.

A essência da vida nos séculos XVIII, no Brasil Colônia, passou por uma gama de situações em seus paradigmas econômicos, culturais e sociais que foram construídos ao longo da história brasileira. Entre esses, o movimento tropeirista, que se tornou um importante fator de formação sócio-político-econômica das regiões que abrangem, e para tanto é considerado por historiadores como uma das atividades mais relevantes de nossa história.

Recebeu o nome de tropeirismo em razão das tropas, que eram constituídas principalmente de muare para comércio em Sorocaba - SP, onde se realizavam grandes feiras desses animais, o que promovia a comercialização de outros produtos, causando grande movimentação nesse povoado que rapidamente prosperava. Além das mulas, a mercadoria mais valorizada na época, os tropeiros transportavam também alimentos, itens manufaturados, inclusive os importados da Europa, e também faziam intercâmbio de informações. Suas atividades comerciais enfrentaram quedas com a introdução da via férrea, mas não chegaram a acabar devido à fragmentada e lenta introdução dos trilhos até a década de 1930.

A criação de gado em Minas Gerais e no sul de Mato Grosso forçou o estabelecimento de uma ligação entre as regiões de atividade pecuária com as terras paulistas, criando assim a Estrada Boiadeira que ligava o atual Mato Grosso do Sul à região do interior de São Paulo. Orientando-se pelo curso do rio São José dos Dourados, servia para conduzir as tropas e o gado a São José do Rio Preto e daí atingirem Barretos, forte entreposto de comercialização, reduzindo o trajeto até então utilizado, via Uberaba.

Os caminhos das Estradas Boiadeiras permaneceram por longo tempo as únicas vias de penetração do povoamento do chamado Sertão de Rio Preto, e desse modo a Estrada Boiadeira conduziu os primeiros colonizadores às distintas regiões paulistas. As estradas de carros de boi foram responsáveis para o desenvolvimento do transporte rodoviário, como também proporcionando o desenvolvimento das regiões em que estas cruzavam, com a engorda do gado favorecidas pelo clima paulista.

Segundo Abreu (1998), São Paulo foi se reerguendo lentamente. A plantação de cana, de café, a imigração, as estradas de ferro, os fatores geográficos revalorizados, deram-lhe nova e mais vigorosa vida e lhe restituíram a hegemonia que há anos representava em toda a vida brasileira.

Vale ressaltar que o “Ciclo Paulista do Açúcar” estudado exaustivamente por Petrone (1968), merece uma atenção especial, pois concordando com Ellis Junior (1950), citados por Matos (1974), sem o referido período e atividade econômica vivenciado no território paulista, a expansão cafeeira e a conquista dos sertões paulista seria impossível.

A estrutura já existente tornou possível conseguir capitais e mão de obra para o gigantesco do café e o desbravamento dos sertões, acrescenta Matos (1974), acrescentando que Morgado de Mateus, ao assumir o governo da Capitania paulista (1765-1775), procurou meio para sua restauração econômica que beirava a pobreza. Com sua política de povoamento, inicia uma nova fase no território paulista, incrementado a já então atividade canavieira, visando o mercado mundial. Esta nova fase foi denominada como “São Paulo restaurado”, salienta o autor Matos (1974).

Até então a posse de terra obedecia ao sistema de sesmaria, que era a única forma de acesso da mesma, fato ocorrido até a independência do Brasil, em 1822. Posteriormente, a apropriação de novas terras só foi permitida com autorização da Igreja mediante seu registro, legalizando sua ocupação. Novas leis em 1850 proibiram esta prática, como também o tráfico de negros. A partir desta data, terras não ocupadas passam a ser públicas e seu acesso, somente com a compra da mesma.

A lei refletiu em 1888 nas questões relativas aos negros forros e ainda os imigrantes que chegavam ao Brasil, limitando a oportunidade de acesso a terra. Outro reflexo será no surgimento de novas práticas de acesso a terra por meios fraudulentos de falsificação de títulos, retroagindo sua data e envelhecendo documento com o uso de grilos em caixas fechadas, tornando papéis amarelados e picotados, dando-os aspectos antigos, dando origem a terras devolutas já descritas por Monbeig (1984) e Leite (1998), tanto no interior paulista, como também no Pontal do Paranapanema, última região ocupada do estado de São Paulo.

### **2.3.1.1. A ocupação e formação do Oeste Paulista**

O século XIX inicia com a expansão territorial e ocupação e povoamento de quase toda a região sul. Fatores políticos econômicos favoreciam esta atual configuração da distribuição de densidade no território. Primeiramente a transferência da capital do Império Português para o Rio de Janeiro, seguido da procura por terras para agricultura de subsistência, criação de animais e para o cultivo de café, atraindo pessoas de regiões vizinhas de outras províncias, de outras áreas da própria província paulistas e imigrantes europeus.

Na ocupação da região Sul do Brasil, sua ocupação também foi estabelecida a colonização camponesa por imigrantes italianos, alemães e eslavos.

O fim da escravidão negra, ocorrida em 1888, incentivou a vinda para o Brasil de um grande contingente de população europeia, dividindo espaço anteriormente ocupado por mineiros ou “Paulista de Retorno” e por índios. Entre os anos de 1885 e 1934 entraram no Brasil, através do estado de São Paulo, 2.333.217 imigrantes, seguida mais tarde pela imigração japonesa.

Segundo Monbeig (1984), os índios foram os verdadeiros pioneiros. Povoaram a região do Oeste Paulista os índios Kaingang, os Cayuás (Guaranis) e os Xavantes: os Coroados. Eles queimaram as matas e fizeram uso dos solos, aproveitando para sua sobrevivência.

O grupo mais importante era o dos tupis-guaranis, designados como “caingua” ou “cayua”, denominação posterior aos primórdios da evangelização. Estavam disseminados pela bacia do Paraná, ao sul do Tietê. Habitavam terras mais a leste os tupiniquins, que tinham adotado a língua tupi-guarani. Esses tupis tinham submergido, mas não destruído, populações preestabelecidas, que pertenciam às diversas ramificações da

nação jê. Por entre elas, os caiapós dominavam às diversas partes dos planaltos compreendidos entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos formavam os xavantes, designados pelo nome de coroados, a partir do século XVIII, distribuíram-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional. No fim do século XIX, encontravam-se cinco pequenos grupos deles, entre o rio Peixe e o Aguapeí (MONBEIG, 1984).

A derrubada das matas para o plantio do café, as erosões e o esgotamento do solo, contribuíram para a ocupação de novas áreas oeste paulista, encontrando solo e clima mais favoráveis que os já explorados pelo Vale do Paraíba.

Matos (1974) assinala que a marcha do café marcaria a fisionomia paulista, pois segundo o autor, “na sua etinerância, cansaria terras, abandonaria regiões”, mas em contra partida, “povoaria cidades novas, abriria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas”. E durante muito tempo o café as manterá vivas.

O cultivo do café iniciou-se no Rio de Janeiro no final do século XVIII, onde era plantado em pequenas lavouras nos arredores da cidade, posteriormente seu cultivo foi se expandindo e até a metade do século XIX já se alastrava a Zona da Mata em Minas Gerais, sul do Espírito Santo e leste de São Paulo, no vale do Paraíba, convertendo-se na principal atividade da região.

Tudo gira em torno do ouro verde. “Dele tudo emana, e a ele tudo se destina: homens, máquinas, animais”, alinhavado por Milliet (1938), e citado por Matos (1974), no que se refere ao novo panorama do crescimento e progresso diante do cenário dos cafezais paulistas. Completa ainda que durante pouco mais de um século, onde o café mostrou sua presença, ele “abandonou terra cansada, despoeira, empobrece, define; a terra virgem que ele deflora logo se emprenha de vida ativa, enriquece, progride”. O curioso fenômeno era visível a olho nu, ressaltou Milliet (1938).

Com as observações levantadas pelos autores, é possível perceber o cenário atual dos municípios pertencentes ao estudo do empreendimento, que tanto foram favorecidos pela produção do café e pela ferrovia, mas que atualmente se encontram em notável diminuição demográfica, em muitas vezes a um terço em relação ao cenário anterior.

O povoamento e o começo da expansão para o Oeste Paulista, para além de Araraquara iniciou-se por correntes migratórias, tendo os principais povoadores, os mineiros, ou como preferem alguns autores, “paulista de retorno”, visto que os paulistas é que foram em busca de riquezas minerais nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e com o esgotamento das minas, retornam procurando outros meios alternativos de sobrevivência. Esses foram essenciais personagens na fase de povoamento e substituição de mão de obra, após a abolição dos escravos.

Alguns mineiros já haviam entrado no Vale do Paraíba, mas a nova etapa de ocupação e expansão da atividade do café, também encontrará a presença dos mineiros adentrando no sertão desconhecido do Planalto ocidental Paulista e no Vale do Paranapanema até a divisa de São Paulo e norte do Paraná. (MONBEIG, 1984).

A diáspora dos mineiros para terras paulista é analisada por Tobias (1990), como tendo vários fatores, e não apenas um como sugere várias abordagens históricas. Não foi só o esgotamento das minas que levaram a peregrinação de mineiros em outras terras, mas a perseguição aos envolvidos na Inconfidência Mineira. Tanto inconfidentes, seus parentes e amigos foram expulsos ou passaram por repressão das autoridades de Portugal e do Brasil. Acrescentando ainda a Revolução dos Liberais, em 1842, que acabou rebentando em Minas, e a fuga de possível convocação de combatentes para a guerra do Paraguai. Os mineiros eram impelidos a expatriar-se. (TOBIAS, 1990).

Salienta Matos (1974) que foi um mineiro que construiu o primeiro rancho na região de São José do Rio Preto e em outras regiões, como São José dos Dourados, e Campos de Avanhandava e ainda o espigão Paranapanema e Peixe. A figura de José Teodoro, considerado mineiro por vários autores, mas contestado por Tobias (1990, p. 51) conforme análise documental que atestam que este nasceu no Rio de Janeiro, ocupou e trouxe familiares moradores das províncias mineiras para ocuparem glebas do planalto ocidental paulista. A participação do mineiro está registrada na historiografia de ocupação e povoamento desse espaço do atual estado de São Paulo. Assunto também tratado por autores como Cobra (1923), Giovannetti (1943), D'incão & Nascimento (2006) e Monbeig (1984).

Uma diferença que vale a pena salientar é a observação levantada por Tobias (1990) e Monbeig (1984), que o Paulista de Retorno, ou mineiros, diferem-se dos bandeirantes paulistas que só tinham intenção de exploração de novos territórios e não de fixar moradia, enquanto o mineiro parte como pioneiro e parte em busca de terra para nela se estabelecer e ficar com sua família, plantando e criando animais. Vários foram os caminhos percorridos por mineiros em regiões paulistas, mas grande parte se fixou principalmente na parte no Planalto Ocidental, chegando até o norte do atual estado do Paraná, antes pertencente a São Paulo no Sertão do Paranapanema.

No Sertão do Paranapanema, os mineiros, tomavam posse dividiam as suas terras em “aguadas”, desenvolvendo as lavouras de milho, feijão, arroz, batatas, mandioca, para seu consumo, e como atividade econômica, a criação de bovinos, muares e suínos. Com a expansão do café, essa região já ocupada por mineiros vai dividir terra com os recém-chegados cafeicultores que vão adquirir terras por grilagem e expulsão dos antigos moradores. Apesar da superposição da ocupação cafeeira sobre a ocupação mineira, as formas tradicionais tanto da agricultura de subsistência, quanto da criação de animais, persistiram, porém com áreas definidas para cada atividade: nas altas e médias encostas, o café, e nas baixas e várzeas o plantio de subsistência e a criação de animais. (TEIXEIRA apud BRAY, 1977).

Convém ainda relatar, apoiando nas pesquisas de Tobias (1990) que as migrações diferenciadas traçaram o perfil das distintas culturas que vão se formando na província de São Paulo. A cultura e civilização da região da Alta Sorocaba (nome recebido por influência das companhias de estradas de ferro) tinham característica mineiras, “com pastos semeados de árvores, com bois e suínos, com sede onde moram os donos”, e ainda pomares e pés de mandioca.

Na região da Alta Paulista, outro perfil de cultura e civilização se revela: “o outro lado, que é paulista, com pés de café dominando as terras, em geral sem nenhuma árvore, com sede sem donos residindo e sem pomar”, onde percebeu também não haver gado nem milho.

Sousa (2007) classifica a marcha para o Oeste Paulista, com períodos marcados entre o Velho e Novo Oeste Paulista. Enquanto o Velho é formado por grandes latifúndios cafeeiros de terra roxa, na passagem dos séculos XIX para o XX, o outro modo de ocupação, o Novo, tem características que tem seu primeiro processo de ocupação pelos índios, seguido dos mineiros com a criação de gado, com pequenas propriedades. A boa fertilidade do solo, posteriormente, desperta os interesses dos plantadores de café e com destaque a atividade do algodão propiciando o surgimento de colônias e municípios dinamizados pela migração japonesa com a atividade econômica, incentivada e financiada pelo Governo Japonês.

Os plantadores de algodão eram modestos sitiantes, porém esta atividade motivou a venda de sementes para vários municípios paulistas, e proporcionou a muitos fazendeiros a recuperação de seus lucros com a crise cafeeira, pois a produção algodoeira requer menos investimento que a cafeeira.

Os japoneses estavam fortemente organizados em associações culturais e cooperativas e contavam ainda com o investimento do Governo do Japão, tanto quanto aos seus assentamentos quanto na compra de suas produções. Foram eles os responsáveis pelo sucesso da produção de algodão, e ainda compradores de terrenos dos fazendeiros endividados. (MONBEIG, 1984; VIEIRA, 1973)

Juntamente com o café, as ferrovias favoreciam ao enriquecimento dos grandes produtores, atendendo aos seus interesses, o trajeto conhecido como “cata café”, eram pequenos trechos que serviam apenas alguns cafeicultores, onde suas fazendas se localizavam as mediações das linhas principais. A promessa da vinda dos trilhos em distintas regiões deixava a esperança de dias de prosperidades em regiões ainda esquecidas.

Em nenhum estado brasileiro percebe-se a forte ligação com o surgimento dos municípios com a ferrovia, fato justificado pela escolha do topônimo de muitos deles obedecerem a critérios de acordo com a estação ferroviária em sua localidade, na sequencia alfabética. (FERREIRA & SQUEFF, 2003)

Por onde passava os trilhos, povoados eram formados, ou prosperavam à medida que impulsionava o comércio local, diminuindo as distancias com o litoral, diminuindo também os custos, favorecendo o acesso a mercadorias diferenciadas, e ainda a valorização dos terrenos. A proximidade entre o principal centro consumidor de produtos, a cidade de São Paulo, e o porto de Santos forneceu condições excelentes para o desenvolvimento de todo o Estado, que comanda, ainda hoje, a vida econômica do país.

A agropecuária de subsistência, base econômica da região paulista até o século XIX e ainda a cultura cafeeira, juntamente com as condições favoráveis à obtenção de energia elétrica e a qualificação profissional dos imigrantes europeus, principalmente italianos, foram responsáveis pela formação dos aspectos fundamentais de acúmulo de capital e o fornecimento de matérias primas contribuindo para o rápido desenvolvimento da região, favorecendo ao processo de urbanização no estado e motivando as imigrações de outras regiões brasileiras, formando tipos de população dos mais diversificados.

A riqueza proporcionada pelo cultivo do café nas terras paulistas alterou muitos costumes e práticas culturais. Da agricultura aos objetos domésticos, modos de vestir, de falar, pode-se dizer que o século XIX foi o primeiro período de verdadeira revolução, no qual traços comportamentais vindos do passado indígena, e do açúcar, foram rapidamente justapostos ou movidos à intensa europeização permitida pelas imensas fortunas exportadoras, pela rapidez dos trens e especialmente pela entrada maciça de dezenas de etnias de imigrantes.



Como salienta Araújo Filho (1956), citado por Matos (1974), o fazendeiro, embora uma força econômica indiscutível, não se encastela mais nas suas fazendas, onde se provia de quase tudo e cujas residências ofuscavam a casaria urbana das vilas e cidades próximas. Ele iria também ser o habitante da cidade, para cuja fundação muitas vezes contribuía e para cujo desenvolvimento a sua importância não era menor, desde que levemos em conta não apenas a sua influência pessoal, mas também a dos que lhe estão subordinados, os trabalhadores, bem mais acessíveis e mais rápidos.

A cultura cafeeira e a estrada de ferro, nas férteis terras roxas do Estado, andaram lado a lado junto à interiorização do centro-oeste do Estado de São Paulo. Os interesses econômicos e a procura de novas terras fizeram com que a ferrovia e a cafeicultura descessem até o Rio Paraná, divisa do Estado de São Paulo com Mato Grosso do Sul e Vale do Rio Paranapanema, divisa com o Estado do Paraná.

Várias companhias agiram influenciando este processo, destacando a Companhia Paulista de Estradas, que além da construção da ferrovia, atuou também por meio de sua empresa de colonização, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, que retalhou fazendas e organizou loteamentos em regiões conhecidas como Alta Paulista e Alta Sorocabana. (PETRONE, 1984). Atuaram na região outras empresas, como a Empresa de Colonização Alta Paulista “Max Wirth”, a Companhia de Indústria, Comércio, Mineração e Agricultura, a Sociedade Colonizadora do Brasil LTDA, entre outras. Foram essas empresas as responsáveis por todo o processo de ocupação do Planalto Ocidental Paulista. (OLIVEIRA, 2013).

A malha ferroviária de São Paulo teve como marco fundador a implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (1867), após atingiu o nordeste Paulista com a Estrada de Ferro Mogiana (1872), a Companhia Paulista, por sua vez, penetrou no Oeste Paulista, atingindo Campinas (1872), Rio Claro (1876) e, mais tarde, os vales do Pardo e do Mogi-Guaçu, de um lado, e São Carlos, Araraquara e Jaboticabal, do outro. A Ituana (1873), que inicialmente ligava Itu a Jundiaí depois chegou até Piracicaba em 1879. A Sorocabana, que ligava São Paulo até Sorocaba e Ipanema, teve seus primeiros trechos assentados em 1875. (MATOS, 1974).

O processo de adaptação na região deixou suas marcas em diversos domínios sociais, o que pode ser verificado nas falas dos paulistas, nos hábitos, na produção cultural e também nos índices, estatísticas e documentação produzida pela administração pública sobre tal processo. Esse contexto possibilita a construção de amplos aspectos da presença do imigrante na sociedade paulista.

São Paulo foi o estado brasileiro que mais atraiu imigrante. Dos quatro milhões e meio que chegaram ao Brasil, cerca de três milhões desembarcou no Porto de Santos, rumo ao interior do estado, na esperança de colher para si um pouco da riqueza do café. Esperança que nem sempre se realizou. Por diferentes caminhos, boa parte de toda essa gente acabou ficando ou vindo para a capital.

Os imigrantes desembarcavam em Santos e, eram encaminhados de trem até o Brás, onde ficavam na Hospedaria dos Imigrantes, hoje transformada no Memorial do Imigrante, e de onde partiam para as lavouras de café no interior do estado. Muitos deles, entretanto, preferiam ficar na capital daí o surgimento de bairros nos quais a presença de estrangeiros era marcante, como Bom Retiro, Brás, Bexiga e Barra Funda.

Os primeiros imigrantes trabalharam lado a lado com os escravos, sofrendo pressões e maus tratos semelhantes. Alguns fazendeiros tentaram até instalar os recém-chegados nas moradias ocupadas pelos

escravos. Com a insistência dos colonos por mudanças em algumas senzalas, elas foram remodeladas ou foram construídas moradias mais afastadas da sede da propriedade rural e com melhor qualidade que a dos cativos. As casas dos imigrantes eram quase sempre muito rústicas e construídas de taipa ou de pau-a-pique, sem banheiro e com chão de terra.

Os recém-chegados disputavam desde as ofertas de emprego menos qualificado, até os espaços de moradia disponíveis junto aos segmentos mais pobres da população local, sobretudo mestiços e negros que também tomaram o rumo das cidades, após a abolição da escravatura.

Somente na década de 1920 e na década de 1930, foram finalmente estabelecidas, em definitivo, por tratados, as divisas de São Paulo, com o Paraná, Rio de Janeiro e com Minas Gerais, nos governos de Washington Luís, Carlos de Campos e Armando de Sales Oliveira.

Na primeira metade do século XX todo o Estado de São Paulo estava ocupado e desmatado, existindo apenas pequenas áreas com matas, que contrastavam com as extensões cobertas por cafezais, dando origem a uma nova paisagem rural. O povoamento atingiu o norte do Paraná, onde as condições eram semelhantes às de São Paulo, incentivando o avanço da atividade cafeeira. Nessa área, a colonização particular promovida por estrangeiros, responsáveis pela instalação de uma infraestrutura rodoviar, atraiu colonos oriundos de outros estados, que haviam passado por São Paulo. Já no fim da década de 40, consolidou-se a ocupação em terras de mata do norte do Paraná, tornando-se uma das áreas mais prósperas do Brasil, favorecendo o aparecimento de diversos núcleos urbanos.

Assim, se inicia na região um êxodo rural e conseqüente aumento da população, em busca de empregos, nas áreas urbanas. Os pequenos produtores de café vendiam suas terras aos grandes latifundiários e corriam em direção às cidades, primeiramente no interior do Estado, em busca de empregos e qualidade de vida. Na maioria das vezes não encontravam o esperado, devido à baixa infraestrutura das cidades interioranas, e assim se dirigiam para a capital ou para outros estados, fato que podemos verificar até os dias atuais.

Em conjunto à ainda existente produção de café, e as culturas intercaladas de outros produtos, as médias e grandes propriedades do enorme planalto ocidental se estabeleceram através da pecuária de corte e leiteira.

A partir do século XXI, através de incentivos do estado de São Paulo à produção de cana-de-açúcar para indústria sucroalcooleira, os centros urbanos se desenvolvem mais rapidamente, aumentando a qualidade de vida e atraindo outra leva de migrantes, contribuindo com a ocupação da região, desta vez migrantes nordestinos destinados a trabalhar como cortadores de cana.

Entre 2001 e 2011, a produção paulista de açúcar cresceu 121% e a de álcool 82%, impulsionada pelo mercado estadual de bicompostíveis, onde a região oeste recentemente merece destaque, com as cidades de Araçatuba e Presidente Prudente. A maior parte da produção nacional de derivados de cana é realizada em São Paulo. (INVESTE, 2013).

O setor agropecuário é presença fortíssima até hoje na economia da região, com grande tendência e crescimento do chamado setor terciário, com início ainda no século XX. Os municípios de interesse do estudo

estão inseridos no contexto de ocupação do Planalto Ocidental Paulista que inclui o centro-oeste, noroeste e sudoeste do estado de São Paulo.

O Estado é dividido, de acordo com divisão criada pelo IBGE, em 15 mesorregiões ou Regiões Administrativas, fazem parte das regiões do Brasil com similaridade econômica e social. Estas, por fim subdivididas em 42 microrregiões ou Regiões de Governo do Estado de São Paulo. Os municípios analisados em função do empreendimento em questão estão contidos na Região Administrativa de São José do Rio Preto (Icém, Nova Granada, Ipiguá, Bálsamo, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Jaci e José Bonifácio), Região Administrativa de Araçatuba (Barbosa e Avanhandava), Região Administrativa de Bauru (Promissão e Getulina) e Região Administrativa de Marília (Pompéia, Oriente, Marília, Oscar Bressane, Echaporã, Lutécia, Platina e Assis).

### **2.3.2. A GÊNESE DA REGIÃO DE MINAS GERAIS**

A região das Minas se tornou conhecida em torno de 1698, quando as primeiras jazidas foram encontradas em Ouro Preto por Antônio Dias Oliveira.

O conhecimento do ocorrido em regiões dispersas provocaria uma das maiores migrações, registrada em toda história do país, estimando que a região tenha recebido em torno de meio milhão de pessoas. A grande quantidade de minérios e ouro extraídos em um século era a maior que toda extração registrada no mundo até então.

O início do processo de construção de uma nação brasileira se deu com a descoberta de ouro em Minas Gerais, e provocou a grande migração de pessoas de várias procedências tanto internas da colônia, quanto de distintas regiões externas. (JUNIOR, 1971).

Os até então contingentes demográficos, numerosos e diversificados, foram atraídos para a nova atividade produtiva, tirando o foco de dos portos litorâneos.

De acordo com Calmon (1963), o “Período do Ouro” podia ser chamado o período da ocupação sistemática do país, pois se rompera o equilíbrio anterior. O litoral, com lavouras, a vida estável e os portos de comércio, perdera sua função de fixar uma população resignada a imitar ali os costumes portugueses. Alinhava ainda o autor:

“O interior passara a valer mais do que a costa, os campos mais do que as vilas, as minas mais do que o açúcar, o tabaco, o gado e a mandioca. Antes, fora os paulistas e vaqueiros do Nordeste, missionários e preadores de índios, ninguém queria aventurar-se pelos sertões.”

Ao se destacar sobre os demais estados com a exploração de minérios, a região das minas no século XVIII, sob o domínio colonial, foram atribuídas certa organização espacial, com nucleações e uma dinâmica econômica social bem definida nas áreas de mineração, e ínfima integração com o entorno. Desenvolviam-se áreas de exploração mineral, sobretudo de ouro e diamantes, produzindo experiências culturais e econômicas novas, enquanto o restante do seu território permanecia praticamente sem ocupação.

O território das Minas Gerais em 1720, após ser desmembrado em parte da Capitania de São Paulo, passando a formar, então, a nova Capitania Real de Minas Gerais. A divisa de Minas Gerais com São Paulo a partir de 1720 ficou sendo o Rio Sapucaí - MG, o Rio Grande - MG, e deste subindo a Serra da Canastra até o Rio Paranaíba.

A Capitania de São Paulo, após 1720, manteve ainda como parte os territórios, os correspondentes aos atuais estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e ao atual Distrito Federal, além do sul de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro.

Com a evolução da ocupação territorial, regiões foram desanexadas e criadas a partir da vasta Capitania de São Paulo. A parte mais meridional foi desmembrada, entre 1738 e 1742, para se criar a Capitania de Santa Catarina e a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, que daria origem, posteriormente, à Capitania de São Pedro do Rio Grande.

Em 09 de maio de 1748, foram criadas a Capitania de Goiás, a qual o atual Triângulo Mineiro ficou pertencendo, e a Capitania de Mato Grosso.

O governador da Capitania de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, em 24 de setembro de 1764, anexa a margem esquerda do Rio Sapucaí, ampliando os limites de Minas Gerais, aproximadamente, até a divisa atual com São Paulo. Em 04 de abril de 1816, o Triângulo Mineiro foi transferido para Capitania de Minas Gerais.

Alguns estudos apontam que desde suas origens, a área identificada como Triângulo Mineiro foi palco de disputas entre paulistas, goianos e mineiros, e como as demais áreas das Gerais, de acordo com Matos (1974), porém segundo Lourenço (data), a região triangulina, por não ter sido integrada a região aurífera central de Minas, ocupou em relação a ela uma posição periférica, de fronteira até o final do século XIX, e em relação a Goiás, representava apenas “área de passagem” em direção a São Paulo.

Lourenço (2010) acredita que o fato desta região, não ter sido considerada “goiana” pelos estudiosos goianos, nem tão pouco, “mineira” pelos mineiros, contribuiu para a falta de historiografia a seu respeito, pelos poucos estudos a ela relacionados, ou até mesmo ignorados. No entanto deve se considerar que outro tipo de atividade econômica impulsionava esta região, o que pode justificar a disputa entre os Estados.

De acordo com divisão estabelecida pelo IBGE, verifica-se que o estado de Minas Gerais é delimitado em 12 mesorregiões, sendo uma delas a do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Que ainda se divide em 09 microrregiões, sendo uma delas a Microrregião de Frutal, onde se localiza um dos municípios de interesse do estudo, o município de Fronteira.

### **2.3.2.1. OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA**

A formação socioeconômica do Triângulo Mineiro iniciou com as rotas dos bandeirantes, que saíam da Capitania de São Vicente, embrenhando o território continental. A descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso, no final do século XVII, desenvolveram condições objetivas para um início de atividades de circulação de mercadorias e pessoas, pois ocupava uma posição estratégica de grande relevância na época, funcionava

como elo, ligando São Paulo à Goiás, Mato Grosso e os interiores de Minas Gerais. Abrangia inicialmente toda região do atual Triângulo Mineiro, Alto do Paranaíba e a região do município de Araxá e fez parte da Província de Goiás até o ano de 1816.

O atual território do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba faz parte de uma região, a oeste de Minas Gerais, que se denominava Sertão da Farinha Podre. Região que deve sua ocupação, em primeira instância, à passagem dos sertanistas paulistas, que em busca de minérios, abriam caminho até os arraiais do ouro da capitania goiana do século XVII.

Os que por esses caminhos passavam, deixavam seus mantimentos presos em árvores, para aliviar o peso das bagagens, e quando voltavam ou outra tropa por ali passava, o encontravam podres e o assim ficou reconhecido.

Porém sua ocupação só se efetivou através dos movimentos migratórios, com a instalação de fazendas ao longo das estradas, em decorrência da Lei das Sesmarias no século XVIII, doadas pela Coroa Portuguesa como forma de incentivar a produção agrícola e a pecuária na região. Os bandeirantes paulistas, os tropeiros e os viajantes das Picadas de Goiás tinham a região como passagem e parada obrigatória para pouso e abastecimento.

Através dessa via de ligação entre São Paulo e os povoados de Goiás, nas terras situadas entre os rios Paranaíba e Grande, apareceram pequenos arraiais, onde os índios passam a camponeses, com intuito de povoar a colônia.

A primeira (experiência de ocupação) consistiu da criação dos aldeamentos ao longo da estrada que ligava Goiás a São Paulo, na qual a redução dos indígenas em núcleos sedentários era parte do esforço do governo pombalino de civilizar e povoar o interior da colônia. (ALMEIDA, 1997 apud LOURENÇO, 2010).

O primeiro povoado de toda essa região foi um acampamento de garimpeiros, nas nascentes do Rio das Velhas, atual Rio Araguari, chamado Tabuleiro, logo destruído pelos índios caiapós. O segundo foi outra vila de garimpeiros, denominada Desemboque região mais próxima ao centro mineiro, que também desapareceu com o esgotamento das minas de ouro. O terceiro foi Araxá, que vingou, cresceu e dominou todo o Sertão da Farinha Podre (ROSA, 2011).

O julgado de Desemboque foi bastante relevante na ocupação do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, contribuindo com as primeiras expedições generalistas, que em busca de região fértil e águas salitrosas, foram de grande importância para a instalação das primeiras grandes fazendas pecuaristas. No século XIX, outro enorme número de migrantes, irradiados de Desemboque, contribuiu para o alto crescimento demográfico de vários pontos da região, como as atuais Frutal, Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba, Campina Verde, entre outras.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da região triangulina em meados do século XIX foi a exploração da rota fluvial que ligava portos paulistas, navegando pelo rio Grande, diante das péssimas condições das estradas terrestres, possibilitou a conquista de privilégios comerciais sobre os demais núcleos agropecuários regionais. (LOURENÇO, 2010).

A nova rota salineira passava por São Paulo, Jundiaí, Campinas, porto de São Bartolomeu (rio Mogi), descia pelo rio pardo e subia pelo rio Grande buscando o da Ponte Alta daí, através de carros de bois, chegava a Uberaba. (Saint Hilaire apud REZENDE, 1983).

As ferrovias marcaram também um novo cenário na projeção econômica. Um fator que justifica os trilhos em regiões ainda despovoadas era baseado nas expectativas quanto ao mercado futuro do Centro Oeste, na qual visava à extensão dos trilhos até Goiás, diante das discussões sobre a eventual mudança da capital Federal para o Centro Oeste.

A chegada dos trilhos ao Triângulo Mineiro, com a Mogiana, foi responsável pela reformulação de toda hierarquia regional, colocando-os em contato direto com os paulistas e ainda servindo de entreposto do Centro Oeste. (ARAÚJO, 1981).

Com o outro trecho instalado pela Ferrovia Oeste de Minas, percebeu-se com isso que houve uma ruptura econômica, entre as décadas de 1920 e 1950, entre o Triângulo do Oeste, ligado a São Paulo e o Triângulo do leste, ligado a Minas e ao Rio de Janeiro. As duas ferrovias, pela segmentação que operavam no mercado regional, separavam o Triângulo Mineiro e duas áreas com características bem distintas, uma interligada à dinâmica paulista e outra complementar à economia mineira fluminense. Consequentemente, o intercâmbio comercial determinava a direção dos fluxos, e o estreitamento das relações sociais, mas com a interação regional, paulatinamente vai dando lugar ao que qualificaríamos de ambiente triangulino. (GUIMARÃES, 2004).

Através dessa dinâmica de ocupação, inicialmente pela exploração colonial de terras desconhecidas, seguido por ter posição estratégica proporcionando passagem, pouso e abastecimento para viajantes e depois através da busca de novas regiões férteis para agropecuária, firma-se desde então, a identidade do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba.

Atualmente tem uma das economias mais abastados de Minas Gerais, de lógica mercantilista, evidenciando a distribuição para o mercado interno e externo. A forte agropecuária contribui com grandes indústrias alimentícias, de madeira, fertilizantes e grandes frigoríficos.

## 2.4. HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS LEVANTADOS NO EMPREENDIMENTO

### 2.4.1. HISTÓRICO DE ASSIS

Aniversário: 1º de julho

Gentílico: Assisense

A cidade paulista de Assis, situada na Região Administrativa de Marília, originou-se em região que já foi conhecida como “Sertão do Paranapanema”, e se encontra em um núcleo regional que funciona como elo entre o Estado de São Paulo, Paraná e com Mato Grosso do Sul através de um modal rodoviário bastante eficiente.

No final do século XIX, vindo de terras mineiras, José Theodoro de Souza foi pioneiro ao desbravamento do Sertão do Paranapanema, que saiu de Pouso Alegre com destino à Província de São Paulo penetrando em direção a Mogi Mirim e em seguida Botucatu. Encontrou terras férteis ao norte da foz do Rio Tibagi, rio paranaense que desemboca no rio Paranapanema, e registrou-as em seu nome, perante o vigário de Botucatu, assegurando seus direitos para recorrer ao processo de legitimação de suas terras.

José Theodoro de Souza se referia à propriedade, como Fazenda Campos Novos, a qual resolveu vender com a finalidade de atrair povoadores para o sertão do Paranapanema. A extensão das terras vendidas foi apresentada através da medida de “meia-terça” de campos e matas que possuía. (DI CREDDO, 1987).

A região de terras férteis atraiu várias famílias, que adquiriram partes do terreno para ali se estabelecerem em fazendas. As primeiras aquisições foram de Francisco de Assis Nogueira e José Machado de Lima, que formaram a fazenda Taquaral às margens do Rio Pary, Taquaral-Veado.

No dia 1º de julho de 1905, Francisco de Assis, doou 80 alqueires de terra à Paróquia de Campos Novos do Paranapanema, de acordo com Ferreira e Squeff (2003), para a construção de uma capela em nome da Obra-Pio do Pão de Santo Antônio, do Sagrado Coração de Jesus e de São Francisco de Assis.

Em pouco tempo um novo povoado foi erguido ao redor da capela, que então, recebeu o nome de Assis, em referência ao sobrenome do antigo proprietário das terras e ao já então santo padroeiro do povoado, São Francisco de Assis. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

Inicialmente, Assis era povoada por índios da tribo dos índios Xavantes e Caiuás que logo foram expulsas da região. Os novos ocupantes, vindos de Campos Novos do Paranapanema, basearam sua economia na agricultura do milho, fumo e na pecuária com a criação de suínos.

Em 1914, Assis foi beneficiado pelo movimento Marcha para Oeste e pela construção das ferrovias. A Estrada de Ferro Sorocabana chegou à Assis levando o desenvolvimento, a cidade deixa a caracterizada vida rural para a formação de um centro urbano, levantado próximo à estação.

Em decorrência a tal progresso, em novembro de 1915, o povoado foi elevado a Distrito da Paz, se tornou distrito sede e dois anos depois, foi elevado a município.

Assis se tornou um eixo ferroviário bastante importante, contando com uma das melhores oficinas ferroviárias do Brasil e até hoje em dia possui um sindicato forte no ramo.

A economia ainda é baseada na agricultura, através da plantação de cana-de-açúcar, soja e milho e na pecuária de corte. De acordo com o IBGE, atualmente a cidade possui um setor de serviços muito forte, superando sua base econômica agrícola, e em constante crescimento.

#### Formação Administrativa

Pela lei estadual nº 1.496 de 30 de dezembro de 1915, foi criado o distrito denominado na época de Assiz, e estando subordinado ao município de Platina. Foi desmembrado de Platina no dia 20 de dezembro de 1917, pela lei estadual nº 1.581, elevado a município e distrito sede. A sede foi instalada no dia 20 de março de 1918.

Pela lei nº 2.203, em 20 de outubro de 1927, é criado o distrito de Tarumã e anexado à Assiz. Em 1933, datando divisão administrativa, o município de Assiz é constituído por dois distritos, Assiz e Tarumã, permanecendo assim até 1943.

Através do decreto-lei estadual nº 14.334, do dia 30 de novembro de 1944, o município passa a ser denominado Assis e pelo mesmo é criado o distrito de Florina. Assim, Assis ficou composta de três distritos, Assis, Florina e Tarumã.

Florina foi elevada a município em 30 de dezembro de 1953, pela lei estadual nº 2.456, se desmembrando de Assis, que fica novamente com dois distritos, Assis e Florina. Permanecendo assim até divisão territorial datada de 18 de agosto de 1988.

Em 1990, com a lei estadual nº 6.645, de 09 de janeiro de 1990, o distrito de Tarumã é elevado e município e se desmembra de Assis. Até divisão territorial datada de 14 de maio de 2001, o município é constituído apenas do distrito sede.

#### **2.4.1.1. Patrimônio Imaterial de Assis**

##### ➤ **Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Queima do Alho: Associação dos Tropeiros de Assis e ganhou em Pompéia.
- Raizeiro: Manoel Garcez. Venda de mudas de plantas e ervas para remédios e temperos, ponto na rua localizado em frente ao Centro Cultural Dona Pimpa.





Figura 9: Venda de plantas medicinais, com Manoel Garcez

### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Missa Sertaneja
- Missa Afro, na Paroquia Santo André, celebrada pelo Padre Edvaldo.

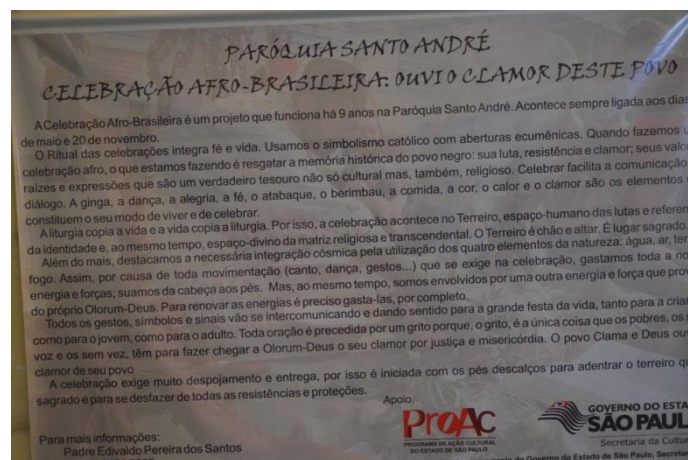


Figura 10: Banner de divulgação do evento religioso “Afro”

- Cavalgada em festividades no município.
- Festa dos Santos Reis, Folia Água do Óleo
- Encontro de Companhias: Companhias de Reis da Associação Folia de Reis do grupo da Vila Progresso. (Mariano e Damiano Benvindo)
- Festa da Padroeira na Catedral de Assis, quermesse, leilão de gado e almoço.

➤ **Das formas de expressão**

- Jogos Gateball.
- Arte em tecidos: Rosa Fortes.
- Pintura em madeira e tecidos: Vera
- Boneca de pano: Vera
- Pintura em madeira: Malvina.
- Entalhe em madeira: Agnaldo.
- Brinquedos de madeira: Joao Ramalho e Alexandre.
- Pintura Sacra: Edson.



Figura 11: Exposição e venda dos objetos feitos pelos artesãos



Figura 12: . Exposição e venda dos objetos feitos pelos artesãos

- Capoeira de Angola, um dos projetos realizados em Marília.



Figura 13: Roda de dança. Acervo do Projeto.



Figura 14: Objetos utilizados nas aulas de percussão e capoeira.

- Celebração Afro, na missa da Paróquia Santo André: Padre Edvaldo
- Artista Naif: Ranchinho, Artista famoso pela expressão ingênua do cotidiano retratada em suas obras.



Figura 15: Capa do Livro "Ranchinho".

- Artista Plástico: Márcio Maroubó.
- Catira: Agua Doce Cachaçaria.
- Catira na Casa de Taipa.
- Encontro de Bandeiras do Divino.
- Artigos de Umbanda e candomblé: indumentária e acessórios.



Figura 16: Indumentária de entidades espirituais.

Figura 17: Imagens utilizadas em rituais de umbanda e candomblé.

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

Assis possui vários monumentos culturais de grande valor histórico e arquitetônico para a população de seu município e vizinhança. Os mais indicados pelos seus moradores estão descritos abaixo:

- Paróquia Santo André.
- Casa do Artesanato, lugar de exposição, venda e oficinas artística, ministrada pelas próprias artesãs. Situado na lateral da antiga Estação Ferroviária de Assis.
- Catedral de Assis.



Figura 18: Casa do artesanato, Sra. Vera e Sra. Rosa.



Figura 19: Igreja Catedral. Assis/SP. Setembro/2013.

- Palácio Diocesana.
- Parque Buracão.
- Museu Histórico Casa de Taipa, com de objetos e fotos do acervo pessoal da residência de José de Freitas Garcez, e ainda anexo: Jose Giorgi: arqueologia de cerâmicas de uso cotidiano de índios; paleontologia, moedas e notas antigas.



Figura 20: Casa de Taipa – parte externa.



Figura 21: Objetos pessoais dos antigos moradores expostos no Museu.

- Museu Ferroviário de Assis: objetos, equipamentos e documentos da antiga Estação Ferroviária.



Figura 22: Sinalizadores e uniformes de funcionários expostos no Museu



Figura 23: Museu Ferroviário.

- Centro Cultural Dona Pimpa, com sala de exposição de objetos pessoais de artistas locais.

- Estação Parada das Artes

- Biblioteca Pública Nina Silva

- Museu de Arte Primitiva de Assis

- Instituto Negro Assis - encontro de Zimbauê



Figura 24: Teatro São Vicente.

- Teatro São Vicente- Bem Tombado

**TOMBAMENTO ESTADUAL: CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico.**

Localização: Rua Floriano Peixoto, 755, esquina com a Rua Joaquim José da Silveira

Número do Processo: 24042/86

Resolução de Tombamento: Resolução 31 de 19/12/1989.

Publicação do Diário Oficial

Poder Executivo, Seção I, 20/12/1989, pg 31.

Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 292, p. 74, 06/07/1990.

Fonte: Processo de Tombamento

## **2.4.2. HISTÓRICO DE AVANHANDAVA**

Aniversário: 29 de Dezembro

Gentílico: avanhandavense

Município paulista de Avanhandava, pertencente à Região Administrativa de Araçatuba, foi fundada pelo Coronel da Guarda Nacional, Antônio Flávio Martins Ferreira que, em 1904, vindo de Franca, adquiriu terras na região e instalou o patrimônio de Campo Verde.

Em virtude de seu rápido crescimento foi elevado a Distrito policial em 12 de junho de 1908, com o nome de Miguel Calmon. Nesse mesmo ano, foi inaugurada uma estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que impulsionou o desenvolvimento do povoado.

Em 21 de outubro de 1909, foi elevado à categoria de distrito do município de São José do Rio Preto. O distrito sofreu duas transferências, em 16 de dezembro de 1910 e em 22 de dezembro de 1913, para os municípios os de Bauru e Penápolis, respectivamente.

As primeiras paredes de tijolos erguidas, em 1921, foram dedicadas à construção da capela de Santa Luzia, a padroeira do distrito, produzidos no local por Ampleato da Silva Teixeira e Celso Grassi.

Nessa época, os índios que habitavam a região, agrupados em duas grandes tribos- coroados e caingangues, viviam em constantes escaramuças com os brancos colonizadores, com grandes perdas para os primeiros. Para levar a paz, indigenistas catequizadores foram levados ao local, com destaque para o Coronel José Cândido Mariano Rondon.

Com a criação do município, em 1925, e sugestão do seu fundador Coronel Antônio Flavio, Calmon teve o nome alterado para Avanhandava, em virtude do salto existente no rio Tietê, significando no tupi "*awe-anhã-aba*" - lugar de forte correnteza, ou segundo Theodoro Sampaio, "*aba-nhandaba*" - lugar onde se corre para evitar perigo à navegação, "ou lugar de correr dos homens". (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

Em 29 de dezembro de 1925, Avanhandava obteve sua autonomia política recebendo a sua denominação atual.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Miguel Calmon, pela lei estadual nº 1.171 de 21 de outubro de 1909 e subordinado ao município de Rio Preto.

O distrito de Miguel Calmon foi transferido do município de Rio Preto para o de Bauru, pela lei estadual nº 1.225, de 16 de dezembro de 1910. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Miguel Calmon figura no município de Bauru.

Pela lei estadual nº 1.397 de 22 de dezembro de 1913, o distrito de Miguel Calmon foi transferido do município de Bauru para o de Penápolis. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01 de setembro de 1920, o distrito de Miguel Calmon figura no município de Penápolis.

Elevado à categoria de município, com a denominação de Avanhandava, pela lei estadual nº 2.102 de 29 de dezembro de 1925 e desmembrado de Penápolis.

Constituído distrito sede, que foi instalado em 10 de maio de 1926. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 está constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936.



Pela lei nº 3.009, de 30 de junho de 1937, é criado o distrito de Gurupá e anexado ao município de Avanhandava. Em divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, o município é constituído de 02 distritos, Avanhandava e Gurupá.

Pelo decreto-estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Gurupá foi transferido do município de Avanhandava para o de Promissão. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-9143, o município é constituído do distrito sede.

Pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, é criado o distrito de Barbosa e anexado ao município de Avanhandava. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o município é constituído de 02 distritos, Avanhandava e Barbosa e assim permanecendo em divisão territorial datada de 1955.

Em 18 de fevereiro de 1959, pela lei estadual nº 5285, desmembra o município de Avanhandava do distrito de Barbosa que é elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede e permanecendo assim em divisão territorial datada de 2009.

#### **2.4.2.1. Patrimônio Imaterial de Avanhandava**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

Ofícios: fabricação de vassouras de capim de modo artesanal

##### **➤ Das Celebrações e Rituais**

- Marcha para Jesus, e quermesse no Bairro Bom Jesus dos Patos

- Cerco de Jericó da Paroquia Santa Luzia.

- Festa da Padroeira, Santa Luzia, celebrada em 13 de Dezembro.

- Festa do Peão

- Festa de Santos Reis – Folia do Emerson.



Figura 25: Foliões com a foto de folia de acervo pessoal.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Benzedura: Dona Izabel, Dona Quitéria (105 anos de idade) e Dona Conceição.

- Escultora: entalhada em madeira. Sr. Edésio faz também molduras de quadros, baús, bustos e outros objetos decorativos. Tem 50 anos de profissão, mas não tem nenhuma pessoa da família interessada em seguir seus passos. Alegando que a falta de incentivo cultural do município não deixa espaço para divulgação de talentos locais.



Figura 26: Peça produzida em madeira pelo artesão Edésio.



Figura 27: Sr. Edésio fazendo entalhe em madeira.

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais.**

- Estação Ferroviária: com cerquinhas decorativas e bancos de assentos, vestígios que lá já foi um lugar de encontros e lazer. Oficinas da linha férrea e a Estação estão abandonadas, e utilizadas pela prefeitura como depósito de pneus velhos.



Figura 28: Fachada da Estação de Avanhandava



Figura 29: Praça Santa Luzia.

- Igreja Matriz de Santa Luzia e Praça Santa Luzia: lugar de encontros no Coreto e apresentações culturais.

-Teatro Municipal

Os principais equipamentos de lazer urbanos e rural estão presentes no Centro de Lazer, no ginásio de esporte, campos de futebol, Praça do Idoso e parque infantil em praça do município.

### 2.4.3. HISTÓRICO DE BÁLSAMO

Aniversário: 17 de Novembro

Gentílico: balsamense

Bálsamo é cidade paulista que pertence à Região Administrativa de São José do Rio Preto, e seus primeiros habitantes chegaram à região em meados de 1915, época em que houve o povoamento do oeste e noroeste do Estado. O povoamento da região se deu entre o rio Preto e o São José dos Dourados, às margens do córrego do Bálsamo.

O grupo inicial era formado pelas terras de Lourença Diogo Ayala e seus filhos Pedro e Salustiano, além do engenheiro José Portugal Freixo, que possuía uma extensa área na região.

O Engenheiro José Portugal Freixo, determinou a seu sobrinho, Cândido Brasil Estrela, que demarcasse as áreas da fazenda Bálsamo, recentemente comprada pelos irmãos Ayala. Cândido pediu, então, a doação de parte da margem esquerda da cabeceira do córrego para a formação de um patrimônio, o que foi aceito. Com o apoio de Feliciano Sales Cunha, foi aberta estrada cortando as terras do patrimônio e construída uma garagem em 17 de novembro de 1920.

Os avanços do município de Mirassol com o café favoreciam o crescimento do povoado que rapidamente cresceu. Em pouco tempo aumentaram número de casas de alvenaria, progredia o comércio local, e houve a chegada do farmacêutico, dentista, médico, etc.

Em março de 1923 instalou-se o Distrito Policial. Os pioneiros eram mineiros, mas a eles se juntaram italianos, portugueses, nordestinos e, sobretudo, espanhóis, que eram em maior número e se dedicaram mais ao comércio.

Segundo dados nas bibliografias consultadas, o novo topônimo, Bálamo, deve-se ao córrego aí existente, cujo nome decorreu da abundância do "pau-bálamo", também conhecido como cabriúva-vermelha. Árvore de madeira de lei, muito abundante na época e praticamente extinto da região.

Segundo Ferreira e Squeff (2003), o nome deste município alude a uma paragem de cavalos, carroças e jardineiras, que se fazia sob as árvores conhecidas como "bálamos", por sugerir alívio, consolo e lenitivo, referindo as efusões e perfumes das plantas de fins medicinais, contando ainda com sua grande copa. (p.58)

Bálamo ficou conhecida posteriormente como a "Cidade das Palmeiras", porém poucos sabem por quê. Os jardins públicos da cidade foram planejados e construídos na gestão do então vice-prefeito Yolando Vidigal, no final da década de 1930. Yolando, que era, além de dentista, fazendeiro e industrial, trocou o Rio de Janeiro por Bálamo, em 1922, e, por conta dos jardins, decidiu trazer de lá algumas mudas de Palmeiras Imperiais, muito comuns por lá.

Devido a seu tamanho e belezas marcantes, conforme cresciam em redor da praça chamavam a atenção dos moradores, que apelidaram, carinhosamente, o município de "Cidade das Palmeiras". Hoje, elas podem ser encontradas por toda a cidade, deixando a paisagem mais bonita e agradável.

Na década de 40, a Estrada de Ferro Araraquara passava pela região de Bálamo, contribuindo fortemente para o progresso do distrito, trazendo modernidade e facilitando o transporte no país. Em 1953, foi elevado a município e na data já possuía significativo desenvolvimento com aproximadamente 1500 moradores da área urbana. Contavam com vários estabelecimentos comerciais, indústrias, companhia de luz e telefonia, médicos, farmacêuticos e um dentista. Além de possuir um cinema, rádio propaganda e até um time de futebol.

Apesar de sua formação agrícola, atualmente a cidade é movimentada pelo comércio e pela prestação de serviços.

Apesar de sua formação na agricultura, com o café e cereais e na pecuária, atualmente a cidade é movimentada pelo comércio e pela prestação de serviços, pontos bastante fortes do poder econômico da cidade.

### **Formação Administrativa**

O distrito foi criado pela lei estadual nº 2.086, de 18 de dezembro de 1925, com a denominação de Bálamo e subordinado ao município de Mirassol e permanecendo ao mesmo até divisão administrativa referente ao ano de 1933.

Em 30 de dezembro de 1953, é elevado à categoria de município com a denominação de Bálamo, pela lei estadual nº 2456 e desmembrado do município de Mirassol.

Desde então é constituído do distrito sede, que foi instalado no dia 01 de janeiro de 1955 e assim permanece em divisão territorial datada de 2009.

#### 2.4.3.1. Patrimônio Imaterial de Bálamo

##### ➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer

- Balaios de bambu- Sr. Joaquim Vieira, que inicialmente desenvolvia o ofício com a finalidade de uso de suporte de mudas de café. Essa pratica foi desenvolvida tradicionalmente nas plantações de café e de laranja, e também para transportar milhos e peixes, e outros fins nas roças. Depois substituídas por vasilhas plásticas. Atualmente o Sr. Joaquim, ao mudar para a cidade, adaptou seus conhecimentos de trançados para fins de utilidade doméstica e decorativa, como baús de roupas em geral. Vende seus artigos na calçada em frente sua casa.



Figura 30: Balaios e baús produzidos pelos Sr. Joaquim.

- Ofício de seringueiros: processo de sangria da seringueira para extração de borracha inicia às duas da manhã e vai até as cinco. Segundo os seringueiros é o horário que a árvore rende mais.

##### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Festa da Padroeira Nossa Senhora da Paz, em 09 de julho. Em comemoração, durante todo o mês, de sextas aos domingos, a partir das 20 horas, será realizada uma quermesse, na Praça Central.

- Festa do Peão

- Festa das Nações, em novembro, comemorando também o aniversário da fundação da cidade que dia 17 de novembro.

- Festa dos Santos Reis, Folia do Sr. João Luiz Lourenço.

- Festa Junina

- Carnaval

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Tapetes ornamentais feitos nas ruas em devoção ao dia de Corpus Christis. A população se mobiliza em decorar as ruas com arte na manifestação popular que tem como origem a comemoração do Corpus Christi. A decoração envolve crianças, jovens e adultos. Os 850 metros de ruas são enfeitados com serragem tingida, pó de café, tampinhas de refrigerantes encapadas com papel laminado, casca de ovo moída, tecidos, rendas e flores, borra de café, farinha, areia e alguns pequenos acessórios, como tampinhas de garrafas. As pessoas montam, com grande arte, um tapete pelas ruas, com dizeres e figuras relativas ao assunto. Por este tapete passa a procissão, seguida pelas pessoas que participam com fervor.

- Benzedura, Benzedeira- Dona Lourdes.

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Praça Dr. Alcides Ferreira e outra metade denominada Padre Paranhos, em frente à Igreja Matriz, lugar onde acontecem encontros casuais e as festas da cidade, inclusive a Junina.



Figura 31: Estação Ferroviária.



Figura 32: Praça da Igreja matriz e espaço cultural.

- Estação ferroviária de Balsamo e galpões de armazenamento. Lateral ocupada como recinto de animais, como mostra a figura 32.

- Santuário Nossa Senhora da Paz (Igreja Matriz): padroeira do município.

- Cachoeira artificial do Miltão: lugar de lazer é uma reserva ambiental d 145.000 m2 de mata livre nativa, com várias espécies de árvores e animais silvestres. O local é ideal para celebrar aniversários, eventos festivos, e

educação ambiental, passeios a cavalo e pescaria. Possui além de chalés para hospedagens, um restaurante com variadas receitas feitas com produtos orgânicos e pescados.



Figura 33: Cachoeira do Miltão.



Figura 34: Cachoeira e Restaurante do Miltão.



Figura 35: Clever Casado Open Mall, Bálamo



Figura 36: Clever Casado Open Mall, Bálamo

- Centro de compras Clever Casado: antiquário e lojas com produtos regionais: doces, quitandas e artesanato. Possui uma área de 48 mil metros quadrados distribuídos entre lojas, áreas de lazer, cafeteria, espaço para eventos, exposições artísticas e outros. Foi considerada a primeira entre as Sete Maravilhas eleitas como pontos turísticos da região.

As lojas foram construídas em torno de uma antiga sede de fazenda de café, as margens da Rodovia Euclides da Cunha. Foram utilizados como material de construção, o aproveitamento de madeiras de tulhas de fazendas de café, na qual o proprietário arremata as instalações e transporta as tábuas numeradas para sua reconstrução no centro de compras.

- Parque de Rodeio de Bálamo.



Figura 37: Parque de Rodeio Bálamo/SP

#### 2.4.4. HISTÓRICO DE BARBOSA

Aniversário: 31 de Janeiro

Gentílico: barbosense

O município paulista de Barbosa, pertencente à Região Administrativa de Araçatuba, iniciou-se em 1907 quando Joaquim Barbosa de Carvalho, natural de Rezende no Rio de Janeiro, atravessou o Tietê e se estabeleceu com uma fazenda próxima aos campos de Avanhandava, a qual a nomeou de Farelo.

Contam antigos moradores, que se casou e sua mulher, que havia conhecido em Avanhandava, levou como enxoval uma coberta feita no tear, e como dote, dez vacas de cria. E foi com o gado, junto às culturas de café, milho e algodão, que a fazenda progrediu. (FERREIRA; SQUEFF, 2003)

O fazendeiro possuía 1.000 alqueires de terra, e cumprindo promessa que havia feito, doou 10 alqueires para ser construída uma igreja em nome de Nossa Senhora Aparecida. A construção da igreja e do primeiro loteamento do povoado se deu em 1932, pelo próprio fundador do município, e sua mãe, Ricardina Maria de Jesus.

Com o desenvolvimento do povoado, que havia crescido ao redor da igreja, em 30 de novembro de 1944, foi criado, com terras desmembradas de Penápolis e Avanhandava, o Distrito de Paz de Barbosa, pertencente ao município de Avanhandava. Posteriormente, em 18 de fevereiro de 1959, Barbosa foi emancipado, ganhando o título de município independente.

A economia da cidade, atualmente, remete as suas origens e está ligada à agropecuária e outras atividades de progresso ao final do século XX, que tem como destaque o fabrico de telhas.

#### Formação Administrativa



O distrito foi criado com a denominação de Babosa, pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, subordinado ao município de Avanhandava, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de julho de 1955.

É elevado à categoria de município com a denominação de Barbosa, pela lei estadual nº 5.285 de 18 de fevereiro de 1959, desmembrado do município de Avanhandava e ficando constituído do distrito sede, instalado em 01 de janeiro de 1960.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### 2.4.5. PATRIMÔNIO IMATERIAL DE BARBOSA

##### ➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer

- Culinária

- Peixe ao molho com pirão de farinha de mandioca.



Figura 38: Prato servido no restaurante na rodovia.



Figura 39: Prato servido no restaurante na rodovia.

- Fabricação de farinha de mandioca, de rapadura, melado e polvilho são produzidos artesanalmente pela família do Tadeu em sua propriedade rural, próxima ao município.



Figura 40: Prensa utilizada na produção de polvilho



Figura 41: Moenda, utilizada na produção de melado e rapadura.

- Pesca artesanal: ofício praticado por várias gerações de famílias locais: “Os Parras” com trinta anos de ofício: Sr. Augusto, 15 anos de ofício, e ainda Sr. Valdivino e Senhor Toinho.



Figura 42: Atividade de preparação do pescado, família Parras.



Figura 43: Pescador Augusto e seu pescado do Rio Tietê.

- Rede de pesca: fabricadas pelas esposas dos pescadores. A Dona Ana é fabricante de redes de pesca e também de tapetes de retalho, crochê, pintura em cerâmica e telas que com cursos que recebeu de projetos sociais.



Figura 44: Rede de pescar, feita artesanalmente

Figura 45: Rede de pescar, feita artesanalmente

- Trabalho em couro para a lida rural como também acessórios ornamentais de equinos. Tadeu e Sr. Naim e Sr. Osvaldo. Todos oriundos da zona rural. Os dois últimos, residentes na cidade, buscaram na experiência herdada no campo para seu sustento na cidade, atendendo pedido de apreciadores de artigos personalizados.



Figura 46: Artigos em couro confeccionados artesanalmente por Naim.

### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Cavalgada e Comitiva do Tadeu. Utilizam-se tropas de equinos, como também carros de bois e cabritos. Nesse ano participaram de desfiles cívicos do município.



Figura 47: Tralha utilizada na Cavalcada do Tadeu.

➤ **Das Formas de Expressão**

- Tocador de berrante - Naim, Tadeu e irmãos.
- Reza de terços em diversos lares.

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais.**

- Pesqueiro e Prainha nas margens do Rio Tietê.



Figura 48: Fotografias de eventos de pesca em Restaurante local.

- Condomínio e ranchos localizados próximos ao rio para a prática de pesca amadora e profissional.
- Restaurante próximo à rodovia, com pratos de pescados.
- Igreja Matriz de Barbosa



Figura 49: Igreja Matriz de Barbosa/SP

## 2.4.6. HISTÓRICO DE ECHAPORÃ

Aniversário: 30 de novembro

Gentílico: echaporense

O município de Echaporã, contido na Região Administrativa de Marília surgiu de um povoado localizado no alto da Serra do Mirante, localizado na região conhecida como Sertão do Paranapanema.

Deste Sertão, várias comitivas saíram para a exploração e povoamento de novas terras do interior paulista. Mais especificamente do povoado de Campos Novos, também sediado na Serra do Mirante e das encostas dos rios Peixe e Paranapanema, uma delas saiu em direção as nascentes do rio Pari e Veado, onde João Zarias iniciou um patrimônio, dentre vários outros que surgiam ao redor de Campos Novos.

A região era ocupada por índios da tribo dos Coroados, e logo se tornou abrigo de catequizadores liderados pelos frades Capuchinhos. Era denominada de São Sebastião da Serra, porém, por essa condição cristã, o povoado ficou conhecido como Catequese. Segundo o autor Tobias (1990), a criação do povoado era de catequização dos índios, no entanto o casarão destinado a acomodar os índios era mantido distante do local habitado pelos brancos, dividindo o território em Catequese reserva e Catequese cidade.

Ainda de acordo com Tobias (1990), baseado nas análises das obras de Giovannetti (1946), o difícil contato entre eles foi marcado por violência e tentativas de escravidão dos índios pelos fazendeiros gananciosos. A intenção dos Capuchinhos de batizar os índios nunca foi concretizada levando a retirada dos mesmos e causando a extinção da Catequese reserva e consequentemente a decadência da Catequese cidade.

Um dos moradores da região já praticamente extinta, por motivos de desentendimentos locais, abandonou-a e fixou propriedade em terras a alguns poucos quilômetros a noroeste do povoado, no alto da Serra do Mirante. Por estar no alto da serra e proporcionar uma visão muito bonita do horizonte, o local foi denominado de Bela Vista.

Logo foram erguidos um cemitério e uma capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida, sua primeira missa foi realizada no ano de 1924.

Em 1928, Catequese é elevada a Distrito da Paz ao qual Bela Vista ficou pertencendo. No entanto, devido ao maior desenvolvimento e por sua localização central, dez anos depois, Bela Vista se tornou município sede, tendo Campos Novos como distrito subordinado, e incorporando o distrito de Catequese, findando esta denominação.

O progresso da região se destacou entre os outros distritos, e se deu basicamente em razão da agricultura, principalmente de café e algodão, e da pecuária.

Com uma nova divisão territorial do Estado de São Paulo, em 1944, em razão da existência de muitos lugarejos com o nome de Bela Vista, sua denominação foi alterada, traduzida para o guarani, e em homenagem aos seus primeiros moradores, exa - ver, observar e porã – belo, bonito, dando a ideia de um lugar alto de onde se pode divisar um determinado panorama, tornando-se Echaporã. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

Pela condição de estar em uma região alta e que divide as bacias hidrográficas do rio Paranapanema e do rio Aguapeí, foi beneficiada geograficamente com várias cachoeiras que atraem o turismo para prática de esportes radicais e trilhas.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Catequese, pela lei estadual n.º 2.303, de 05 de dezembro de 1928, subordinado ao município de Campos Novos do Paranapanema.

Através da lei n.º 1.828, de 21 de dezembro de 1929, simplificou o nome do distrito de Campos Novos do Paranapanema para Campos Novos. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Catequese figura no município de Campos Novos, assim permanecendo até divisão territorial de 31 de dezembro de 1937.

Pelo decreto n.º 9.775, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Catequese tomou a denominação de Bela Vista. Pelo mesmo decreto acima citado, o município de Campos Novos perde a categoria de município com distrito sede, passando a sede para o município de Bela Vista.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município de Bela Vista (ex-Campos Novos), é constituído do distrito sede e 05 distritos, Bela Vista (ex-Catequese), Campos Novos, Casa Grande, Fortuna (ex-Vila Fortuna) e Lutécia.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, o município de Bela Vista passou a chamar-se Echaporã. O mesmo decreto acima citado transfere os distritos de Campos Novos do município de Echaporã para o de Ibirarema (ex-Pau d'Alho), Ocaçu (ex-Casa Grande) para o município de Marília. E, ainda são desmembrados do município de Echaporã os distritos de Lutécia e Amaralis (ex-Fortuna), para constituir o novo município de Lutécia.

Em divisão territorial datada de 1 de julho de 1960, o município de Echaporã é constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### 2.4.6.1. Patrimônio Imaterial de Echaporã

##### ➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer

Ofícios:

- Selaria e artigos de couro, Dedé, Zé Cachoeira e Neto.



Figura 50: Ferramentas utilizadas no ofício.



Figura 51: Artigos de couro do Zé Cachoeira.

- As vassouras são fabricadas artesanalmente pela família de italianos: “Os Marrones”.

- Bonecas de pano, confeccionadas pela artesã Lurdes Vilalba.

- Doces: família Camargo

- Licor: produzido artesanalmente pela Márcia, funcionária do Museu.

Marcia relatou que após passar um período sem emprego decidiu resgatar a receita de família e vender o licor na cidade e para turista. Mesmo após passar no concurso da prefeitura, preferiu não deixar de produzir e comercializar o licor de jabuticaba.

- Paçoca de Pilão, por Idalina Sanches.

### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Festa do Peão de Boiadeiro, com feira, exposições de animais e shows, barracas de alimentação e artesanato.
- Encontro de fanfarras e Bandas, onde é comemorado o Dia da Independência. O evento realizado na Praça da Igreja Matriz atraindo público de várias cidades da região.
- Festa de Santo Expedito, tradicional festa na cidade na Capela de Santo Expedito, na propriedade da Sra. Therezinha Sindona. A festa acontece desde 2003.
- Festa de Nossa Senhora Aparecida, inicia com uma Cavalgada, peregrinação com a imagem nas comunidades rurais, missa sertaneja, benção de veículos, quermesse, leilão de gado, coroação da rainha da festa.
- Cavalgada dos Jovens Cowboys



Figura 52: Arquivo em foto da cavalgada.

- Festa de São João Batista, comemorada no Sítio Nova Esperança.

A Festa já acontece há aproximadamente 40 anos, após uma promessa feita por Dona Madalena pela recuperação da saúde de seu filho após um acidente. Mesmo após ter alcançado a graça, a festa foi mantida. Pratos típicos da festividade junina são oferecidos aos convidados, como também rituais religiosos, como: missa, procissão, e levantamento de mastro com homenagens a São Joao, São Pedro e Santo Antônio.

- Festa em louvor a São Sebastião, no Salão Paroquial da Igreja Matriz. A celebração acontece todos os anos, com bingos, leilões, quermesses acompanhadas de muita animação com os forrós.
- Carnaval de Rua, com marchinhas e músicas tradicionais do carnaval, e ainda o “Carnawai”, considerada uma das festas tradicionais do município.



### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Catireiros: Irmãos Tomé
- Banda Musical Municipal, tocam em eventos da cidade, inclusive no carnaval. Fundada em 1992, já foi eleita a melhor Banda Musical do estado de São Paulo, e a segunda melhor do país.
- Companhia Teatral Cresça e Apareça. A companhia iniciou suas atividades há 15 anos, participando de eventos locais e regionais, representando seu município em Mapas Culturais Regionais.
- Música Sertaneja.
- Violeiro sertanejo Arnaldo Freitas e José Rodolfo Penga.
- Literatura de cordel, poemas e tocador de violas: Neto.
- Coral sertanejo: Sr. Antônio Fernandes e Sr. Máximo.
- Repentista: Juventino Dias.
- Torneio de truco, bocha e futebol, nas datas de 07 de setembro e 01 de maio.
- Bordados portugueses: Maria Ferreira.

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Igreja Nossa Senhora Aparecida, é a primeira igreja construída no município, por volta de 1924, localizada na Praça Riodante Fontona, ou Praça da Matriz. A fonte luminosa, o coreto, os monumentos da Santa Ceia e Sagrada Família, tornaram a praça um dos pontos mais visitados da cidade.



Figura 53: Igreja Matriz de Echaporã



Figura 54: Fonte luminosa na praça da Igreja Matriz.

- Bairro Rural da Catequese; lugar que foi catequisados índios virou lugar de visitação de turistas, e atualmente faz parte do itinerário do Evento Ciranda de Esporte e Lazer Rural, com objetivo de integrar a comunidade em ações culturais, sociais, esportivas e ambientais. Foi apresentada a maquete da primeira capela, exposição fotos históricas, e ainda lazer e momentos religiosos, missas e reza do terço. Festas juninas também são realizadas no local.

- Centro Cultural Jairo Costa Silva.

- Piscina Municipal, lugar de encontro de pessoas para lazer.

- Fazenda Roza: propriedade rural que recebe turista em busca de contato com a natureza em trilhas de motoqueiros e jipeiros e acampamento.

- Cachoeira Santa Rosa. Com a primeira queda livre de 15 metros de altura, e a segunda com 35 metros de altura. No final da queda, possui uma gruta. O lugar é procurado para prática de rapel, banhos de cachoeira e contato com a natureza.

- Cachoeira Borguete. A propriedade desenvolve o cultivo do café e criação de gado. Procurado para prática de trilhas e cachoeirismo. A cachoeira tem queda livre de 35 metros e ao seu redor grande variedade de espécies de árvores e pássaros.

- Capela Santo Expedito, situada na propriedade rural da família Sindona. Local da Festa de São Expedito e novenas, missas, almoço beneficente, leilão de gado e parque infantil.

- Capela de São Sebastião, no Bairro Rural da Catequese. No bairro acontecem quermesses, louvores, cavalgadas, festas culturais, onde é resgatada a história do início da cidade.

- Sítio São Pedro. Propriedade rural do Sr. Horácio Toledo e Leila Vichi, desenvolve o turismo religioso, trilhas, caminhadas, e ainda estrutura para camping e pescaria.

- Museu Histórico Municipal.



Figura 55: Objetos utilizados na atividade rural, exposto no museu



Figura 56: Objetos antigos usados no cotidiano, exposto no museu

- Piscina Natural “Poção”: localizado no Pesque Pague Paraiso, é lugar propício para banho, contemplação e lazer.
- Paredão “André Marques”, localizado na Vicinal ECH-010, é lugar de visitação e contemplação pela sua beleza natural.
- Mirante Natural da Serra, localizado na Vicinal ECH-010, é lugar de visitação e contemplação.
- Mirante da Santa, localizado no trevo da cidade, é lugar de contemplação do Por do Sol e dos vales que cercam a cidade.

## 2.4.7. HISTÓRICO DE GETULINA

Aniversário: 25 de março

Gentílico: getulinense

A cidade paulista Getulina, que pertence à Região Administrativa de Bauru teve suas origens em meio à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século XX.

Em 1904, chegaram os primeiros homens a Bauru, uns para abrir os terrenos para os trilhos e outros desbravando os caminhos desconhecidos a oeste do litoral paulista. Por esses lados, foram encontrando terras férteis e avermelhadas boas para agricultura.

Na mesma época, era também ocupada a região da cidade de Lins, às margens do rio Douradinho, na época povoada pelas tribos indígenas dos Coroados e dos Caigangs, cujos nomes ficaram eternizados nas denominações de dois afluentes do rio Feio, que banha a região.

Em outubro de 1917, um grupo de engenheiros da região de Lins, dirigidos por Florindo Beneducci e chefiados por Aristides Mercês, chegou às margens do rio Feio para dividir as terras do espólio de Bernardino de Campos. E justamente nas terras do seu herdeiro, Carlos de Campos, que o Dr. Mercês fundou um patrimônio que o tempo se encarregou de chamar Getulina.

O topônimo "Getulina" foi uma homenagem prestada pelo engenheiro Aristides Mercês à Getulina, sua companheira de desbravamento das matas da região do Noroeste do Brasil. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

Localizado à margem esquerda do córrego Gavanheri e a direita do Lambari, o patrimônio foi erguido por Aristides Mercês e seus companheiros Pompeu de Souza Queiroz, Luiz Antônio de Souza Queiroz e Alfredo Marcondes Cabral. Abrindo caminhos floresta adentro deram início à construção da estrada de rodagem para Lins e após para Garça, cidades vizinhas.

A primeira residência construída no patrimônio foi a de seu fundador, Aristides Mercês, de madeira, no local onde atualmente se encontra o Banco do Brasil. Rapidamente apareceram outras edificações, sendo que a primeira a ser construída com tijolos, foi a de Natal Biondo Mengato, na Rua Carlos de Campos.

A primeira missa campal foi celebrada em 1922, pelo Padre João Carelli, vindo da Paróquia de Lins, onde hoje está situada a Igreja Matriz. Em 1925 foi erguido o primeiro Cruzeiro, fato importante para a época, sendo posteriormente construída a Capela de São João Batista em terreno doado por João Pedro Rebuças de Carvalho, cuja inauguração se deu a 24 de outubro de 1926.

Em 1926, Getulina se tornou Distrito de Paz, tendo como primeiro subprefeito o Sr. Estevão Falqueiro, e o primeiro juiz de paz, o Sr. Pedro Boy. A partir de 1930 começou o movimento para a emancipação do distrito de Getulina, então pertencente ao município de Lins.

Com as revoluções de 1930 e 1932, o movimento esteve paralisado, porém em março de 1935 o interventor do Estado, Armando Sales de Oliveira, elevou o distrito à categoria de município. O primeiro prefeito municipal, nomeado pelo interventor, foi José Miele e o primeiro delegado de polícia, Estevão Falqueiro.

Em 1953, dado progresso da cidade, o município de Getulina foi elevado à categoria de Comarca, cuja instalação deu-se em 1954. Seu primeiro juiz de direito foi Antônio Moreno Gonzales e o primeiro promotor, José Bosco Vieira.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Getulina, pela lei estadual nº 2.153 de 14 de dezembro de 1926, sendo subordinado ao município de Albuquerque Lins.

Pela lei estadual nº 2.182-A, de 29 de dezembro de 1926, o município de Albuquerque Lins tomou a denominação apenas de Lins. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Getulina compõe o município de Lins.

Elevado à categoria de município com a denominação de Getulina, pelo decreto-lei nº 7.028, de 25 de março de 1935, se desmembrado do município de Lins e mantendo sede no antigo distrito de Getulina. Constituído do distrito sede que foi instalado em 23 de maio de 1935.

Pela lei nº 2646, de 16 de janeiro de 1936, é criado o distrito de Macucos e anexado ao município de Getulina. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1937, o município é constituído de 02 distritos, Getulina e Macucos.

Pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de dezembro de 1944, Getulina adquiriu do município Lins o distrito de Guaimbê. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído de 03 distritos, Getulina, Guaimbê e Macucos.

Com a lei estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, é criado o distrito de Santa América com terras desmembradas do distrito de Macucos e anexado ao município de Getulina. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o município é constituído de 04 distritos, Getulina, Guaimbé, Macucos e Santa América.

A lei estadual nº 2.456, de 30 de dezembro de 1953, desmembra do município de Getulina o distrito de Guaimbê, elevado a município. A mesma lei, também dá a Getulina o título de Comarca, cuja instalação deu-se em 11 de dezembro de 1954.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído de 03 distritos, Getulina, Macucos e Santa América e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### **2.4.7.1. Patrimônio Imaterial de Getulina**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Ofícios:

Peão de Rodeio: Nivaldo Gonçalves, o “Costinha”. Foi Campeão em 1988 no mais famoso evento de rodeio do País, o Barretão, tornando orgulho para os moradores da cidade.

- Locutor de Rodeio: Asa Branca.

- Selarias e curso de domador, de ferragem nos cascos de animais, provas de tambor. Sr. Sebastião é funcionário do Rancho Galvão, e também berranteiro.



Figura 57: Sr. Sebastião, berrante e artigos que produz em couro.

### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Carnaval com blocos formados por amigos e parentes: Equipe Seca litros; Ardência no Regaço; Turma do Brejo.
- Festa dos Santos Reis: Folia do Gerdão, Folia do Gildo e Folia do Odálio.
- Festa do Peão.
- Festa de Nossa Senhora Assunção, padroeira da cidade. Na programação contém missas, novena, benção de carro e chaves, e carreata nas ruas da cidade.
- Moto Missa, uma nova celebração de missa na cidade, conquistando a admiração do público jovem.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Exposição Brasil Japão
- Exposição Afro Brasileira



Figura 58: Atividade Cultural em 2013



Figura 59: Atividade Cultural em Getulina

- Jogos japoneses de Gateball. Joga-se em quadra retangular, utilizando tacos, para arremesso de bolas com objetivo de atravessar o arco, marcando assim pontos. Sua duração é de 30 minutos, para cada partida. Há torneios regionais e nacionais, promovidos pela UCCGB ( União dos Clubes de Gatebaal do Brasil).



Figura 60: Quadra de Gateball (Fonte: foto do site do torneio).

- Artesanato: trabalhos manuais de flores de EVA executado pela artesã Clarice, ponto cruz, crochê, aplicação em tecido, chinelos bordados, confeccionados pelas artesãs Elaine e Benedita. Venda na Casa do Artesão e online.

- Casas de madeira: estilo muito percebido em algumas cidades do interior paulista. Segundo seus moradores, as casas de madeira fizeram parte de um período que a madeira era abundante e o modo de fazer mais pratico que a tradicional taipa e adobe.



Figura 61: Casa de madeira em bairro de popular.

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Centro Cultural Hidelbrando Miotelo.
- Recinto Clube de Rodeio de Getulina: provas de laço e rodeio.
- Rancho Frei Galvão: provas de laço e tambores. Ministra curso de carquear, doma, laço e outras habilidade com animais equinos.



Figura 62: Rancho para provas ligadas a habilidades com cavalos.



Figura 63: Monumento do Cristo Redentor erguido na entrada da cidade.

- Monumento na entrada da cidade: Cristo Redentor
- Praça 9 de Julho e Igreja Matriz de Nossa Senhora Assunção.





Figura 64: Igreja Matriz de Getulina

-Capela de São José, no Distrito de Santa América.

## 2.4.8. HISTÓRICO DE ICÉM

Aniversário: 30 de dezembro

Gentílico: icense

A cidade do Estado de São Paulo, Icém, localizado na Região Administrativa de São José do Rio Preto teve suas origens no povoado originalmente denominado “Água Doce”, situado às margens dos rios Grande e Turvo, de acordo com a autora Sant’anna (1996) teve seus primórdios em uma fazenda chamada “Marimbondo” de propriedade do Coronel Chamingo, que doou 90 alqueires de terra ao bispado de São Carlos, sob a condição de que fosse construído um povoado sob a proteção de Nossa Senhora de Abadia e de São João.

Essas mesmas terras foram vendidas ao capitão Jonas Francisco Alves que reservou três quarteirões, vendendo o restante da gleba para o Major Salustiano Custódio da Silveira que, por sua vez, doou parte para um novo patrimônio e o restante vendeu em lotes para novos moradores: Joaquim Chagas de Matos, Marcolino Antônio Rosa, Isaac Alves Ferreira, Benedito Gonçalves de Deus, David Sabino das Neves e Antônio J. das Neves.

Seus pioneiros estão inseridos no contexto da exploração das minas de ouro em Minas Gerais no século XIX, e aos movimentos da marcha para oeste e processos de interiorização e implantação da agropecuária no Estado de São Paulo a partir do início do século XX.

Água Doce começou a figurar no quadro administrativo do Estado de São Paulo a partir de 28 de dezembro de 1914, quando se tornou distrito do município de Barretos, com sua denominação atual, Icém, e já com atividades agropecuárias, acompanhando o desenvolvimento administrativo e crescimento da região. Segundo dados de Ferreira e Squeff (2003) essa nova denominação representava uma noção “mais brasileira”,

visto que provia de uma língua indígena, que em tupi "y-ce", tem o significado do primitivo topônimo, água doce.

A origem do primeiro nome é objeto de diversas hipóteses, uma a de que o córrego vizinho ao povoado teria tombado um carro de bois carregado de açúcar, que se dissolveu em suas águas, outra, que às margens do mesmo córrego de Água Doce existiam várias famílias que produziam doces caseiros, e a última, talvez a mais acertada, é a de que o nome relaciona-se com a presença dos dois grandes cursos de água doce que banham suas terras.

Com o constante progresso que vinha desenvolvendo nesta época, o Distrito de Paz de Icém mereceu atenção de inúmeras pessoas dedicadas que passaram a trabalhar pela sua emancipação política, podendo citar entre outros o Sr. Ovídio Custódio Moreira, Isidro Alves Rosa, Jerônimo Machado Silveira e Clarindo Neves.

Após a criação de outros municípios originários da região de Barretos, Icém foi duas vezes transferida, primeiro para o município de Olímpia, no final de 1917 e depois para o município de Guaraci, em 1944.

Icém foi elevado a município, em 1953, com sede na Vila de igual nome e com o território do respectivo Distrito de Paz. Como município, ficou pertencendo a Comarca de Olímpia, 80ª Zona Eleitoral e Delegacia de Polícia de 5ª Classe, pertencente à 2ª Divisão Policial da Região de Barretos.

Ovídio Custódio Moreira, antigo fiscal municipal, foi um dos que mais trabalhou pela criação do município, e teve seu nome escolhido como candidato único para o cargo de Prefeito Municipal nas eleições de 03 de outubro de 1954, sendo empossado em 01 de janeiro de 1955.

Até outubro de 1969 o município de Icém pertencia a Comarca de Olímpia, mas a partir dessa data passou a pertencer a Comarca de Nova Granada. Atualmente a Delegacia de Polícia de Icém é de categoria 3ª Classe.

A cidade faz fronteira com Minas Gerais e situa-se a aproximadamente 7 km do município mineiro de Fronteira. São interligados pela rodovia Transbrasiliana e pela BR-153º que torna facilitado o acesso ao município.

Por se localizar em terras banhadas pelos Rios Grande e Turvo, possui grande potencial turístico e também hidrelétrico. O enorme e profundo lago formado pela barragem da Usina Marimbondo, no rio Grande, oferece possibilidades de desenvolvimento turístico como, por exemplo, a pesca esportiva e o camping, tanto a montante quanto a jusante da construção.

### **Formação Administrativa**

Em 28 de dezembro de 1914, pela lei estadual nº 1.449, foi criado o distrito denominado Icém, e subordinado ao município de Olímpia permanecendo até divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937.

Pelo decreto estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Icém perdeu parte do seu território para o novo distrito de Altair, do mesmo município de Olímpia.

Na data de 30 de novembro de 1944, através do decreto-lei estadual nº 14.334, Icém foi transferido do município de Olímpia para o novo município de Guaraci, permanecendo até divisão territorial de 01 de julho de 1950.

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Icém, pela lei estadual nº 2.456 de 30 de dezembro de 1953. Desmembrado do município de Guaraci se torna distrito sede, instalado em 01 de janeiro de 1955.

Até o dia 01 de julho de 1960, o município é constituído apenas do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### **2.4.8.1. Patrimônio Imaterial de Icém**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Culinária: Além das citadas também em Fronteira, a culinária dos pratos cotidianos pouco se difere, pois as cidades estão muito próximas, divididas apenas por uma ponte.

Ambas estão localizadas as margens do Rio Grande, onde o consumo de peixe está bem presente.

- Quenga, prato feito à base de milho ralado e com queijo e carne no recheio. Assemelha a uma pamonha de textura mole, e é feita em assadeira.

- Doce Coruja - feito pela Senhora Dirce. A moradora conta que a receita do doce veio com sua avó. A execução do doce exige muito tempo. As várias camadas de doces de frutas em caldas. São utilizadas três tipos de doces diferentes, e intercaladas com pães umedecidos com canela e leite. Colocados em forma caramelizada, e assado em “banho maria”.

Dona Dirce relata que por ser um doce caro e demorado, houve pouco interesse de aprendizado por outras pessoas mais jovens da família, suas filhas apenas o aprimoraram. Na cidade, apenas ela e sua funcionária ainda o fazem, atendendo aos pedidos da família.

Procurando que outras pessoas tivessem acesso à iguaria, passando assim a fazer parte das prendas doadas nas festas religiosas da cidade.

- Queima do Alho - modo de fazer a comida de tropeiros. Participação em festival Gastronômico da Festa do Peão de varias localidades, e ganhador de prêmios.



Figura 65: Folder do Festival da Queima do Alho.



Figura 66: Folder de divulgação do doce Coruja da Moradora de Icem.

- Linguíça Cuiabana - não se sabe a origem de sua receita, mas é muito apreciada pelos moradores locais e produzida por algumas famílias.

- Pesca Artesanal - este ofício é desenvolvido por pescadores. Esta pratica está presente na família há 11 anos. Dona Iraci Mafei é de descendência italiana.

Conta que atualmente tem sete pessoas da família envolvida na pesca e comercialização do pescado na rodovia e nas cidades.

- Vendedores de abacaxi também comercializam na rodovia. Barracas que estão presente ao longo da rodovia, por grande extensão.

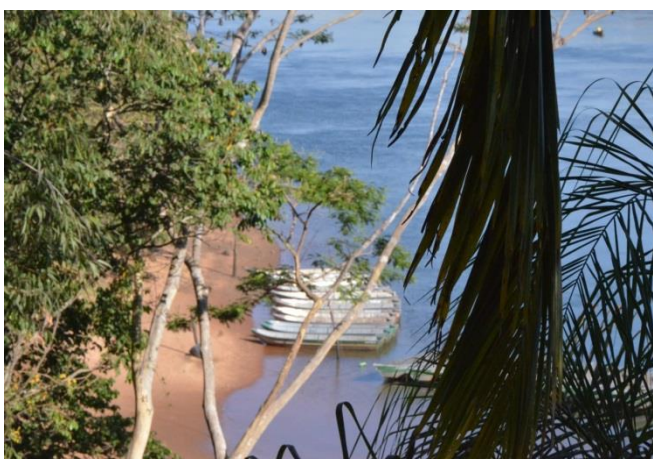


Figura 67: Barcos da atividade pesqueira.



Figura 68: Barracas de peixes e de abacaxi na divisa dos municípios Fronteira e Icem.

- Vassoura de capim: artigo desenvolvido artesanalmente em quase toda a região inserida no empreendimento, e que se difere de outras regiões já pesquisadas, como Goiás e Bahia.

- Comitiva do Peão Água Doce: Confeção de “traia” de animais e a tradicional “Queima do Alho”. Manifestação cultural que mais se identifica com os modos de fazer da culinária regional. A Comitiva do Carlinhos é conhecida em todo interior paulista. Iniciou-se com seu pai, Sr. Edemundo e conta com a participação de vários parentes e amigos. Participou das competições na Festa do Peão de Barretos, ganhando durante três anos. Suas premiações são divulgadas em jornais regionais e revista de Barretos.

Carlinhos adquiriu o conhecimento ainda do curtume e amaciamento do couro sem produtos químicos, utilizando cascas de angico e ferramentas artesanais, ofício de laçador, domador de equídeos. Participa de provas de laços e montaria. Dentre o processos de avaliação, verificam a “traia” dos peões, sua cozinha ( não pode ter nenhum utensílio plástico), o asseio, e a comida.

Na queima do alho tem que ter: arroz carreteiro, feijão gordo (com carne de porco), paçoca de carne feita no pilão, e ainda carne na chapa ou espeto.

Carlinhos é voluntário em projeto social, ministrando curso de habilidades com o couro e argila. Está atualmente aguardando aprovação de outro Projeto social “Rancho Tropeiro”, juntamente com a terapeuta Lourdes, com uso de equinos em terapia, trabalhos em couro, e conhecimento da culinária dos tropeiros. Focando no público das crianças, com objetivo de formar profissionais na arte do couro. Seu projeto almeja ocupar as residências de funcionários na Usininha, que se encontram abandonadas.



Figura 69: Casa do Carlinhos, da Comitiva Água Doce.



Figura 70: Casa de antigos funcionários na “Usininha”.

### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Festa do Peão de Boiadeiro: Rodeios, provas de laço, barrquinhas com comida e artesanato local, show sertanejos, e outras atrações.

-Cavalgada com a participação de mais de mil pessoas, percorrem as ruas da cidade, saindo do “Recinto”.



Figura 71: Painel de fotos de eventos da Cavalgada e Comitivas, exposto na Casa de Visita.

- Festa dos Pescadores: no mesmo dia de São Pedro, dia 29 de Junho.
- O carnaval de Icém é considerado o mais animado da região, concentrando um grande número de pessoas, recebendo visitantes de municípios vizinhos. Mesmo sendo numa cidade pequena, obedece as características das escolas das grandes cidades, com Mestre Sala e Porta Bandeira e blocos distintos.
- Festa Junina (quadrilha de Icém, já participou do Festival do Jeca Fest em São José do Rio Preto).
- Festa de Nossa Senhora da Abadia, padroeira da cidade.
- Festa das Nações: reúne grande número de pessoas na festividade de diversidade cultural. A Festa é itinerante, circulando por todo o interior paulista.

#### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Tocadores de berrante: Carlinhos da Comitiva Água Doce.
- Músicas Sertanejas, com viola e sanfona.
- Livro "Fragmentos", da moradora Luzia Imaculada Sant'anna, na qual a autora relata tempos que fizeram parte da historia da cidade e dos lugares de encontros sociais, dentre eles, destaca o Casarão do Coronel Salustiano.

#### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Praça Nossa Senhora da Abadia: Praça em frente à Igreja, onde é comemorado as festividades da cidade. Durante o dia, é ponto de encontro de idosos, onde há troca de experiências, estórias e causos.



Figura 72: Igreja Matriz

- Recinto do Peão Associação de Rodeios e Tradição: espaço para provas de laço e montaria.



Figura 73: Recinto do Peão Associação de Rodeios e Tradição.

- Usininha – primeiro prédio de concreto armado do estado de São Paulo.
- Casa de Visita- local construído para receber políticos de destaque no contexto nacional.
- Restaurante Peixe Vivo - conhecido por muitos turistas e visitado por Juscelino Kubistchek.



Figura 74: Restaurante Peixe Vivo.



Figura 75: Casarão do Coronel Salustiano.

- Casarão do Coronel Salustiano, situado na Praça Nossa Senhora da Abadia Segundo a escritora Luzia, o lugar foi palco de reuniões importantes da cidade, construído em 1919, muitas negociações foram realizadas ali: emancipação política, comícios, acertos e desacertos.

- Cachoeira do Barrinha- Situado na Reserva Ecológica da Usina Marimbondo, considerada por Concurso de Eventos Turísticos, a segunda Maravilha da Região.



Figura 76: Cachoeira do Barrinha. (Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Icém).

## 2.4.9. HISTÓRICO DE IPIGUÁ

Aniversário: 30 de dezembro

Gentílico: Ipiguaense



O município Ipiguá, situa-se no estado de São Paulo e pertence à região Administrativa de São José do Rio Preto, a cidade foi fundada em 1921, pelo farmacêutico João Pacheco de Lima, dono de uma área onde foram construídos os primeiros casebres do povoado.

Sua origem está ligada à dinâmica da região de São José do Rio Preto, que teve um impulso maior a partir de 1912, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense.

Outros fatores também contribuíam para o desenvolvimento da região de São José do Rio Preto, o café, mas principalmente com numerosos colonos que iam se fixando nas lavouras.

O arraial até então se chamava Barra Funda, por causa do pontal do córrego da Barra Grande, na fazenda São Pedro, onde se situava. O mesmo foi elevado à condição de Distrito de São José do Rio Preto, com sede no povoado de Curupá, município de São José do Rio Preto, conforme a lei de 07 de dezembro de 1927, mas só adquiriu autonomia municipal em 30 de dezembro de 1993.

Seu brasão contém elementos que remetem as diversidades dos cultivos da terra no decorrer do município, a criação de gado, cana de açúcar, algodão, café, milho, laranja, manga, trigo.

No início, a principal atividade econômica de seus habitantes era o cultivo de café, seguido pelo arroz, milho e feijão.

Com o passar dos anos, foram surgindo outras aglomerações urbanas no município sede, São José do Rio Preto, que passaram a atrair a atenção e os investimentos sociais daquela prefeitura. A construção dos loteamentos populares, como João Paulo II, Solo Sagrado e Cristo Rei, a partir do final da década de 80, colocou os distritos numa posição secundária, embora admitida.

Mas a comunidade de Ipiguá não queria ficar para trás e, por isso em 1992, começa o movimento pela sua emancipação.

O abaixo-assinado, com mais de cem assinaturas, que foi encaminhado à Assembleia Legislativa foi organizado por Elídio Fachin. Foi o pontapé inicial desse movimento vitorioso, que culminou com o apoio maciço da população no plebiscito realizado em 22 de agosto de 1993. Foram 1.000 votos a favor e, apenas, 48 contrários à criação do Município.

Um dos participantes do movimento pela emancipação foi o ex-pintor de paredes Getúlio José de Souza, que acabou sendo eleito o primeiro prefeito do novo Município.

O seu nome foi alterado para o atual, e ao que parece, por força da Assembleia Legislativa de São Paulo, desejava de evitar a homonímia de lugares do Estado.

A toponímia Ipiguá vem do tupi guarani e significa baía de olho d'água, isto é, um pequeno manancial formado pela nascente de um rio de ypu, olho d'água e Kúá, baía. (FERREIRA E SQUEFF, p. 145, 2003)

### **Formação Administrativa**

O distrito foi criado com a denominação de Ipiguá, pela lei nº 2.218 de 07 de dezembro de 1927, sendo subordinado ao município de Rio Preto, anteriormente chamado São José do Rio Preto. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Ipiguá se configura no município de Rio Preto e permanecendo até divisão territorial datada em 31 de dezembro de 1937.

Em 30 de novembro de 1944, o município de Rio Preto voltou a denominar-se São José do Rio Preto, pelo decreto-lei estadual nº 14.334. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o distrito de Ipiguá permanece no município de São José do Rio Preto e assim permanecendo até divisão territorial de 1991.

Foi elevado a município com a denominação de Ipiguá, pela lei estadual nº 8.550, de 30 de dezembro de 1993, e desmembrado do município de São José do Rio Preto.

O município de Ipiguá fica então constituído do distrito sede, instalado em 01 de janeiro de 1997. Até divisão territorial datada de 2001, o município é constituído somente do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### **2.4.10. PATRIMÔNIO IMATERIAL DE IPIGUÁ**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Ofícios: confecção de botas e acessórios de couro.

##### **➤ Das Celebrações e Rituais**

- Festa Junina

- Festa de Bom Jesus dos Castores, em 06 de Agosto.

- Festa de São Sebastião, celebrada em 20 de janeiro, em homenagem ao padroeiro da cidade. Tem quermesse, leilão, missas, benção de carro e chaves, carteira de trabalho e outros.

- Encontro de Folias dos Santos Reis - Companhias: Cantinho do Ceú, e Asa Branca (Sr. Ataíde Batista Rodrigues, em 2011, foi presenciado o maior Encontro de Companhia de Reis do interior paulista, com a presença de mais de vinte Companhias).

O projeto CECMR (Centro de Estudo e Cultura do Mundo Rural), promove concursos entre as Companhias de Reis, com entrega de troféus e certificados para as vencedoras.

##### **➤ Das Formas de Expressão**

- Pintura e desenhos Naif – técnica primitiva, ingênua: Dona Vera Lúcia.



Figura 77: Artista Dona Vera e sua obra Naif.

- Benzedura – Elaine e Juvenal.

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais.**

-Paróquia São Sebastião

- Academia na praça da cidade. Lugar de atividades físicas e encontro de pessoas da comunidade.

- Biblioteca Municipal de Ipiгуá, acervo de livros e lugar de exposição de mostras culturais.



Figura 78: Paróquia São Sebastião



Figura 79: Academia na praça da cidade



Figura 80: Biblioteca pública Municipal

## 2.4.11.HISTÓRICO DE JACI

Aniversário: 04 de Abril

Gentílico: jaciense

Município paulista de Jaci é pertencente à Região Administrativa de São José do Rio Preto, suas terras foram inicialmente ocupadas pelo coronel Cassiano Maciel Pontes, responsável pela abertura de uma fazenda naquela região, por volta de 1890. A povoação, conhecida pelo nome de Miralua, formou-se ao redor de um cruzeiro erguido em 04 de abril de 1918.

Tornou-se distrito do município de Mirassol, em 30 de dezembro de 1925, com o nome de Yaci, em tupi iasy, cujo significado é "lua", ou ainda "mês lunar". (FERREIRA E SQUEFF, 2003, p.163).

Em 15 de setembro de 1925 a Vila passou a Distrito Policial. Em 30 de dezembro de 1925, passou a ser Distrito de Paz, pela Lei nº. 2112 e instalado a 14 de setembro de 1926.

Sua denominação atual, Jaci, foi adotada em 30 de novembro de 1944, sendo apenas uma variação do vocábulo indígena que lhe fora anteriormente atribuído. Sua emancipação política foi conquistada em 18 de fevereiro de 1959 e o território do município de Jaci, a partir de então, se formou por desmembramentos dos municípios de Mirassol e Neves Paulista.

### Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Jaci, pela Lei estadual nº 2112, de 30 de dezembro de 1925, subordinado ao município de Mirassol.

Pelo Decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, o distrito de Jaci passou a denominar-se Jaci. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o distrito de Jaci (ex-Jaci), figura no município de Mirassol. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Jaci, pela lei estadual nº 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, desmembrado dos municípios de Mirassol e Neves Paulista com sede no antigo distrito de Jaci. Constituído do distrito sede que foi instalado em 01 de janeiro de 1960.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### **2.4.11.1. Patrimônio Imaterial de Jaci**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Ofício: Seringueiros presenciados nas plantações em quase todas as cidades percorridas, mas também praticados nas árvores plantadas no Lar de São Francisco de Assis. Segundo relatou a Irma Clara, o ofício de seringueiros é executado por familiares.

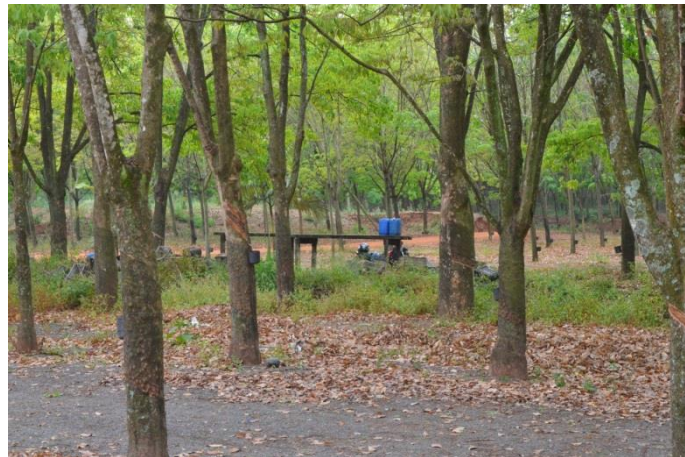


Figura 81: Seringal no Lar São Francisco de Assis.

- Culinária: queima do alho. Prática cultural das Comitivas Pé na Estrada, Comitiva Sapato de Couro, Comitiva Ozorinho e Água do Peão.

- Produção de artigos em couro: Cláudio é paranaense, mas reside no sítio próximo da cidade. Produz artigos em couro e vende nas diversas feiras das festas de peão da região e atende encomenda de clientes que conhecem seus trabalhos nas feiras. É também tocador de berrante e participa de provas de competição, ganhando varias delas.



Figura 82: Cláudio com a matéria prima e ferramentas de seu ofício



Figura 83: Cláudio e seu berrante.

- Doceiro: doce de leite e de amendoim. Oseias fabrica doce de modo artesanal. Segundo seus relatos, seu pai, Sr. João, viu que a fabrica de doce era uma possibilidade de aumento de renda para uma família numerosa. Todos da casa estavam envolvidos na atividade e cada filho tinha uma função determinada pelo pai nas atividades da fabricação do doce e de sua venda.

Por muitos anos a fábrica ficou parada, e depois de algum tempo, Oseias percebeu que o seu ainda tinha na memoria o modo de fazer, e resgatou o ofício como uma alternativa de seu sustento.

Utiliza hoje 90 litros de leite, e acorda três horas da manha para começar a atividade. Trabalha sozinho, e fabrica e vende em sua própria casa. Relata que a única coisa que mudou, e que antes sua mãe fazia o doce no fogão a lenha, e ele utiliza o gás.



Figura 84: Oséias na produção do doce de leite



Figura 85: Oséias na lojinha na parte da frente de sua casa.

### ➤ Das Celebrações e Rituais

– Festa Junina dos “Tuias” ou “Tulhas”: festa feita por parentes e amigos, na qual os participantes vestem invertido: mulheres com os trajes caipira dos homens e vice versa.

- Festa do Milho: comemorada no Largo de São Francisco de Assis, é uma das grandes festas da cidade. Vários pratos que utilizam como ingrediente o milho são colocados nas barraquinhas da festa. Cada ano tem uma receita nova, segundo relato da Irma Clara: queijadinha com milho, sorvete de milho, sucos, pudim, bolo, pães, pizza, pamonha, cural e bolinhos, tudo com base de milho como ingrediente principal.

Começou há vinte e cinco anos com uma alternativa de fonte de renda para a instituição, visto que o uso de milho fazia parte da tradição da região e é um produto barato.

Antigamente todos os pratos eram feitos artesanalmente, mas pela grande público da festa, foi necessário o uso de misturador mecânico para fazer o cural.

O milho que também era colhido na véspera, hoje é necessário que se realizem colheitas antecipadas e as massas pré-cozidas preparadas para o congelamento.

Além do milho, pratos como costelas de porco fritas com grandes pedaços de milho, e churrascos de carneiro, porco e boi.

Contam com mil e quinhentos voluntários para a organização e decoração da festa. Espaços que remetem a fazenda são preparados para os visitantes, com a participação de violeiros, Folia de Reis, charretes com animais para passeio.

- Festa de São Expedito é uma celebração feita restrita ao ambiente da igreja.

- Festa de Nossa Senhora Aparecida – 12 de Outubro

- Festa de São Francisco de Assis – 04 de Outubro

A proximidade das datas das festas, fez com que a congregação iniciar a programação no dia 04 de outubro até o dia 12 do mesmo mês. Na festa tem quermesse, barraquinha, carreata, benção e procissão, missa, leilão almoço e brincadeiras.

A comunidade sai à rua em procissão com o andor dos três Santos padroeiros, cada um de sua paróquia, encontrando no Santuário de Nossa Aparecida.

- Em homenagem aos padroeiros, ainda há carreata nas ruas da cidade e benção de carros e chave dos automóveis. Os fiéis ganham chaveiros com a imagem de São Cristóvão. Conhecida como Romaria de São Cristóvão.

- Festa de São Benedito: Na festa tem quermesse, barraquinha, carreata, benção e procissão, missa, leilão almoço e brincadeiras.



Figura 86: Folder com calendário dos eventos da festa de São Benedito.

- Festa dos Santos Reis: Folia e Reis Porteira Quebrada.

### ➤ Das Formas de Expressão

- Missa Africana: manifestação cultural dentro da Festa dos Padroeiros. Canto de oboé, indumentária típica africana, inclusive a do padre.

- Benzedeira: Dona Madalena e dona Nair Teles.

- Escultura em pedra sabão. O artista Milton Pestilho além de esculturas faz também vitrais nas igrejas.

- Reza de terço na família dos "Tuias".

### ➤ Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais

- Centro Cultural Maria de Lourdes Craveiro

- Igreja Matriz São Benedito

- Lar São Francisco de Assis: lugar de recuperação de dependentes químicos, onde utilizam como terapia ocupacional dos recuperando e voluntários a restauração de moveis, de imagens sacras, vitrais, doces caseiros, pães, sala de costura. Tudo em prol dos alojamentos da instituição e consumo de seus pacientes e funcionários.





Figura 87: Lar São Francisco de Assis



Figura 88: Milhão erguido para divulgação da Festa do Milho.

- Monumento Milhão, erguido na frente da entrada do Parque do Milho onde existe a plantação de milho para a Festa do Milho, do Lar de São Francisco.



Figura 89: Santuário de Nossa Senhora Aparecida.

- Santuário Nossa Senhora Aparecida, eleita a sexta “Maravilha” em concurso regional, para incentivo ao turismo.

## 2.4.12.HISTÓRICO DE JOSÉ BONIFÁCIO

Aniversário: 24 de Junho

Gentílico: bonifacense

José Bonifácio, município paulista pertencente atualmente à região Administrativa de São José do Rio Preto, surgiu devido adentramento ao interior do Estado por aventureiros que buscavam terras férteis ou condições ideais para se estabelecerem, assim, São José do Rio Preto se desenvolvia rumo ao oeste do Estado.

À margem esquerda do riacho Cerradão, na paragem usada para pouso de boiadas, foi onde tudo começou em 1906 e onde foram construídas as primeiras casas de pau a pique. Atualmente onde se localiza a Rua 13 de Maio e mais especificamente, entre as Avenidas Campos Sales e Antônio Gonçalves da Silva. Lugar que se referia a “Rua do Comércio”, ou popular e tradicionalmente conhecida por “Rua do sapo”, por ser à beira do córrego, era povoada desse anfíbio. (CAPOBIANCO, 2006; CAVALEIRO; LAURITO, 1929).

Com a doação de suas propriedades, José Crescêncio de Souza e os irmãos Rodrigues Sant’ana (Manoel, Justino e Carlos) fundaram a cidade, em 1908. Suas doações equivaliam a uma área de treze alqueires de terra, e foram destinados à Igreja para assentamento do núcleo.

A primeira capela foi erguida em 1913 e o pequeno povoado que se formava recebeu o nome de Cerradão. No ano seguinte a vila foi elevada a Distrito de Paz, em 07 de julho de 1914. Como padroeiro do município foi eleito São João Batista.

As mudanças ocorridas a partir de 1918, após Antônio Gonçalves da Silva, assumir o cargo de escrivão de paz, tornando-se um dos principais batalhadores pela emancipação política do distrito. Desse empenho, em 23 de dezembro de 1924, o distrito de Cerradão é transferido do município de Rio Preto para o de Mirassol, passando a denominar-se José Bonifácio, em homenagem ao Patriarca da Independência do Brasil, segundo Ferreira e Squeff (2003). Sua emancipação política foi conquistada em 28 de dezembro de 1926.

A Comarca de José Bonifácio foi criada em 30 de novembro de 1938, pelo decreto nº. 9.775, desvinculando-se da Comarca de Rio Preto. Sendo o Dr. Euclides Custódio da Silva o primeiro juiz de direito e, o Dr. Joaquim Bandeira de Melo primeiro promotor público da Comarca de José Bonifácio.

As atividades agrícolas mantém, desde a fundação, a base socioeconômica do município, destacando-se a rizicultura. Aos poucos, novas culturas foram sendo introduzidas, entre elas o café, milho e soja. A pecuária, outra atividade de grande importância local, também promoveu o desenvolvimento de José Bonifácio que, além da alta produção de leite, possibilitou a instalação de indústrias de conservação de carnes, tanto bovinas como suínas.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Cerradão, pela lei estadual nº 1.415, de 07 de julho de 1914, subordinado ao município de São José do Rio Preto.

Pela lei estadual nº 1.982, de 22 de outubro de 1924 o distrito Cerradão, tomou o nome de José Bonifácio.

A lei nº 2.007 de 23 de dezembro 1924, transferiu o distrito de José Bonifácio para o município de São José do Rio Preto para Mirassol.

Elevado a município com a denominação de José Bonifácio, pela lei estadual nº 2.177, de 28 de dezembro de 1926, desmembrado do município de Mirassol e com sede no atual distrito de José Bonifácio (ex-Cerradão). Em divisão administrativa referente aos anos de 1933 a 1955, o município é constituído de 02 distritos, José Bonifácio e Ubarana.

Pela lei estadual nº 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, é criado o distrito de Salto do Avanhandava e anexado ao município de José Bonifácio. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960 o município é constituído de 03 distritos, José Bonifácio, Salto do Avanhandava e Ubarana e assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988.

Pela lei estadual nº 7.644, de 30 de dezembro de 1991, desmembra do município de José Bonifácio o distrito de Ubarana, que é elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### ➤ **Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Selaria: Sr. Bimbo. Produção de selas, arreios, traia de frente e acessórios. Todos feitos em couro.



**Figura 91. Artesão Sr. Bimbo**

**Figura 92. Oficina caseira do Sr. Bimbo.**

- Pesca Artesanal, no Rio Tietê, envolve várias da região na atividade da pesca, fabricação de redes, e ainda movimentam o comércio com venda de acessórios para a pesca artesanal e esportiva.

#### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa dos Santos Reis.

- Circuito da Festa Junina, comemorando principalmente São João, padroeiro da cidade. O Festival itinerante nos bairros, onde a festa Junina é comemorada por bairros e depois uma Festa única, reúne os participantes para o Encontro Junino. A festa tem concurso de quadrilha e de trajes contando com a presença de um público aproximado de três mil pessoas. Participação ainda do grupo de balé infantil, com apresentação do balé junino. Barraquinhas vendem com pratos típicos caipiras.
- Encontro de Folias de Reis, com até 30 Companhias participando. As pertencentes ao município são: Companhia de Reis Popular, Companhia de Reis Irmãos Florêncio.
- Festa do Peão
- Cavalgada do Sr. José Oscar.
- Festa Juniboni: Festa Junina tradicional do município. Show aertanejos de artistas e também de famosos em âmbito nacional.
- Festividade em louvor a Nossa Senhora Aparecida (Festividades dos Machados; Festividade dos Bassa; Festividade da Paroquia Sagrada Família e Santos Reis). Faz parte do Evento: terços, missa, procissão com andor, leilão, quermesse.
- Dia da Fraternidade: programação religiosa e feira com artesanato e culinária.

Em homenagem à memória do Missionário Monsenhor Ângelo Angioni, celebrada na Praça da Igreja Matriz, com vasta programação religiosa e de lazer. Duração de uma semana do mês de Setembro.



Figura 90: Folder do Dia da Fraternidade.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Confecção de pipas para festival entre os participantes de bairros carentes do município.
- Violeiros: participam de festivais de resgate das tradições musicais, promovidos no município.

- Benzedura: Benzedeira Alice.

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Praça Sebastião Pereira Lima: lugar que recebe grande parte dos eventos culturais do município. Antiga Praça do Fórum, com apresentação de eventos do Circuito Cultural Paulista.



Figura 91: Igreja Matriz.

- Praça da Igreja Matriz São João Batista e São José: local de eventos culturais do município.

- Paróquia Sagrada Família e Santos Reis: lugar de eventos religiosos e de Encontro de Folias de Reis.

- Centro Cultural Palmira Calegares Reino: lugar de exposição de fotos da cidade e de seus moradores, e documentos.



Figura 92: Mostra Cultural de fotos antigas da cidade.

- Biblioteca Municipal e Museu fotográfico.

- Igreja Nossa Senhora Aparecida, no bairro dos "Machados".



Figura 93: Folder da Festa em louvor à Nossa Sra. Aparecida.

- Monumentos da entrada da cidade: Bíblia Sagrada e Cristo.

### 2.4.13.HISTÓRICO DE LUTÉCIA

Aniversário: 30 de Novembro

Gentílico: luteciano

O município do Estado de São Paulo, Lutécia, situado na região administrativa de Marília teve como pioneiro, Antônio Monteiro da Silva, o popular “Mineiro”, que efetuou as primeiras derrubadas de matas no rincão paulista, em 1922.

A formação de fazendas de cultura cafeeira, lavoura pioneira da região, propiciou a formação de patrimônio com demarcação de quadras e ruas, que recebeu o nome de Frutal, devido ocorrência de grande quantidade de nativas árvores frutíferas.

Com a chegada de algumas famílias, como a do italiano Henrique Boteteri, a do sírio Miguel João e a do português Manoel Ignácio da Silva o patrimônio começa a desenvolver. A primeira casa comercial erguida foi do Sr. Miguel João, entre outras que se instalaram a partir de 1925.

Paralelo aos trabalhos de progressão urbana, Antônio Monteiro da Silva, doou à diocese de Botucatu quatro hectares de terras, onde foi construída uma capela, em nome da sua padroeira, Nossa Senhora da Boa Esperança. Para inaugurar a capela e celebrar a primeira missa em 25 de maio de 1925, foi convidado o Padre Loughi, vigário de Botucatu.

Entre 1925 e 1926, é criado um posto policial com nome de Boa Esperança. Verificou-se nessa época um surto de desenvolvimento local, devido ao aumento das construções e chegada de novas famílias que nele se fixaram, em virtude da grande fertilidade das terras e do consequente aquecimento do cultivo do café.

Em 1928 é elevado a Distrito Policial, com o nome de Boa Esperança e subordinado a Campos Novos. Nesta época, por meio de eleições, foi escolhida a primeira autoridade do distrito, o Juiz de Paz, na ocasião, foi indicado e eleito o Prof. Augusto Luís Grohmann.

Ainda não contente, o dito “Mineiro”, intentava a elevação de Boa Esperança a Distrito de Paz e com muita luta e persistência, em 1929, conseguiu. Foi registrada com o nome de Lutécia, e ainda pertencente à comarca de Campos Novos.

Diz à prefeitura que os primeiros habitantes acreditavam que o povoado viria a ser uma cidade de luz, à maneira de Paris, de onde veio o nome Lutécia, que era a capital dos paraísos e que se localizava onde hoje é a capital francesa. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

Na década de 30 o distrito prosseguia crescendo e já ostentava um comércio bastante diversificado com muitas lojas de tecidos, armazéns, bares, açougues, barbearias, serrarias e máquina para o benefício de café e arroz.

Após o golpe de 1937, impelido a Getúlio Vargas, com exceção dos prefeitos, todos integrantes do poder distrital e municipal foram dispensados. O prefeito de Campos Novos era Guilherme Gianasi, ficando Lutécia e outros distritos, sob seu governo e com um título de subprefeituras.

A subprefeitura de Lutécia foi comandada por Arlindo Eiras, o qual tomou posse do encargo e traçou uma linha diretriz com o intuito de dar uma imediata melhoria as ruas da vila, que eram intransitáveis. Um plano diretor foi estabelecido com a construção de guias e sarjetas, fato inédito nestas sertanejas paragens que não dispunham desse melhoramento público em qualquer um dos distritos de Campos Novos.

Em 1938, a sede do distrito de Lutécia, passou a pertencer ao município de Bela Vista, hoje Echaporã.

Em razão da nova divisão territorial do país, em 1943, e que vigoraria a partir do ano seguinte, os representantes legais de Lutécia, promoveram a documentação para a emancipação administrativa do distrito. Por circunstância especial de ordem governamental, o decreto de criação não foi publicado em tempo oportuno.

Porém o trabalho não foi perdido, no ano de 1944, foi criado o município de Lutécia constituído pelos distritos de Lutécia, e Amarílis (atual Oscar Bressane), transferidos do município de Bela Vista. Quatro anos depois, o distrito de Amarílis foi desmembrado de Lutécia.

No dia 01 de janeiro de 1945, grandes festas ocorreram no município, em comemoração à posse do seu primeiro prefeito, Sr. Arlindo Augusto Rodrigues, por nomeação da Interventoria Federal do Estado.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Lutécia, por Lei Estadual nº 2.380, de 11 de dezembro de 1929, subordinada ao município de Campos Novos.

Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937, Lutécia é distrito apenas judiciário e permanece no município de Campos Novos.

Em 30 de novembro de 1938, o decreto estadual nº 9.775, transfere a sede do município de Campos Novos, para a vila de Bela Vista, elevada a cidade, passando o município a denominar-se Bela Vista. Em quadro anexo para vigorar de 1939 a 1943, o distrito de Lutécia figura no município de Echaporã (ex-Bela Vista).

Elevado a categoria de município com a denominação de Lutécia, por decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, desmembrado de Echaporã com sede na vila do mesmo nome. Constituído do distrito sede, sua instalação verificou-se no dia 01 de janeiro de 1945.

No quadro fixado, pelo referido decreto-lei nº 14.334, para vigorar em 1945 a 1948, o município de Lutécia está composto dos distritos de Lutécia e Amarillis, e pertence ao termo e comarca de Araguaçu.

A lei estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, desmembra do município de Lutécia o distrito de Oscar Bressane (ex-Amarillis). Figura nos quadros fixados pelas leis nº 2.456, de 30 de dezembro de 1953, para vigorar de 1954 a 1958, composto de 01 só distrito, Lutécia.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 15 de julho de 1999.

#### **2.4.14. PATRIMÔNIO IMATERIAL DE LUTÉCIA**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Vassouras: Sr. Militão – As vassouras são produzidas de modo artesanal e utilizadas na limpeza urbana.



Figura 94: Vassouras artesanais utilizadas pela prefeitura.

- Selaria: Sr. Valter.

- Culinárias: Queima do Alho



### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa de São Sebastião, no salão de festas do ginásio.
- Festa Tradicional da Vila Guarani.
- Festa Junina na Cohab.
- Baile do Havái.
- Festa da Criança na Praça da Igreja Matriz.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Procissão para Corpus Christis com a decoração de tapetes ornamentados nas ruas da cidade, feitos de semente, tampinhas de garrafa e casca de ovos.
- Benzedeira: Efigênia e Dona Maria.
- Humorista: Rovair, vulgo Gavião, e ainda Mujinho, Paulão da Severina, Zé Bolacha, Palmeirense e Breno.
- Campeonato de som automotivo promovido à aproximadamente 05 anos.
- Passeios de charrete: Sr. Osvaldo Alves - o morador de antiga fazenda de café tem em sua residência objetos que retratam sua história de família.



Figura 95: Charrete utilizando em passeios pela cidade.

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Igreja Nossa Senhora Boa Esperança, situada na Praça Arlindo Eiras com fonte luminosa: lugares de encontros e lazer de moradores locais.



Figura 96: Igreja Matriz de Lutécia



Figura 97: Praça com fonte luminosa.

- Cachoeira da Fazenda do Sr. Valter Moura.

## 2.4.15.HISTÓRICO DE MARÍLIA

Aniversário: 04 de abril

Gentílico: mariliense

A história da fundação de Marília, atual sede da Região Administrativa de Marília, no Estado de São Paulo, não se desvincula do antigo processo de dominação, conquista e ocupação do Brasil.

As terras do município de Marília estão localizadas no espigão ocidental da Serra dos Agudos, que serve de divisor das águas dos rios Feio-Aguapei e Peixe. Seu povoamento, ocorrido a partir da segunda década do século XX, constitui um fenômeno estreitamente ligado à expansão da cafeicultura em solo paulista. Nesse período as terras ainda virgens do referido espigão foram efetivamente incorporadas pela economia de mercado, passando a constituir-se numa frente pioneira ou fronteira econômica, ligada à produção de café. (PEREIRA, 2005)

Pereira (2005) ressalta ainda que, “a formação histórica de Marília parte do pressuposto de que a fundação da cidade sede devia ser compreendida como um fenômeno ligado ao processo de expansão da economia de mercado, e demandava a ocupação extensiva do território brasileiro”. Fato esse, que desde o período colonial, vinha implicando na dominação ou extermínio das populações nativas que viviam à margem da sociedade capitalista.

Em meados do século XIX, a área desbravada no sudoeste paulista chegava apenas até as cidades de Botucatu e Lençóis. Em 1856, o mineiro de Pouso Alegre, José Teodoro de Souza, registrou posse de uma grande extensão de terras a oeste de Botucatu, iniciando a venda de glebas.

Em 1913, o Governo do Estado encarregou o Coronel Antônio Carlos Ferraz de Sales de abrir uma estrada ligando Presidente Pena, hoje Cafelândia, na Noroeste, e Platina, na Sorocabana. Aberta a estrada, Cincinato César da Silva Braga adquiriu as terras que margeavam o espigão divisor das Bacias Peixe e Tibiriçá, denominando-a Cincinatina, e determinou que nelas fossem plantadas 10.000 pés de café.

A fertilidade do solo atraiu pioneiros de várias regiões, entre eles, Antônio Pereira da Silva e seu filho, José Pereira da Silva, que, em 1923, adquiriram 53 alqueires, formando um patrimônio chamado Alto Cafezal. Ao lado deste, desenvolveu-se o da Vila Barbosa, aberto pelo Sr. Vasques Carrión.

Um terceiro patrimônio, aberto em 1925 por Bento de Abreu Sampaio Vidal, cresceu rapidamente, em função da cultura cafeeira.

Nas terras de Pereira e Pereirinha, por encomenda ao engenheiro Francisco Schmidt, surgiu o “Plano Xadrez”, primeiro plano de loteamento da cidade, denominado Alto Cafezal. O mesmo foi planejado com ruas largas, e espaço reservado para a construção da praça e da Igreja Matriz de Santo Antônio.

A propriedade de Bento de Abreu foi também loteada, como também deixou espaço reservado para construção da igreja, tendo o nome em homenagem a seu padroeiro, Catedral de São Bento.

Os loteamentos são divididos pela Avenida Sampaio Vidal. Ambos foram criados distintamente, sendo que suas ruas não formam cruzamentos simétricos, e as igrejas não posicionam uma frente à outra.

O povoado foi elevado a distrito de paz, do município de Cafelândia, em 22 de dezembro de 1926, com o nome de Lácio. Seu fundador Bento de Abreu ofereceu terras à Companhia Paulista para a construção de uma estação e sugeriu que lhe fosse dado o nome de Marília.

O topônimo teria sido inspirado no conhecido poema arcádico “Marília de Dirceu” do inconfidente e poeta mineiro Thomás Antônio Gonzaga. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

O primeiro trem de passageiros chegou à nova estação em 1928, mesmo ano em que, no dia 24 de dezembro, foi criado o município de Marília, com território desmembrado de Cafelândia e Campos Novos Paulista.

Em 1937, instalou-se na cidade, próximo à linha férrea, um complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, destinado ao beneficiamento do algodão e do arroz, dando novo impulso ao desenvolvimento da cidade. A partir de então, passou a atrair para a região diversas atividades agroindustriais, além da pecuária, consolidando-se como um polo de desenvolvimento do oeste paulista. Períodos de atividades econômicas distintas que atraíram para a região muitos imigrantes, sobretudo os de origem japonesa, italiana, espanhola e síria.

Pode-se dizer, portanto, que Marília nasceu da incorporação de três povoados que se desenvolveram com o café. Posteriormente, o café foi substituído pelas culturas do algodão, arroz e amendoim.

A fertilidade de seu solo a fez crescer rapidamente. Segundo o historiador Lucillo Coelho de Oliveira: “derrubam de uma só arrancada, 12000 alqueires de matas e plantaram quase de um só fôlego, mais de 24 milhões de pés de café. Havia abundância de braços”.

Nas locomotivas que trilhavam a estrada de ferro havia mais do que passageiros e produções agrícolas, elas levavam e traziam um pouco de cultura e de conhecimento.

O segmento industrial atual conta uma diversidade em produção de alimentos, o que tornou a cidade conhecida como “A Capital Nacional do Alimento”.

A cidade possui ainda três cinemas, um clube, um espaço cultural, seis hospitais, unidades e postos de saúde, e ainda uma rede hoteleira com mais de vinte e dois estabelecimentos. Com relação ao meio ambiente, possui uma área reservada ao reflorestamento, um horto florestal e mais de sete mil hectares de vegetação natural.

Marília, atualmente, se mostra como um polo de desenvolvimento econômico, cultural e turístico aliados ao respeito à natureza, a história e crescimento sustentável.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Marília, pela lei estadual nº 2.161, de 22 de dezembro de 1926, subordinado ao município de Cafelândia.

Elevado à categoria de município com a denominação de Marília, pela lei estadual nº 2.320, de 24 de dezembro de 1928, desmembrado dos municípios de Cafelândia e Campos Novos. Sede no atual distrito de Marília, instalado em 04 de março de 1929, e constituído de 02 distritos, Marília e Pompéia, o segundo desmembrado do município de Campos Novos.

Pela lei estadual nº 2.388, de 13 de dezembro de 1929, é criado o distrito de Vera Cruz e anexado ao município de Marília.

Com o decreto estadual nº 6.204, de 11 de dezembro de 1933, Marília adquiriu do município de Campos Novos o distrito de Varpa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 04 distritos, Marília, Pompéia, Varpa e Vera Cruz.

Em 1934, foram criados os distritos de Oriente e Avencas e anexados ao município de Marília.

O decreto-lei estadual nº 6.855, de 10 de dezembro de 1934, desmembra do município de Marília do distrito de Vera Cruz, elevando-o à categoria de município.

Em 1936 são criados os municípios de Bastos, Novo Cravinhos, Dirceu, padre Nóbrega e Lácio e anexados ao município de Marília. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o município é constituído de 10 distritos.

Pela lei nº 2.999, de 24 de junho de 1937, é criado o distrito de Paulópolis e anexado ao município de Marília.

Em 1937, foram criados os distritos de Primavera e Amadeu Amaral e anexados ao município de Marília. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937, o município é constituído de 13 distritos, Marília, Amadeu Amaral, Avencas, Bastos, Dirceu, Lácio, Novo Cravinhos, Oriente, Padre Nóbrega, Paulópolis, Pompéia, Primavera e Varpa.

Pelo decreto-lei estadual nº 9.073, de 31-03-1938, Marília adquiriu do município de Glicério o distrito de Quintana.

Pelo decreto-lei estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Bastos foi transferido do município de Marília para Tupã. O mesmo decreto acima citado transfere os distritos de Novo Cravinhos, Paulópolis, Quintana e Varpa de Marília para o novo município de Pompéia.

No quadro fixado pra vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 08 distritos, Marília, Amadeu Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio, Oriente, Padre Nóbrega e Primavera.

O decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, muda o nome do distrito de Primavera para Rosália. O mesmo decreto citado desmembra do município de Marília o distrito de Oriente, elevando-o à categoria de município. E, ainda, Marília adquiriu do município Echaporã o distrito de Ocaçu (ex-Casa Grande), alterado por este mesmo decreto-lei.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído de 08 distritos, Marília, Amadeu Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio, Ocaçu, Padre Nóbrega e Rosália, (ex-Primavera), assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de julho de 1955.

A lei estadual nº 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, desmembra do município de Marília o distrito de Ocaçu, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município de Marília é constituído de 07 distritos, Marília, Amadeu Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio, Padre Nóbrega e Rosália e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

### ➤ **Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Ofícios
- Selarias e fábricas de botas e acessórios em varias localidades do município.

### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa de Peão
- Festival da Primavera “Bon Odori”: A festividade se realiza no mês de agosto desde 1995, no Nikkey Club da cidade. A tradicional festa japonesa faz parte dos festejos em homenagem aos antepassados.

Segundo a cultura japonesa, o Bon Odori é um festival que ocorre entre os meses de julho e setembro, sempre após o pôr do sol, pois segue a crença de que os espíritos somente saem durante a noite. Durante o festival celebra-se as almas do antepassados com danças em grupo, mas também já foi usado para agradecimento de colheitas aos deuses. Com o tempo foi sendo utilizada como dança folclórica tradicional em festivais. Entre as

atrações estão a apresentação de orquestra, karaokê, exposição de bonsai, e a presença da tradicional gastronomia oriental, como Yakissoba, udon, temperá, sushi, sorvete frito e outros.

- Japan Fest é uma das maiores festa do município com objetivo de preservação da cultura dos imigrantes japonese. Atrações culturais como apresentação musical, danças típicas, barracas e comércio de artigos japoneses e gastronomia japonesa.
- Festa de Santo Antônio, realizada pela comunidade italiana, na avenida e comunidade de mesmo nome.
- Festa Italiana, também realizada pela comunidade italiana, com comidas e danças típicas.
- Festa de São Bento: Padroeiro da Cidade.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Banda Musical Cidade de Marília.
- Banda Musical da Policia Militar
- Capoeira Angola (Angoleiros do Sertão).



Figura 98: Angoleiros do Sertão. (Fonte: Foto cedida por João Paulo).

- Jogos japoneses no Clube Nikkey
- Música sertaneja: Valdir Santos (apresentador do Domingo Sertanejo).
- Artista Plástico: Aloísio Dias, Tuca Bertini, Marcia Oliveira, Miguelzinho, Lurdes Pereira, participantes da exposição "Olhares Folclóricos".
- Festival de Catira

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- O Vale do Barbosa , paredão de arenisa com sua nascente em Marília.
- Bosque Municipal Rangel Pietraróia.
- Centro Cultural, local onde funciona a Biblioteca, projetos culturais, Oficina Tarsila do Amaral.
- Hospital Espírita de Marília: procurado por muitos doentes pela fé na Doutrina Espirita. Tem acomodação para os internos e semi-internos.



Figura 99: Hospital de consultas e internação.



Figura 100: Hospital Dia Gabriel Ferreira.

- Catedral Basílica de São Bento - construída em homenagem ao devoto do pioneiro Bento.



Figura 101: Catedral Basílica de São Bento.



Figura 102: Paróquia de Santo Antônio. (Fonte: Site da Paróquia Santo Antônio de Marília).

- Paróquia Santo Antônio - construída em Homenagem ao devoto de um dos pioneiros da cidade.
- Museu Paleontológico: Acervo de fósseis encontrado pelo pesquisador Willian Nava, inclusive o grande Titanossauro que levou Marília ao destaque no cenário científico internacional.



Figura 103: Fósseis e material de informação.



Figura 104: Material do Titanossauro, no museu

- Templo Budista “Shinshi Honganji”.



Figura 105: Templo Budista “Shinshi Honganji”.

- Igreja Tenrikyo.
- Bosque Municipal “Rangel Pietaróia” (música e ecologia).



- Oficina Cultural Tarsila do Amaral.
- Clube Nikkey.
- Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. (Fonte: Site do Iphan).
- Museu Histórico e pedagógico: objetos pessoais de moradores da cidade, e artefatos e acessórios indígenas e de imigrantes.



Figura 106: Objetos que retratam a imigração japonesa



Figura 107: Objetos de residência de família abastada.

- Estação Ferroviária de Marília e barracões de estocagem de café.



Figura 108: Antigos barracões ocupados pelo comércio.



Figura 109: Estação ferroviária ocupada por posto de saúde

- Biblioteca João Mesquita Valença.



Figura 110: Biblioteca Municipal de Marília.

- Espaço Cultural e de lazer Ezequiel Bambini
- Igreja Tenrikyo: primeira construção tipicamente oriental de Marília
- Templo Shinshu Honganji.
- Indústria Matarazzo – bem requerido tombamento
- **Casa Assobradada – Bem Tombado.**

**TOMBAMENTO ESTADUAL: CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico.**



Figura 111: Casa Assobradada. (Fonte: Site do Iphan).

Localização: Rua Dom Pedro nº 87

Número do Processo: 24.405/86

Resolução de Tombamento: Resolução SC-49, de 23.10.2008.

Publicação do Diário Oficial

Poder Executivo, Seção I, 28/11/2008, pg 37.

Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 363, p. 99.

**- Escola SESC – SENAC- Bem Tombado**

**TOMBAMENTO ESTADUAL: CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico.**



Figura 112: Escola SESC-SENAC. (Fonte: Site do Iphan).

Localização: Rua Nelson Spielmann esquina com a Rua Paraíba

Número do Processo: 27945/90

Resolução de Tombamento: Resolução SC 47 de 14/09/2004

Publicação do Diário Oficial

Poder Executivo, Seção I, 07/10/2004, pg 23.

Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 347, p. 93, 31/01/2005.

**- Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo- Bem Tombado**

**TOMBAMENTO ESTADUAL: CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico.**

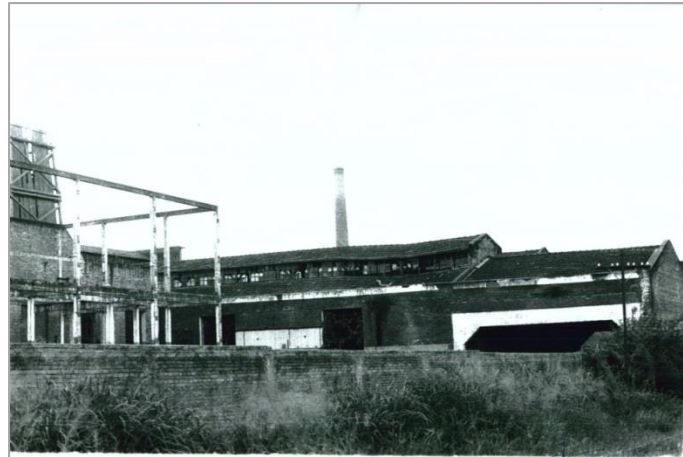


Figura 113: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. (Fonte: Site do Iphan).

Localização: Rua Castro Alves, 276 – Centro.

Número do Processo: 26030/88

Resolução de Tombamento: Resolução 46 de 18/12/1992

Publicação do Diário Oficial

Poder Executivo, Seção I, 19/12/1992, pg. 25.

Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 307, p. 77 e 78, 28/06/1993.

## **2.4.16.HISTÓRICO DE MIRASSOL**

Aniversário: 08 de setembro

Gentílico: mirassolense

Município de Mirassol, atualmente pertencente à região de São José do Rio Preto, se desbravou e ganhou impulso a partir de 1904, com a dispersão populacional gerada pelo desligamento de São José do Rio Preto do município de Jaboticabal, ocorrido em 1894. Este fato atraiu mais desbravadores à região.

O povoamento das nascentes do rio São José dos Dourados, iniciou-se praticamente com a instituição da Comarca de São José do Rio Preto, contando com o trabalho de agrimensores que auxiliaram na demarcação e identificação de várias propriedades, incentivando novos povoadores a adquirir as primeiras glebas por volta de 1908. Entre eles estavam Joaquim da Costa Penha, vulgo capitão Neves, e Vitor Cândido de Souza.

Várias fazendas formaram-se em glebas demarcadas por Frederico Meyer, Portugal Freixo e Francisco Crespo, com a do Sertão dos Inácios, Bálsamo, Tatu, Campo e Barra Grande.

A povoação denominada São Pedro da Mata Una, surgiu da junção de propriedades e sua fundação foi marcada pela construção de um cruzeiro em 1910, em louvor a São Pedro, posteriormente escolhido como padroeiro do município.

Em 1912, atendendo à proposta do capitão Neves, Mata Una passou a se chamar Mirassol em virtude da vista descortinada após a derrubada das matas. Outros atribuem o nome à presença de moitas de girassóis (flor), que no dizer de colonos espanhóis eram "Mirassois".

Em 27 de novembro de 1919, Mirassol tornou-se distrito do município de Rio Preto, atual São José do Rio Preto, conquistando posteriormente, em 23 de dezembro de 1924, sua autonomia político-administrativa.

### **Formação Administrativa**

O distrito foi criado com a denominação de Mirassol, pela lei estadual nº 1.667, de 27 de novembro de 1919, ficando subordinado ao município de Rio Preto.

Foi elevado a município com a denominação de Mirassol, pela lei estadual nº 2.007, de 23 de dezembro de 1924, se desmembrando do município de Rio Preto. Mirassol fica então, constituído do distrito sede, que foi instalada em 11 de março de 1925.

Em 1923 a 1933 foram criados, por leis estaduais, os municípios de Nipoã, Barra Dourada, Rui Barbosa, Bálsamo, Jaci e Vila Poloni e anexados ao município de Mirassol. Fica então constituído de 07 municípios em divisão municipal de 1933.

Em 1935 é criado o distrito de Mirassolândia e também anexado à Mirassol, passando a constituir 08 distritos em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936.

Pela lei estadual nº 3.112, de 26 de outubro de 1937, é criado o distrito de Neves e anexado ao município de Mirassol.

Em 31 de março de 1938, o distrito de Nipoã foi transferido do município de Mirassol para o de Monte Aprazível, através decreto-lei estadual nº 9.073.

Assim, em quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 07 distritos: Mirassol, Bálsamo, Barra Dourada, Jaci, Mirassolândia, Neves e Rui Barbosa.

Em 30 de novembro de 1944, com o decreto-lei estadual nº 14.334, se desmembram do município de Mirassol os distritos de Neves e Barra Dourada, para constituir o novo município de Iboti (ex-Neves). O decreto-lei altera a denominação Jaci para Jaci. E, ainda, cria o distrito de Ruilândia com território do extinto distrito de Rui Barbosa. Extinto pelo decreto-lei acima citado.

Do ano de 1953 ao ano 1959, os distritos de Bálsamo, Mirassolândia e Jaci foram elevados a municípios. Mirassol fica então constituída de 02 distritos, em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, Mirassol e Ruilândia. E assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### 2.4.16.1. Patrimônio Imaterial de Mirassol

##### ➤ **Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Culinária: Queima do alho, Comitiva União.
- Ofício: Fabricação de brinquedos de madeira de modo artesanal.

Ofícios promovidos pelos cursos do Senar: Artesanato em folhas, em madeira maciça, marchetaria, Processamento de carne suína, doces, cavalgada rural, inseminação, artificial, doma racional, sangria em seringueira.



Figura 114: Artesanato exposto na Associação dos Produtores Rurais.

##### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa do Peão: festejada em uma das maiores arenas do estado, contando com a presença de peões competidores e grupos musicais sertanejos.
- Festa dos Santos Reis: Companhia de Reis Estrela Brilhante( Jose de Brito Junior), Folia de Reis Divina Luz (Sr. Geraldo Nogueira e Claudenir), Folia de Reis Cruzeiro do Sul e União.



Figura 115: Foto de festividade da Folia Divina Luz



Figura 116: entária e instrumentos musicais usada em distintos eventos.

- Festa de São Pedro, promovida pela Igreja Católica, iniciou-se em 1912, e é celebrado o mês todo, com eventos, leilões, missa e barraquinhas.

- Festa de São José: segue o mesmo padrão adotado pela festa de São Pedro.

Ocupa um espaço reservado na lateral da Igreja Nossa Senhora do Carmo.

- Festa da mandioca: com receitas feitas a partir da mandioca.



Figura 117: Folder de divulgação da Festa da mandioca.



Figura 118: Folder de divulgação da Festa da mandioca.

- Festa de Santa Rita: segunda quinzena de Abril, em torno da Igreja Santa Rita de Cássia.

- Concurso da queima do alho e berrante; Encontro de Comitativa no Rancho Arizona, participação de moda de viola e catira.

- Encontro das Bandeiras, com público de até 2000 pessoas.
- Encontro de Comitiva, com público de até 4000 pessoas, no Rancho Arizona.
- Encontro de culturas: projeto cultural com objetivo de divulgar as diversidades culturais e valorização da cultura afro: apresentação de Hip Hop, Jongo, Maculelê, Maracatu, Dança Africana, Capoeira, Grafitti. Celebração na Praça da Igreja Matriz.
- Festa em louvor ao padroeiro do município: Bom Jesus da Lapa, com quermesse, no Bairro da Envernada.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Banda de Musica Juvenal Noronha
- Grupo de Catira: dos integrantes da Folia de Reis Divina Luz (Sr. Geraldo).
- Tocadores de moda de viola e berrantes.

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Recinto Municipal Leopoldo Gottardi: lugar de festividades, leilões, rodeios e provas de laços.



Figura 119: Recinto Municipal Leopoldo Gottardi.

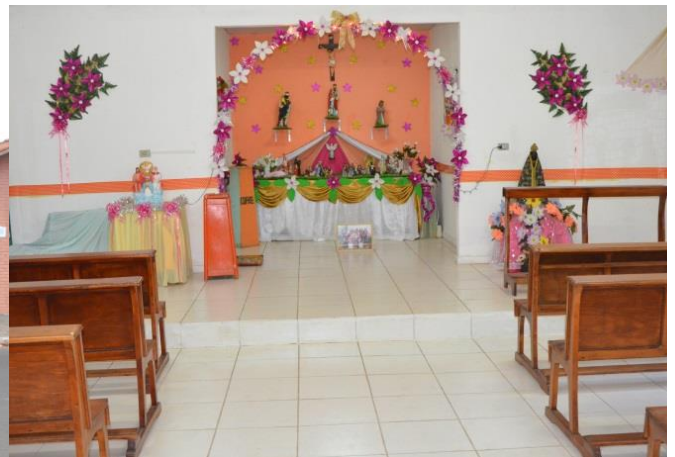


Figura 120: Igreja dos Santos Reis.

- Igreja dos Santos Reis: local onde se encontra os foliões da Folia de Reis Divina Luz. Recebe os convidados para a Festa de Santos Reis e Encontro de Folias dos municípios vizinhos.



- Grota é uma área de parte de mata, próximo a áreas urbanas. Local com fonte de água e vegetação da mata Atlântica. Fósseis de dinossauros foram encontrados lá. Pelos vários acidentes ocorridos, um antigo prefeito mandou jogar areia e cobrir a “Grota ou Gruta”, como diz o pessoal do município.
- Praça da Igreja Matriz, lugar de eventos culturais.
- Estação Ferroviária de Mirassol: lugar de muita importância econômica histórica, com grande circulação de mercadoria e pessoas. Atualmente se encontra abandonada.



Figura 121: Estação Ferroviária de Mirassol.

- Museu Jesualdo D’Oliveira, fundado em 1953, possui acervo material trazido da Itália pelos pracinhas brasileiros da Revolução Constitucionalista de 32. Conta com mais de quatro mil documentos, fotos, objetos do cotidiano de antigos moradores, peças históricas e fósseis.



Figura 122: Museu Jesualdo D’Oliveira.

- Biblioteca Municipal Monteiro Lobato
- **Casa de Cultura Dr. Ariovaldo Correa, Bem Tombado.**

## **TOMBAMENTO ESTADUAL: CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico.**

O antigo Cine São Pedro, foi projetado por Ramos de Azevedo e sedia exposições de arte( fotos, telas), palestras e solenidades cívicas e exibição de filmes.



Figura 123: Casa de Cultura Dr. Ariovaldo Correa

Localizado na Praça José Moreira. Processo n. 55610/07

Resolução do Tombamento: SC-20 de 01/08/2008

Livro do Tombo Histórico: inscrição 360 de 24/11/2011.

Localização: Praça Anísio José Moreira, 22-50.

Número do Processo: 55610/07

Resolução de Tombamento: Resolução SC-20, de 01/08/2008.

Publicação do Diário Oficial

Poder Executivo, Seção I, 09/08/2008, pg 35

Livro do Tombo Histórico: inscrição 360, de 24/11/2008

### **2.4.17.HISTÓRICO DE MIRASSOLÂNDIA**

Aniversário: 13 de junho

Gentílico: mirassolandense

O município Mirassolândia, situa-se no estado de São Paulo e pertence à região Administrativa de São José do Rio Preto.

Sua fundação deu-se em 1º de junho de 1925, resultando da ação de um grupo de devotos de São Sebastião, qual mais tarde se tornara o Padroeiro desta comunidade. Vindos do distrito de Ipiguá, e chefiados por Antônio Batista Rodrigues e Joaquim Antônio Pinheiro, que juntos realizaram o assentamento da Cruz, onde mais tarde seria o Largo da Igreja, e o marco inicial de fundação da Vila.

No território entre o rio Preto e os ribeirões Jataí e Grande, Antônio Batista Rodrigues e Joaquim Antônio Pinheiro fizeram doação de terras para formação do povoado de Mirassolândia.

No dia 13 de Julho de 1925, dia de Santo Antônio, foi celebrada a primeira missa na Vila Mirassolândia, dia considerado como nascimento do povoado de Mirassolândia, que então pertencia ao Município de Mirassol.

Entre os primeiros habitantes que aqui chegaram, estão os nomes de Antônio Redigolo, Marino Vacari Terezim, Joaquim Antônio Pinheiro, João Maria da Silva, Américo Portela, Antônio Calixto de Brito e tantas outras famílias que aqui vieram para formar esta grande comunidade.

Com o progresso da Vila se acentuando e sua população aumentando, a Vila logo foi elevada à categoria de Distrito de Paz. Sua formação administrativa teve início em 10 de junho de 1935, com a criação do distrito de Mirassolândia no município de Mirassol.

Em 31 de Dezembro de 1958, através da Lei Estadual nº 5.521, o Distrito de Mirassolândia é elevado à categoria de município, desmembrando-se do Município de Mirassol e pertencendo a Região de São José do Rio Preto. Obteve autonomia político-administrativa, posteriormente, em 18 de fevereiro de 1959.

Em 1935 foi criado o Distrito de Paz, no Município de Mirassol, instalando-se o Cartório do Registro Civil, em agosto do mesmo ano.

Mirassolândia, com território desmembrado do próprio Distrito e do Distrito Sede do Município de Bálsamo, obteve sua autonomia em 1959.

Em 1º de Janeiro de 1960, ocorreu a solene instalação do novo município. Nesta mesma data, ocorreram a posse do primeiro Prefeito de Mirassolândia o Sr. Francisco Broisler e seu Vice-Prefeito – Sr. Sebastião da Silva Bastos, cujo mandato foi até 31/12/1964.

A sua toponímia significa, ao pé da letra, “Terra (do germânico Land) de Mirassol”, e que segunda a prefeitura, citado por Ferreira e Squeff (2003, p.187), viria a ser “Terra onde se mira, se observa, o sol”.

### **Formação Administrativa**

O distrito foi criado com a denominação de Mirassolândia, pelo decreto nº 7.198, de 10 de junho de 1935, sendo subordinado ao município de Mirassol, assim permanecendo até divisão territorial datada de 01 de julho de 1955.

Elevado à categoria de município com a denominação de Mirassolândia, pela lei estadual nº 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, desmembrado dos municípios de Mirassol e Bálsamo.

Fica então constituído do distrito sede, instalado em 01 de janeiro de 1960 e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### 2.4.17.1. Patrimônio Imaterial de Mirassolândia

##### ➤ **Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Vassouras de Capim vassoura: fabricada artesanalmente pela família do Sr. Norival Stafoge. Ofício desenvolvido tradicionalmente de geração em geração.



Figura 124: Vassouras de capim, fabricadas na região.



Figura 125: Balaios de bambu e cipó, e utensílios de metal, do Sr. Dinael.

- Balaios de bambú e cipó: Sr. Dinael. Ofício desenvolvido individualmente, sem nenhum aprendizado no ambiente familiar. Desenvolveu sozinho também a técnica de fabricar facas e colheres com material reciclado, algumas são de tampas de panela que conserta.

##### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa Junina, comemorando principalmente Santo Antônio, padroeiro da cidade.

##### ➤ **Das Formas de Expressão**

Benzedura - Dona Helena

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Praça Santo Antônio, onde ocorrem as festividades da cidade.
- Centro Comunitário e de lazer do Trabalhador



Figura 126: Igreja Santo Antônio de Pádua.

- Capela no Bairro de Macaúbas, fundada por refugiados da Guerra de Canudos.

## 2.4.18.HISTÓRICO DE NEVES PAULISTA

Aniversário: 22 de Maio

Gentílico: nevensense

O atual município Neves Paulista, pertencente à Região Administrativa de São José do Rio Preto, e é situado no estado de São Paulo.

Suas terras férteis já eram conhecidas desde o início deste século, e foi esse fator que levou o desbravador de matas e também fazendeiro, Joaquim da Costa Penha, o Capitão Neves, como era conhecido pela população, a adquirir glebas do fazendeiro local, Sr. Vilela.

O Capitão Neves, natural de Minas Gerais, e antigo morador da Cidade de Jaboticabal/SP, também foi fundador das cidades de Monte Azul Paulista e Mirassol no interior do Estado.

O povoado, que, como tantos outros, também foi oficialmente fundado pela a elevação de um cruzeiro, em 22 de maio de 1922, que constituiu o divisor de águas entre os córregos de Água Limpa, Jacutinga e o Ribeirão do Jacaré, fundado o Patrimônio do “Canto Chão”, sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida. Em 08 de setembro, do mesmo ano, foi rezada a primeira missa na Capela erguida junto ao Cruzeiro.

Participaram do ato o Capitão Neves, proprietário da gleba de terras onde se ergueu o cruzeiro, Waldemar e José da Costa Spindola, José e Francisco Matarezi, Joaquim Pedro da Silva e Gerônimo Chico.

A primeira riqueza explorada foi a madeira, retirada das matas derrubadas para a implantação das lavouras, seguindo-se a cultura do milho, arroz, feijão e principalmente o café.

O seu desenvolvimento foi rápido, tornando-se distrito do município de Monte Aprazível, em 22 de dezembro de 1927, com a denominação Neves.

Mais tarde, em 1937, foi transferido para o município de Mirassol e, em 1944, pelo quadro territorial do estado de São Paulo o município era criado e com o nome alterado para Iboti, que significa pé de flor, do tupi yboty (ra).

A denominação atual foi adotada em 24 de dezembro de 1948, quando revisaram o quadro, e o lugarejo retomou a sua denominação original, Neves, porém acrescentando Paulista, evitando assim o homônimo com outros povoados mais antigos de outros estados. (FERREIRA E SQUEFF, 2003).

O Município teve grande destaque econômico em 1950, quando mais de 70% de suas terras eram cultivadas com imensas lavouras cafeeiras, de excelente porte e qualidade.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Neves, pela lei estadual nº 2.232, de 22 de dezembro de 1927, subordinado ao município de Monte Aprazível, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1937.

Pela lei estadual nº 3.112, de 26 de outubro de 1937, o distrito de Neves é transferido do município de Monte Aprazível para o de Mirassol.

Elevado à categoria de município com a denominação de Iboti, pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de dezembro de 1944, desmembrado do município de Mirassol e Monte Aprazível e Mirassol. Sede no atual distrito de Iboti (ex-Neves) e constituído de 02 distritos, Iboti e Barra Dourada, ambos desmembrados de Mirassol. Instalado sede em 01 de janeiro de 1945.

Pelo decreto-lei estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, o município de Iboti, passou a se denominar novamente Neves Paulista. O mesmo decreto-lei acima citado cria o distrito de Miraluz e anexado ao município de Neves Paulista.

Em divisão territorial datada de 01-VII-1960, o município é constituído de 03 distritos, Neves Paulista (ex-Iboti), Barra Dourada e Miraluz. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

## **2.4.19. PATRIMÔNIO IMATERIAL DE NEVES PAULISTA**

### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro,
- Festa dos Santos Reis, com a Folia de Reis Cantinho do Céu, com a participação da Dona Iraci.



Figura 127: Matéria em Jornal sobre a Folia de Reis Cantinho do Céu.

➤ **Das Formas de Expressão**

- Benzedura: Dona Iraci, que é também seguidora do Centro Espírita.
- Tem altar em sua casa e lugar de oração para suas entidades espirituais.



Figura 128: Altar com santos católicos



Figura 129: Lugar de ritual de oração às entidades espíritas

- Música Sertaneja de raiz com Trio: Irmãos Garcia e Reginaldo.

### ➤ Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais

- Praça das Bandeiras, em frente à Igreja Matriz tem espaço de encontro e lugar de manifestações culturais. A praça tem quiosque com churrasqueira e bancos. Alto-falantes distribuídos por toda a praça tocam música sertaneja durante todo o dia.



Figura 130: Praça das Bandeiras, em frente à Igreja Matriz.



Figura 131: Igreja Matriz de Neves Paulista

## 2.4.20.HISTÓRICO DE NOVA GRANADA

Aniversário: 22 de março

Gentílico: granadense

O município de Nova Granada, situa-se no estado de São Paulo e pertence à Região Administrativa de São José do Rio Preto.

A partir do início da expansão cafeeira no Norte Paulista, muitos povoadores passaram a formar fazendas, aumentando o número de moradores na região. Assim, em 1911, o Capitão Francisco dos Santos fundou uma povoação próxima ao Rio Grande, na divisa com o Triângulo Mineiro, no território de São José do Rio Preto com o nome primitivo de Vila Bela.

Em pouco tempo foram construídas as primeiras casas em torno da capela do padroeiro São Benedito, aí erigida, em sua devoção. Quando foi criado o Distrito Policial, a povoação passou a se denominar Pitangueiras, novamente alterada para Nova Granada, quando elevada a Distrito de Paz em 1917.

A partir daí o povoado entrou em processo de desenvolvimento e, em 30 de outubro de 1917, passou à condição de distrito do município de São José do Rio Preto, quando foi adotada sua denominação atual.

A instalação da ferrovia São Paulo-Goiás, incorporada pela Companhia Paulista, atual FEPASA, possibilitou um enorme afluxo de novos moradores e consequente desenvolvimento do Distrito que foi elevado a Município,



em 1925, mas a instalação somente se realizou em 22 de março de 1926, compondo-se dos seguintes distritos: Mangara, Palestina, hoje desmembrado, formando um novo município, e comarca.

Com as sucessivas crises do café na década de 1930, outras culturas foram introduzidas sem, contudo, abandonar o cultivo daquele. Assim, algodão, café, arroz e milho, além da pecuária, formaram a base socioeconômica de Nova Granada.

Há duas versões sobre a origem de seu nome, segundo a crônica local, o nome teria sido fruto da escolha de colonos que vieram das cercanias de uma estação chamada, na época, Granada, pertencente a Bebedouro. A outra versão afirma que o nome foi dado pelos imigrantes espanhóis com a ideia de transpor à América, “a menção de uma famosa cidade espanhola se imporá em seus habitantes a escolha toponímia Granada, e é claro, com o adjetivo, Nova”. (FERREIRA; SQUEFF, p. 199, 2003)

A partir de 1940, o município passou a receber imigrantes japoneses que iniciaram a cultura de algodão, transformando-o em um grande produtor. Foram, assim, instaladas máquinas de beneficiamento de algodão, pertencentes a E. F. Saad, Coimbra, Brazilian Warrant e Anderson Clayton, que ampliaram o comércio na região.

Conforme crônica local, este nome provém dos antigos colonos oriundos das proximidades da estação Granada, atual Rosário no Município de Bebedouro.

Sua população é formada por diversas etnias: espanhóis, sírios, italianos, japoneses, africanos e portugueses.

Nova Granada tem cognome “Cidade Hospitaleira”, em virtude do tratamento que dispensa às pessoas que nos visitam.

Nova Granada tem sido cenário de destaque na região, pois nos últimos anos seu distrito industrial desenvolveu-se bastante com a instalação de pequenas indústrias. As propriedades rurais são de pequeno porte, em sua grande maioria com cerca de trinta propriedades que possuem gado tratado em confinamento.

Atualmente a sede inclui os distritos de Ingás, Mangaratu e Onda Branca e dois aglomerados, Pousada das Garças e Fazenda Agro Rio.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Nova Granada, pela Lei estadual nº 1.561 de 30 de outubro de 1917, subordinado ao município de Rio Preto. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Nova Granada, pela lei estadual nº 2.090, de 19 de dezembro de 1925, desmembrado do município de Rio Preto e configurando sede no antigo distrito de Nova Granada, instalada em 22 de março de 1926.

Pela lei nº 2.236 de 22 de dezembro de 1927 foi criado o distrito de Palestina, pela lei nº 2.248 de 27 de dezembro de 1927 foi criado o distrito de Ingás e pela lei nº 2.407, de 30 de dezembro de 1929, o distrito de Mangaratu. Todos foram anexados ao município de Nova Granada.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 04 distritos, são eles, Nova Granada, Ingás, Mangaratu e Palestina.

Pelo decreto nº 6.765, de 11 de outubro de 1934, é criado o distrito de Onda Verde e anexado ao município de Nova Granada.

Em 23 de dezembro de 1936, Pela lei nº 2.782, o distrito de Palestina é elevado a município e se Nova Granada.

Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1937, o município é constituído de 04 distritos, contando com Nova Granada, Ingás, Mangaratu e Onda Verde.

Pelo decreto-lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, é criado o distrito de Onda Branca e anexado ao município de Nova Granada.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído de 05 distritos, de Nova Granada, Ingás, Mangaratu, Onda Branca e Onda Verde.

Pela lei estadual nº 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, desmembra do município de Nova Granada o distrito de Onda Verde, que é elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 01 de junho de 1995, o município é constituído de 04 distritos novamente, o de Nova Granada, Ingás, Mangaratu e Onda Branca e assim permanecendo até divisão territorial datada de 2009.

#### **2.4.21.PATRIMÔNIO IMATERIAL DE NOVA GRANADA**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Vassoura de capim confeccionada de modo artesanal.

- Doceira Dona Rosirene. Tem loja no centro da cidade com doces caseiros de leite, abóbora, canjica e outros. Seus produtos são recomendados por moradores da cidade.



Figura 132 Loja de doce da Dona Rose.

- Farinha de mandioca e polvilho: Dona Catarina e Senhor Manolo.

### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Festa Junina: comemoração aos três Santos: Santo Antônio, São Pedro e Santo Antônio. Mantém a tradição da realização de quermesses e danças de quadrilhas em torno das fogueiras. Contam com músicas caipiras e comidas típicas (pamonha, cural, milho, canjica, cuscuz, pipoca, bolo de milho arroz doce, broa, cocada, pé de moleque, quentão de pinga e vinho quente).

- Festa do Padroeiro São Benedito: São Benedito é considerado o padroeiro da comunidade negra no Brasil e protetor da cozinha e dos cozinheiros. Em homenagem a eles rezam missas, saem em procissão pelas ruas coroação de rei e rainha, execução de Moçambique, batuques e congadas, além das barraquinhas de alimentação com comidas típicas.

- Festa dos Santos Reis- Participação da Companhia de Reis Estrela de Ouro. Manifestação cultural celebrada pela família do Sr. Totonho. E Dona Adagilza, ( Jardim Primavera) e Companhia de Reis Irmãos Moreno, sendo responsável o Sr. José Alves Ferreira, o Bambu. ( Jardim Rezende).



Figura 133: Foliões e sua Bandeira e adereços usados na Folia.

- Festa das Nações

- Encontro dos Foliões: Segundo Totonho, toda semana eles promovem um encontro entre os foliões para que eles não dispersem. Pois, segundo ele, as datas comemorativas são distantes, e os membros da Irmandade estão muito idosos.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Presépio montado na casa do Dr. Hidelberto, aberto ao público no Natal

- Locução em eventos de rodeios: Piracicabano, figura de reconhecimento regional, nas festividades relacionadas a esse ramo.

- Dança do Moçambique, manifestação cultural dentro da Folia de Reis. (família do Totonho).

- Benzedura com Dona Mariinha.



Figura 134: Dona Mariinha benzendo a Consultora Susan

- Artista plástica Beth Sales: retratou os lugares históricos de Nova Granada em telas.
- Artista plástico e escultor Trajano Bijalva.
- Artista plástico Paulo Cesar Caetano “Bilives”.
- Artista plástica Alaidia Silva Santos.
- Poeta Cleide de Araújo
- Escultor Ronaldo Bertaco

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Clube de eventos e rodeios Nossa Senhora Aparecida.
- Monumento do Cristo (lugar onde pessoas fazem oração e acendem velas em devoção).
- Largo do São Benedito. Local onde há manifestação de fé em devoção ao padroeiro dos negros, e lugar de saída das Folias de Reis.
- Igreja Matriz – situada na Praça Manoel Alves dos Santos, com espaço sempre utilizado para manifestações culturais em eventos do município.



Figura 135: Igreja Matriz.



Figura 136: Largo de São Benedito.

- Prédio da Estação Ferroviária.

## 2.4.22.HISTÓRICO DE ORIENTE

Aniversário: 30 de Novembro

Gentílico: orientense ou orientalense

O município paulista Oriente, pertence à Região Administrativa de Marília.

A formação do núcleo que deu origem a esta cidade teve início em 1929, com a chegada de Carlos Vendramini, que deixou a cidade de Piraju para seguir o grande êxodo da população em direção à região da Alta Paulista, motivados pela expansão ferroviária.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, partindo de Bauru, rumava ao oeste do Estado procurando atingir o Rio Paraná, através das bacias do Feio e Aguapeí, matas ainda não desbravadas. A fertilidade das terras e o fácil escoamento da produção agrícola local promoveram o povoamento da região formando pequenos núcleos.

Outros habitantes foram chegando, abrindo pequenos sítios e fazendas dedicados à cultura do algodão e amendoim, logo substituídos pelo café.

O povoado de Oriente foi elevado à categoria de distrito do município de Marília e posteriormente com território desmembrado de Marília e Pompéia.

A escolha do topônimo Oriente não tem registro que o expliquem. O mais certo é que, de acordo com a organização da empresa da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, as estações obedeceriam como de praxe, a sequência alfabética em relação às outras estações. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

## Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Oriente, pelo decreto nº 6.721, de 02 de outubro de 1934, subordinado ao município de Marília. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937, Oriente é distrito judiciário do município de Marília.

É Elevado à categoria de município com a denominação de Oriente, pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, desmembrado dos municípios de Marília e Pompéia.

Instalado no dia 01 de janeiro de 1945, consta constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

### 2.4.22.1. Patrimônio Imaterial de Oriente

#### ➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer

Doces: paçoca de amendoim; doceiras Tania e Heleninha.

#### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Cavalhada e Comitiva Sem Nós, Sem Festa.
- Festa do Peão de Oriente
- Festa de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de Outubro, padroeira da cidade.
- Festa de Santos Rei: Família da Dona Dalira.



Figura 137: Folia de Reis. (Fonte: Cedida pela Dona Dalira).

### ➤ Das Formas de Expressão

Oratórios: artesanato em madeira, Sr. João Morgado, faz além dos oratórios, placas de endereço, e caixa de correspondência. Aproveita madeira e pedaço de moveis encontrados no lixo.



Figura 138: Oratório feito pelo artesão João.



Figura 139: Fábrica artesanal dos artigos em madeira.

- Benzedeira: Dona Dalira, faz oração com imposição das mãos, e ainda utiliza copo de agua virado sobre a cabeça, apoiado numa toalha. Relata que a reza que faz contra dor de cabeça é procurada por muitos. Durante sua oração, a água que está no copo sai borbulhas.



Figura 140: Benzedeira Dalira.



Figura 141: Grupo de violeiros e sanfoneiros em eventos culturais (Fonte: Acervo da Dona Dalira).

- Violeiros e sanfoneiros em eventos da cidade.



➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- CCI- entro de convivência do Idoso, oferece atividades ao público da “ Terceira Idade: lazer, oficinas e festividades

- Paróquia Nossa Senhora Aparecida, inaugurada em 1938, situada numa praça cheia de bancos e coreto. É muito frequentada por crianças e idoso.



Figura 142: Paróquia Nossa Senhora Aparecida.

- Estação Rodoviária de Oriente, lembrada pelos moradores mais antigos.



Figura 143: Estação Rodoviária de Oriente.

### **2.4.23.HISTÓRICO DE OSCAR BRESSANE**

Aniversário: 04 de abril

Gentílico: bressanense

O município Oscar Bressane, contido atualmente na Região Administrativa de Marília, teve suas origens com a chegada dos seus desbravadores, na década de 1920.

A região escolhida para a instalação, banhada pelos córregos da Cotia e da Bananeira, afluente do Ribeirão da Panela, da bacia do Rio do Peixe, possuía terras férteis e os primeiros a se fixarem foram Galdino Martins, Cândido Luís da Silva, Marciliano Pires de Moraes, José Botelho, Cândido José Alfredo, Basílio Antônio Rodrigues e Basílio Martins.

Atraídos pelas boas notícias quanto ao solo do território, Jaime e André Sanches e Salvador Zurano adquiriram da Santa Casa de Jaú, terras entre os córregos da Cotia e da Bananeira iniciando a formação de um novo povoado com o nome de Vila Fortuna.

Em 1921, se tornou Distrito da Paz, sendo sede do Distrito de Tabajara e adquirindo este nome. Porém, em 1933 tornou a se chamar Vila Fortuna e subordinada ao município de Bela Vista, atualmente Campos Novos.

No ano de 1925 a 1935 outra leva de famílias e grupos europeus, principalmente italianos, espanhóis e japoneses, se instalaram em Tabajara, como por exemplo, as famílias Rossi, Giroto, Bocchi e Tanus.

A vida comercial aflora nessa época com o armazém de Florêncio Navarro, no local onde construiu sua residência. A primeira farmácia foi feita em construção de barro, onde atualmente se localiza a residência da família do Senhor Jorge Martinhão e de Dona Albertina Martinhão. José Ambrósio dos Santos se estabelece como dentista e Elias Tanus inaugura a Casa Libanesa em 1933.

Além dos descendentes de imigrantes espanhóis que se concentraram principalmente no Bairro da Água da Sorte, de descendentes de italianos que se concentraram principalmente no Bairro da Bananeira e Frutal, grande número de japoneses também se aportou no distrito, nos anos de 1935, construindo a colônia do Bairro da Graminha, onde iniciaram o plantio de suas culturas, implantando métodos de trabalho, e dando forte impulso à área econômica do município. Ressaltando neste aspecto histórico as famílias Yoshimi, Yanai, Funo e Tomaru.

Em 1936 foi construída a casa paroquial e seu primeiro vigário foi o Padre Mussiano Carbini, servindo de 14 de agosto de 1936 a 23 de agosto de 1943.

Vila Fortuna, em novembro de 1944, foi anexada ao município de Lutécia com o nome de Amarílis. Finalmente, em dezembro de 1948 foi elevado a município com o nome de Oscar Bressane.

O movimento para a emancipação político-administrativa de nosso e de outros municípios foi liderado por um grupo de deputados assessorados pelo acadêmico Oscar Augusto de Barros Bressane. Em uma de suas viagens por essa causa sofreu um acidente e veio a falecer, em homenagem ao deputado, o nome da cidade foi escolhido.

A instalação do município ocorreu no dia 24 de abril de 1949, data em que se comemora o aniversário da cidade. Seu primeiro prefeito municipal eleito foi o Sr. José Ambrósio dos Santos.

Oscar Bressane passou de região predominantemente cafeeira, acompanhando as mudanças da região, substituindo as vastas lavouras de café por pastagens, citrus, amendoim e mais atualmente por milho e principalmente melancia. A produção agrícola é de subsistência local e para os compradores de melancia de outras regiões.

A pecuária de corte, hoje em dia, ocupa o maior espaço na região, sendo quase 75% das áreas. A carne é distribuída na cidade e nos frigoríficos da região. O leite produzido é comercializado e industrializado para a cidade e regiões.

A maioria das propriedades rurais possui energia elétrica, o município é servido pela Companhia Vale do Paranapanema. As indústrias que se destacam são as de empacotamento de gêneros alimentícios, os laticínios, o comércio de carpetes e tapetes, e de variados tipos de velas, que acrescentam poder econômico e levam orgulho ao município.

O grande evento do município ocorre na comemoração do aniversário de emancipação político-administrativa, 24 de abril, quando é feita uma grande festa de confraternização para toda a população.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Tabajara, pela lei nº 1.823, de 17 de dezembro de 1921, subordinado ao município de Campos Novos do Paranapanema.

Pela lei estadual nº 1.828, de 21 de dezembro de 1921, o município de Campos Novos do Paranapanema passou a se denominar simplesmente Campos Novos, passando o distrito de Tabajara a pertencer a Campos Novos.

Pelo decreto nº 6.204, de 13 de novembro de 1933, o distrito de Tabajara passou a denominar-se Vila Fortuna. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o distrito de Vila Fortuna figura no município de Campos Novos e assim permanecendo em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Vila Fortuna passou a se denominar somente Fortuna e o município de Campos Novos passou a se denominar Bela Vista.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o distrito de Fortuna está constituído no município de Bela Vista.

Pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, o distrito de Fortuna passou a se denominar Amarilis e o município de Bela Vista a denominar-se Echaporã. Sob o mesmo decreto-lei citado é criado o município de Lutécia, passando o distrito de Amarilis a pertencer ao município de Lutécia. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o distrito de Amarilis figura no município de Lutécia.

Amarilis é elevado a município com a denominação de Oscar Bressane, pela lei estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, desmembrado do município de Lutécia. Sede no atual distrito de Oscar Bressane (ex-Amarilis). Constituído do distrito sede, instalado em 24 de abril de 1949.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### 2.4.23.1. Patrimônio Imaterial de Oscar Bressane

##### ➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer

-Culinárias

- Língua de Oscar Bressane

- Melado e rapadura produzidos de modo artesanal no Sítio Água da Bananeira.



Figura 144: Produção artesanal de rapadura e melado



Figura 145: Preparo final do processo da rapadura.

- Rosquinha de pinga : fabricada na família da Néia desde sua a avó.



Figura 146: Produção artesanal da rosquinha para o evento Revelando São Paulo.

- Beliscão: biscoito de farinha de trigo recheada de goiabada.



Figura 147: Quitanda Beliscão.



Figura 148: Matéria prima para produção artesanal do polvilho de araruta

- Polvilho de Araruta: Produção do Sr. Erasmo no Sítio Água da Bananeira.

- Farinha de mandioca, fabricada artesanalmente por João Gonçalves.

- **Ofício:**

- Acessórios em couro: Márcia

- Vassoura: Sr. Erasmo Beloti e Dona Elza Beloti Sumensari, descendentes de italianos.



Figura 149: Vassoura em processo de produção artesanal.

### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Baile da Aleluia com escolha da Rainha do Rodeio.
- Romaria de Santo Expedito: em abril.
- Rodeio e Cavalgada.
- Festa de São João na Capela de São João.
- Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo.
- Festa de São Roque em 17 e 18 de Agosto: tradicional festa em Louvor a São Roque, organizada pela família do Sr. Erasmo e D. Belotti, no Bairro Botafogo, ou Água da Bananeira (nome tradicional), o nome atual é em referencia ao nome do time de futebol dos jogadores do sitio. Na sua programação tem missa, terço, quermesse, procissão, banda de forró,  
Venda e leilão de assados, barracas de doces, almoço.
- Festa da Melancia, em 19 de outubro.
- Festa de Nossa Senhora Aparecida, dia 12 e 13 de Outubro, celebrada na Paróquia Nossa Senhora Aparecida.
- Festa de Santa Luzia dia 14 e 15 de Dezembro.
- Festa dos Santos Reis, Folia de Reis de Tarumã.
- Cavalgada Laço Forte.
- Caminhada e cavalgada de Santa Rita, na antiga Estrada Boiadeira.
- Festa do Peão na fazenda Santa Maria.

- Romaria de Santo Expedito.
- Festa Junina Comunitária.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Mostra de Arte Popular de Oscar Bressane.
- Dupla Sertaneja.
- Benzedeira Dona Neuza e Dona Zeferina.
- Violeiros: Dito Ribeiro, Senhor Quinzinho e dupla sertaneja, Waldir e Wanderlei.
- Tocador de Berrante: Pedro Machado.
- Artesanato: bonecas de pano, crochê, fuxico, brinquedos de madeira, vassouras são artigos expostos na Lojinha de artesãos localizada no Centro Cultural.



Figura 150: Bonecas de pano.



Figura 151: Brinquedos de madeira.

- Cavalgada e Comitiva Laço Forte

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Capela de São João
- Paróquia Nossa Senhora Aparecida

-Capela de São Roque: onde é celebrada a tradicional festa do Sr. Erasmo e Dona Elza Belotti, situada na propriedade rural Água da Bananeira



Figura 152: Capela de São Roque.( Sítio Água da Bananeira)



Figura 153: Fotos de antigos eventos da Festa de São Roque.

- Casa de Cultura: Exposição de fotos antigas de moradores do município. O espaço também divulga e vende artesanatos de moradores da região. Oficina de bonecas de pano, brinquedos em madeira, violão, piano, ministrados pelos saberes das pessoas mais experientes. Alguns deles são os próprios artesãos que colocam seus artigos a venda.

Participam do Revelando Talento, evento de venda e divulgação do Patrimônio Imaterial do Estado de São Paulo.



Figura 154: Exposição de fotos de eventos do município.



Figura 155: Igreja Matriz.



- Praça da Igreja Matriz: Espaço para as manifestações culturais e feirinhas da cidade.

## 2.4.24.HISTÓRICO DE PLATINA

Aniversário: 30 de dezembro

Gentílico: platinense

Pertencente ao Estado paulista e situada na Região Administrativa de Marília, a cidade de Platina teve seus primórdios no século XIX, em um povoamento conhecido como Saltinho do Paranapanema.

Pelo que consta, o povoado foi fundado pelo sertanista Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, proprietário na época de grande latifúndio, que fixou residência na vila que fundou.

A região é banhada pelo rio Pari-Veado, que a corta de norte a sul desembocando no rio Paranapanema. A evolução no local se deu rapidamente devido ao êxodo de colonizadores que adentravam nos sertões em busca de novas terras, localizadas no sudoeste do Estado de São Paulo.

“Saltinho” chegou a ser o centro comercial da região, pois que dispunha de dezenas de grandes casas comerciais e possuía fácil meio de comunicação às regiões avançadas. O próprio fundador abriu a Estrada Boiadeira até as barrancas do Rio Paraná, estrada até hoje existente, funcionando como trecho que atravessa o município de leste a oeste, e o liga à Estância Climática de Campos Novos Paulista e à cidade de Assis.

Em 1894 a vila foi elevada a de Distrito de Paz, com o nome de Platina e jurisdicionado ao município de Campos Novos do Paranapanema. E no ano de 1915, elevou-se o distrito à categoria de município, tendo sido seu primeiro prefeito, o Capitão Felicíssimo Antônio Pereira.

Na data em que se construía a Estrada de Ferro Sorocabana, cujos trilhos avançavam pelo sertão, iniciou-se também a decadência de Platina. Por questões políticas e interesses pessoais, o traçado da ferrovia foi desviado de Platina. Junto com a ferrovia, se afastava também o desenvolvimento. Platina retornou à categoria de distrito a partir de 1934 e anexada ao município de Palmital além de perder parte de seu território para o município de Assis.

No entanto, 30 de dezembro em 1953, novamente adquiriu o título de município, instalando-se em 01 de janeiro de 1955, com Nestor de Souza Pereira como prefeito eleito. Na mesma data é comemorado o aniversário da cidade.

Atualmente a agricultura é a atividade essencial do município de Platina, possui terras férteis, e apropriadas a diversas culturas, especialmente para o cultivo de cana-de-açúcar, milho, arroz, mandioca, trigo e soja e possui abastada criação de gado bovino de corte e leiteiro. Para tanto, o município conta com uma destilaria de álcool e aguardente e um laticínio.

## Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Platina, pela lei estadual nº 309, de 26 de julho de 1894, e subordinado ao município de Campos Novos do Paranapanema.

Em divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911, figura no município de Campos Novos do Paranapanema, o distrito de Platina.

Elevado à categoria de município com a denominação de Platina, pela lei estadual nº 1.478, de 24 de novembro de 1915, desmembrado do município de Campos Novos do Paranapanema (depois Campos Novos). Sede no antigo distrito de Platina, constituído do distrito sede que foi instalado em 15 de abril de 1916.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Pelo decreto-lei estadual nº 6.448, de 21 de junho de 1934, foi extinto o município de Platina, sendo seu território anexado ao município de Palmital. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937, o distrito de Platina figura no município de Palmital, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950.

Através da lei estadual nº 2456, foi novamente elevado à categoria de município com a denominação de Platina, em 30 de dezembro de 1953, sendo desmembrado de Palmital. Sede no antigo distrito de Platina, constituído do distrito sede que foi reinstalado em 01 de janeiro de 1955.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

### 2.4.24.1. Patrimônio Imaterial de Platina

#### ➤ **Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

##### ✓ **Culinárias**

- Rapadura, melados e doces, Sr. Antônio Pedro: produção para consumo próprio no sítio próximo da cidade, Água do Piratininga.

- Pinga artesanal: Sr. Maurílio.

##### ✓ **Ofícios**

- Trançados em couro: Rodrigo.

- Selaria e toda a traia de frente: Sr. Sergio Nogueiro.

### ➤ Das Celebrações e Rituais

- Festa de Santos Reis, participação da Folia de Sr. Antônio Serafim ( Zica), da Vila Ouro Verde e da Folia de Reis do Sr. Antônio Pedro, da Água do Café.

Sr. Antônio relatou que ele participa do encontro de Folia de Reis em Assis.

- Festa do dia das crianças e em Homenagem a Nossa Senhora Aparecida: dia 12 de Outubro, Dona Nair faz uma grande festa em frente a sua casa, com missa celebrada pelo padre, reunindo um grande numero de pessoas. Fornece lanche e refrigerante as crianças, e também monta brinquedos para o divertimento dos mesmos.

- Festa Junina.

- Festa das Mães.

- Festa de São Sebastião.

- Festa de Santo Expedito, celebrada na casa de uma moradora há dez anos.

### ➤ Das Formas de Expressão

- Escultura de madeira e placas de fazenda: Sr. Ivo e Edinho



Figura 156: Esculturas de madeira feitas pelo do Sr. Ivo.



Figura 157: Placas de fazenda.

- Catira Água do Café, Sr. Antônio Pedro.

- Bordados: “agonite”, ponto cheio, rococó, “raidange”, ponto cruz (conhecimento adquirido em projetos sociais), crochê.



Figura 158: Bordados feitos no Projeto.

- Benzedeira: Dona Helena.
- Livros: Clodoaldo Caetano – “Dora: a princesa na janela” e ainda compôs o Hino de Platina.
- Violeiros: Luizinho e Vinicius.
- Terço de Santo Antônio: faz com a família a 05 anos, Dona Clarinda de Andrade e Seu Darci Pereira.



Figura 159: Bandeira de Santo Antônio.



Figura 160: Entrevista com o casal.

- Crença da aparição da Imagem de Nossa Senhora no rio Taquaral, lágrima de sangue, ver qual igreja.

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais.**

- Praça Nossa Senhora do Carmo.
- Igreja Nossa Senhora do Carmo.
- Academia ao ar livre com equipamentos feitos com madeiras.



Figura 161: Praça da Igreja Nossa Senhora do Carmo



Figura 162: Monumento do Cristo, na entrada da cidade

- Monumento do Cristo, Na entrada da cidade
- Centro Comunitário Vila Guarani e Bairro das Primaveras

## 2.4.25.HISTÓRICO DE POMPÉIA

Aniversário: 17 de setembro

Gentílico: pompeiano, pompeense ou pompeano

Pompéia, cidade do Estado de São Paulo pertencente à região administrativa de Marília se originou no ano de 1852, quando o Governo Imperial concedeu a posse primária, das terras localizadas na bacia do Rio do Peixe, a João Antônio de Moraes, Francisco de Paula e Francisco Rodrigues de Campos, além da concessão a este último das terras na bacia do Rio Feio (ou Aguapeí). Áreas que, reunidas, demarcaram inicialmente, o território onde seria instalado o município de Pompéia. Posteriormente as mesmas foram transferidas a outros proprietários.

Nova movimentação ocorreria bem mais tarde, em 1919, quando vários compradores provenientes de Cravinhos seguiram pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até a estação de Penápolis, abrindo cerca de 90 quilômetros de picada no meio da mata até a região que recebeu a denominação Nova Cravinhos, composta por terras adquiridas da Fazenda Guataporanga, ocupadas com o plantio do café. Em 1928, nas vertentes do Ribeirão Futuro, aproximadamente 250 hectares de matas foram derrubados, e o terreno, então, loteado e arruado, passou a abrigar um povoado.

O local era dividido, praticamente, em duas propriedades: a vertente do Rio Peixe a Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda e a vertente do Rio Peixe aos irmãos Pizza.

Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda e Luis Miranda planejaram, em 1928, a formação de uma segunda vila promovendo loteamento de 250 alqueires de terras denominaram-no Patrimônio de Otomânia. Acredita-se que a escolha do nome foi pelo fato de alguns dos mais antigos moradores, do local, serem de origem árabe, imprópriamente, chamados de turcos no Brasil da época. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

Em 17 de setembro do mesmo ano, foi criado o distrito do município de Campos Novos (atual Echaporã), recebendo o nome de Pompéia em homenagem a Aretuza Pompéia da Rocha Miranda, esposa de Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda e mãe de Luiz Miranda, ambos responsáveis pelo planejamento e pela formação da cidade.

A alteração do nome deveu-se à Companhia Paulista de Estrada de Ferro que, atingindo a região na época, costumava dar nomes às suas estações, a partir de Piratininga, em ordem alfabética. Cabia ao povoado a letra "P". Assim escolheu-se Pompéia em homenagem à mulher do fundador, Aretuza Pompéia da Rocha Miranda.

Logo depois, em 24 de dezembro, o distrito foi transferido para o município de Marília. Em 30 de novembro de 1938, tornou-se município autônomo, com terras desmembradas dos municípios de Marília e Glicério.

### **Formação Administrativa**

O distrito foi criado com a denominação de Pompéia, pela lei estadual nº 2.282, de 17 de setembro de 1928, subordinado ao município de Campos Novos.

Pela lei nº 2.320, de 14 de dezembro de 1928, transfere o distrito de Pompéia do município de Campos Novos para o de Marília. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Pompéia figura no município de Marília. E assim permanecendo em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937.

É elevado à categoria de município com a denominação de Pompéia, pelo decreto estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, desmembrado do município de Marília.

Com sede no antigo distrito de Pompéia, instalada em 01 de janeiro de 1939, o município se vê constituído de 06 distritos, Pompéia, Herculânea Novo Cravinhos, Paulópolis, Quintana e Varpa, todos eles desmembrados do município de Marília. Permanecendo assim até 1943.

Com o decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, desmembra do município de Pompéia os distritos de Quintana e Herculânea, elevando-os à categoria de município, e o segundo com a denominação

de Herculândia. Sob o mesmo decreto-lei é criado o distrito de Queiroz, com terras desmembradas dos distritos de Novo Cravinhos, Paulópolis e o distrito sede do novo município de Quintana. E ainda por este decreto transfere o distrito de Varpa do município Pompéia para Quintana.

No quadro fixado par vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído de 04 distritos, Pompéia, Novo Cravinhos, Paulópolis e Queiroz.

Pela lei estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, é criado o distrito de Pontana e anexado ao município de Pompéia. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o município é constituído de 05 distritos, Pompéia, Novo Cravinhos, Paulópolis, Pontana e Queiroz.

Pela lei estadual nº 2.456, de 30 de dezembro de 1953, o distrito de Pontana foi transferido do município de Pompéia para o de Quintana. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído de 04 distritos, Pompéia, Novo Cravinhos, Paulópolis e Queiroz.

Em 28 de fevereiro de 1964, a lei estadual nº 8.092 desmembra do município de Pompéia o distrito de Queiroz, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01 de janeiro de 1979, o município é constituído de 03 distritos: Pompéia, Novo Cravinhos e Paulópolis e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### **2.4.25.1. Patrimônio Imaterial de Pompéia**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Culinária: Queima do Alho (ocorre na Festa do Boiadeiro).

Quitanda beliscão, feito por Dona Aparecida Risato.

Bebida servida em festa junina: Anizete (bebida feita com aniz).

- Ofícios de domador e aula de equitação, laço divulgada propagandas distribuídas nas ruas da cidade.

- Botas confeccionadas para eventos culturais urbanos.



Figura 163: Loja da fábrica de botas para os eventos na cidade.

### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa do Peão de Boiadeiro.
- Cavalgada nas ruas da cidade. Separou da Festa de Peão pelo grande número de participantes, preferindo sair às ruas dias antes da festividade.
- Cavalgada da família Risato.
- Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário.
- Festa Junina comemorada pela família Priedols Karklin. Festejo na sua propriedade rural Fazenda Pinheiros. Com 200 participantes, mantém a tradição dos pratos típicos e brincadeiras. Na parte religiosa, o terço, mastro erguido com bandeira.
- Festa Junina da família Risato. Dona Aparecida e Sr. Sebastião faz a festa todos os anos, para receber parentes e amigos.

Reza-se o terço, ergue bandeira, faz a fogueira, serve comida típica caipira, quentão de vinho e “anizete”.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Jogos e torneio de gateball no campo japonês. Prática trazida pela imigração japonesa na região.
- Benzedura: Dona Anair e Sr. Sebastião Risato.

Dona Anair benze na presença da pessoa, mas também relatou que faz benzeduras por telefone. Benze também objetos pessoais e fotos. (Não foi permitido tirar fotos).

- Bandeira erguida nas festividades Juninas e novena da Família Risato.





Figura 164: Bandeira de São João, na frente da propriedade dos “ Risato”

- Fanfara da Escola Cultura e Liberdade.
- Arquitetura oriental presente em praças, ponto de ônibus e memorial, no município.
- Propaganda nos bancos da praça de grande movimentação de pessoas, retratando os ofícios na cidade. Uns já inexistentes, mas retratam a história econômica urbana do lugar, podendo ser extraído fontes sobre a influência imigratória para a região.



Figura 165: Bancos da Praça da Igreja



Figura 166: Bancos da Praça da Igreja.

➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Praça Brasil Japão.



Figura 167: Praça Brasil Japão

- Fundação Shunji Nishimura

- Igreja Matriz.

- Recinto Mario Zaparoli: espaço usado pela Festa do Peão e também provas de laço, rodeio e tambores.

- Campo do japonês.

- Igreja Nossa Senhora do Rosário

- Memorial Japonês Shunji Nishimura: Arquitetura oriental com jardins e esculturas dos imigrantes japoneses, personagens de grande importância para o município.



Figura 168: Parte externa do memorial.



Figura 169: Monumento de Shunji Nishimura.

- Estação Ferroviária de Pompéia e barracões de estocagem de grãos, atualmente ocupada pelo Restaurante. Virou ponto turístico da cidade.



Figura 170: Estação Ferroviária de Pompéia



Figura 171: Antigo armazém de grãos.

- Quadra de eventos do Colégio Shinji Nishimura.
- Monumento do Cristo redentor na entrada na cidade e do avião, identifica a cidade para seus moradores.



Figura 172: Monumentos na entrada da cidade.

## 2.4.26.HISTÓRICO DE PROMISSÃO

Aniversário: 29 de Novembro

Gentílicos: promissense

O município paulista de Promissão, pertencente à Região Administrativa de Bauru. Sua fundação de está ligada ao confronto entre tribos indígenas e posseiros desbravadores da região. A partir do conflito e de problemas decorrentes da ausência de transporte local, a antiga fazenda de Patos foi colonizada.

Os primeiros povoadores da região compreendida entre os rios Tietê, Feio e Dourado, foram os foragidos da revolução de 1842, mineiros das famílias dos Castilhos, Ferreiras e Goularts, que deixaram seus nomes ligados a inúmeras cidades de São Paulo.

As únicas vias de penetração e comunicação eram os referidos cursos fluviais, que facilitaram o estabelecimento dos colonizadores em terras antes ocupadas pelos índios coroados e caingangas. Como em outras frentes do sertão paulista, o contato com os primitivos habitantes quase sempre foi violento e provocou, ou o simples extermínio do indígena, ou a sua fuga para outras regiões.

Em 1908, a estrada de ferro chegou onde mais tarde a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil lançou os seus trilhos em direção ao oeste. Nas terras da fazenda Patos foi construída uma estação de parada. Seus funcionários Benedito Bueno e seu genro, conhecido como João Portador foram os primeiros habitantes do local.

Na estação de parada, "Hector Legru", nome dado em homenagem ao banqueiro que financiou a construção de Noroeste do Brasil, chegaram outros desbravadores, como João Ramos da Silva, que se estabeleceu com um pequeno comércio, ou José do Vale e Francisco Gimenes, que construíram uma casa de madeira para um modesto hotel.

Desde 1915, o povoado, que apresentava certo desenvolvimento, atraía imigrantes japoneses e italianos, desenvolvendo atividades agrícolas e industriais, principalmente ligadas ao café.

Alonso de Andrade, em 1918, auxiliado por irmão Carlos de Andrade, fez um loteamento e colocou à venda alguns lotes e em 27 de novembro de 1919, o distrito de paz foi criado à condição de distrito do município de Penápolis, tendo como nome "Hector Legru".

Seu topônimo foi alterado em 1921, para "Promissão", por desejo de seus habitantes que a consideravam "Terra da Promissão", em virtude de seu rápido desenvolvimento promovido pelas terras férteis de café, que impulsionava o progresso da região e enriquecia os fazendeiros. (FERREIRA; SQUEFF, 2003).

E, em 29 de novembro de 1923, adquiriu sua autonomia municipal.

### **Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Hector Legru, por lei estadual nº 1.668 de 27 de novembro de 1919, pertencendo ao município de Penápolis.

Através da lei estadual nº 1787-A, de 30 de dezembro de 1921, o distrito de Hector Legru passou a denominar-se Promissão.

Elevado a categoria de município com a denominação de Promissão, por Lei Estadual nº 1934, de 29 de novembro de 1923, desmembrado de Penápolis. Ficou constituído do distrito sede, cuja instalação ocorreu no dia 01 de maio de 1924.

A lei nº 2647, de 16 de janeiro de 1936, cria o Distrito de Dinisia e incorpora ao Município de Promissão. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o município pertence ao termo judiciário de Lins, da comarca de Lins, e constituído de 02 distritos, Promissão e Dinisia.

Com a lei nº 2.893, de 13 de janeiro de 1937 é criado o distrito de Itacolomi e incorporado ao município de Promissão. Em divisão territorial de 31 de dezembro de 1937 e no quadro anexo ao decreto-lei estadual nº 9.073, de 31 de março de 1938, o município de Promissão pertence ao mesmo termo judiciário de Lins, da comarca de Lins, e se divide em 03 distritos, Promissão, Dinisia e Itacolomi.

Pelo decreto estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, o município de Promissão adquiriu o distrito de Gurupá, do município de Avanhandava e o território do extinto distrito de Itacolomi, do mesmo município de Promissão. O distrito de Itacolomi passa a constituir uma de suas zonas, sendo a primeira, Promissão e a segunda, Itacolomi, Dinisia e Gurupá, pertencentes ao termo e comarca de Lins.

O decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, criou a comarca de Promissão com sede na cidade de mesmo nome, Promissão. No quadro fixado pelo decreto-lei estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, citado para vigorarem 1945-1948, o município de Promissão ficou composto dos distritos de Promissão, Dinisia, Ipés e Tobiarias (Ex-Itacolomi), comarca de Promissão.

Em 1953 os distritos de Dinisia e Tobiarias foram extintos no quadro fixado pela lei estadual nº 2456, de 30 de dezembro. O distrito de Ipés passa a se chamar Santa Maria do Gurupá.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído de 02 Distritos, Promissão e Santa Maria do Gurupá assim permanecendo em divisão territorial datada de 15 de julho de 1999.

#### **2.4.26.1. Patrimônio Imaterial de Promissão**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

- Culinária

Quitanda Beliscão: quitanda feita de farinha de trigo e recheada de goiabada. É conhecida na região e produzida em lares do município.

- Ofício

- Selaria, Sr. Vitão: Comerciante e fabricante de selas e arreios de couro. Produz também acessórios, como cintos, porta celular, laços e outros. Começou o comercializar e fabricar com funcionários, depois de um tempo observando e trabalhando junto com eles, passou a fabricar sozinho. Hoje não tem nenhum funcionário.



Figura 173: Loja de venda dos artigos de couro.



Figura 174: Fábrica no fundo da loja.

- Pesca Artesanal

### ➤ **Das Celebrações e Rituais**

- Festa de Peão: 11 de Agosto

- Cavalgada e Comitiva do Cleber: sai com os amigos em comitiva, lembrando a tradição dos tropeiros. Sua Comitiva já tem mais de 40 participantes.

- Gincana poliesportiva, promovido pela Colônia Japonesa, com competição de jogo.

- Festa de Santa Rita, no Bairro Gurupá, com missas, leilões e almoço.

### ➤ **Das Formas de Expressão**

- Escultura e pirogravura: Sr. Adilson.



Figura 175: Artista com o pirógrafo, equipamento de queima da madeira.

O artista relata que a pouca divulgação, e a falta de espaço para expor seus trabalhos, o leva a atender pedido de placa com nome de fazendas.

#### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Santuário do Bairro Gonzaga
- Praça Shuhei Uetsuka



Figura 176: Praça Shuhei Uetsuka

- Igreja do Cristo Rei dos 26 Mártires, construída pelos imigrantes católicos japoneses, vindo de Imamura, na década de 1930. Pretende-se pelo grande valor cultural, torná-la Centro Turístico Religioso.
- Casa de Cultura
- Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida.



Figura 177: Imagem de Nossa Senhora Aparecida na lateral da Igreja.

- Recinto Clube de Rodeio Acácia.
- Igreja São Benedito
- Estação Ferroviária de Promissão.

#### 4.1.1 HISTÓRICO DE FRONTEIRA

Aniversário: 18 de julho

Gentílico: fronteirense

O município de Fronteira situa-se no estado de Minas Gerais, na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a Microrregião de Frutal.

A cidade faz divisa com o Estado de São Paulo, e fica às margens do Rio Grande, que interliga os dois Estados pela Ponte Mendonça Lima. Foi uma cidade planejada para ser um polo de atração ao turismo, devido às suas belezas naturais, principalmente suas cachoeiras, para abrigar uma usina de açúcar e devido também à sua posição estratégica.

Foi fundada no dia 18 de julho de 1943, quando ainda era integrada ao município de Frutal, seu desligamento ocorreu em 30 de dezembro de 1962 através da Lei nº 2.764 elevando o núcleo a município.

Frutal teve sua ocupação iniciado no século XVII, época em que iniciava a colonização do interior do país através da busca por metais preciosos e conquistas territoriais pelas bandeiras paulistas. Além das bandeiras, foram extremamente efetivas, as Picadas ou Caminhos de Goiás e a concessão de Sesmarias ao longo desses caminhos, no século XVIII.

A concessão era efetivada com intuito de estimular a produção agrícola e pecuária da região, nesses pontos foram levantadas fazendas que se tornaram paradas obrigatórias para pouso e abastecimento dos viajantes que por ali passavam.



Por volta de 1835, de acordo com registros historiográficos, Antônio de Paula e Silva se estabeleceu com sua família, com a Fazenda Rio Verde às margens do Rio Grande. Construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, transformando a região em um núcleo de atração de imigrantes tornando-se um povoado.

A rápida imigração e constante crescimento econômico foram favoráveis à emancipação do povoado a município, fundado pela Lei nº 3.664 no dia 4 de outubro de 1887. Atualmente a base econômica da cidade advém de sua origem, a agropecuária com destaque para a produção de abacaxi, soja, milho e a pecuária leiteira.

Nesse contexto, após a construção da Ponte Mendonça Melo, em 1943, o empresário e intelectual, Dr. Maurício Goulart, idealizou a fundação da cidade de Fronteira, momento em que se iniciaram as construções das primeiras casas.

O nome Fronteira foi escolhido pela ideia de uma nova visão de mundo, de onde se construiria uma cidade a partir de terra e água. E não especificamente pelo fato de fazer fronteira com o Estado de São Paulo. (IBGE, 2013)

Na região onde corre o Rio Grande, podemos encontrar várias represas, e em uma delas, na Represa Marimbondo, onde em 1945 foi construída a Usina Hidrelétrica de Marimbondo, pela Empresa Centrais Elétricas de Furnas. Foram instalados também, um centro de telefonia, da Companhia de Telefones do Brasil e os serviços da Empresa de Correios e Telégrafos.

Fronteira nessa época já possuía um aeroporto, que servia como suporte aos vários cassinos que surgiram na época em que o jogo era legalizado, essa atividade turística foi bastante lucrativa para o turismo da região.

Em resposta a essas ações, o município recebeu e recebe até hoje grande número de imigrantes. Sua população é predominantemente urbana, fato ocorrido desde sua elevação à categoria de cidade, demonstrando um crescimento demográfico positivo. Esses se concentram as margens da Barragem da Usina Hidrelétrica de Marimbondo, onde existe uma grande vila construída para os funcionários das Centrais Elétricas de Furnas.

O êxodo rural ocorrido justifica-se pela procura de novas oportunidades de emprego em áreas urbanas, no comércio, na construção, na indústria ou em novas fronteiras agrícolas.

As atividades econômicas principais são, como sua originária Frutal, a agropecuária, com enfoque na lavoura de laranja e abacaxi, a cultura da soja e cana-de-açúcar.

Um fato intrigante, lendário e que é atração turística e cartão de visita da cidade de Fronteira, é o monumento conhecido como “O Bernardão”, projetado pelo conceituado arquiteto Julio Guerra. Foi erguido na praça principal da cidade e inaugurado a 09 de maio de 1943. Atribuem o nome ao trabalhador Bernardino dos Santos, um dos que participou da abertura das ruas e construção das primeiras casas em 1943, data que iniciaram os primeiros trabalhos de construção de Fronteira, ocupando alojamento provisório.

Trata-se de um monumento de 12 m de altura e de estrutura forte que faz lembrança aos negros cortadores de cana e que contribuíram para a construção da cidade, segurando uma pilastra em forma de obelisco sob

uma placa de bronze com os dizeres: “Aqui, onde era selva, e só a selva nasceu Fronteira pela vontade de alguns homens, por amor do Brasil”.

Em 1963 houve a inauguração da Central de Abastecimento de Água, hoje desativada, momento marcante em que os moradores da cidade se orgulham ao se lembrar da ilustre visita do então presidente, Juscelino Kubitschek.

O Estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. Dentre das 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE, Fronteira pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a microrregião de Frutal. Tendo apenas 223 Km<sup>2</sup>, foi considerado o menor município dessa microrregião, dos quais 50 km<sup>2</sup> estão submersos pelas águas do lago construído pela represa da Usina Hidrelétrica de Marimbondo, e propriedade das Centrais Elétricas de Furnas. (IGA, 2013).

### **Formação Administrativa**

De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, a formação administrativa do município se deu com sua elevação à categoria de município e distrito com a denominação de Fronteira, pela Lei estadual nº 2764, de 30 de dezembro 1962, desmembrando-o do município de Frutal.

A sede municipal está localizada no atual distrito de Fronteira, constituído do distrito sede instalado em 01 de março de 1963. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro 1963, o município é constituído apenas do distrito sede o que permanece até divisão territorial datada de 2001.

Pela Lei municipal nº 1.161, de 07 de maio de 2004, foi criado o distrito de Santo Antônio do Rio Grande e anexado ao município de Fronteira. Em divisão territorial datada de 2005, o município consta com 02 distritos, Fronteira e Santo Antônio do Rio Grande, assim permanecendo até a última divisão territorial efetivada de 2007. (IBGE, 2007).

#### **2.4.26.2. Patrimônio Imaterial de Fronteira**

##### **➤ Dos saberes, dos ofícios e modos de fazer**

##### **✓ Culinária:**

Doces de leite fabricados de modo artesanal, localizado na Lagoa Seca, pelos irmãos Beti e Milton. A fábrica de fundo de quintal mantém o modo tradicional de fazer doces de leite, sem conservante ou corante, de diversos pontos de fervura e misturas com frutas, no entanto o doce enrolado na palha de milho é o que o diferencia dos demais e o identifica culturalmente na região. O ofício de doceiros foi desenvolvido com aprendizagens obtidas na família durante gerações. Entre os jovens da família, apenas um sobrinho se interessou em manter a tradição, alegando que o modo artesanal é muito trabalhoso, mas é o que o faz diferente entre os demais. Se aumentar a produção para aumentar o lucro, necessitaria de contratação de funcionário, mão de obra difícil de encontrar na região.

Atualmente, segundo Milton, para a embalagem na palha de milho, sua produção necessita de 70 mil peças mês, o que também está enfrentando dificuldade de encontrar, na qualidade que necessita.



Figura 178: Produção de doce de leite na palha.



Figura 179: Produção de doce de leite na palha.

### ✓ **Pratos Típicos**

Os pratos típicos já estão bem descaracterizados, no entanto em restaurante da cidade foi encontrado o tradicional feijão tropeiro, carne de porco, sempre acompanhado de farinha de mandioca. Ainda variedade de peixe, ao molho ou frito e pirão de peixe com farinha de mandioca. Supostamente pela influenciado pela atividade da pesca no Rio Grande e na Represa Marimbondo e ainda pelos costumes adquiridos com os índios.



Figura 180: Foto tirada em restaurante da cidade



Figura 181: Foto tirada em restaurante da cidade.

- Trabalho artesanal em aproveitamento do bagaço de cana de açúcar: Projeto desenvolvido na Emater - MG, atualmente.

✓ **Ofício:**

\* Pesca artesanal

Família da Dona Maria do Socorro.

A pesca artesanal é uma prática de pescaria que e usa única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador, mesmo em todas as variantes de espera.

A participação do homem em todas as da atividade é total. Baseada em conhecimentos adquiridos por ancestrais, ou pela interação com os companheiros. É sempre realizado com embarcações pequenas, contando com a experiência de observação dos mastros, ventos e mares.

Utilizam linhadas com puças, figas, redes, tarrafas, espinheis e outros equipamentos utilizados com a habilidade humana.

➤ **Das Celebrações e Rituais**

Festas juninas: Há uma grande ligação com as festas juninas em Fronteira. As festividades juninas são apresentadas em escolas, praças e no projeto social para idosos. Os idosos confeccionam roupas apropriadas para o evento, e dança coreografia ensaiada para sua apresentação.

Festa dos Santos Reis: em 06 de janeiro. Participação da Folia de Reis Estrela do Oriente.

A festa é uma das mais populares e difundidas manifestações brasileiras, sendo uma festa folclórica e religiosa ao mesmo tempo. Reuni devoção e confraternização em homenagem aos três Reis Magos: Gaspar, Melchior e Baltazar, e tem como ponto alto o encontro das tradicionais bandeiras, acompanhada de cantoria e representações.

No Encontro das Folias de Reis de municípios vizinhos ocorridos neste município participaram até 34 Companhias de Reis, segundo relato dos moradores. Nesse ano 19 Companhias participaram.



Figura 182: Folia de Reis Estrela do Oriente (Fonte: Secretaria de Cultura de Fronteira).

- Aniversário da cidade, comemorado em 18 de Julho. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Cultura nos dias 18 a 21 tem a realização da festividade “FRONTEIRA EM FESTA”, com desfile com carros alegóricos que retratam história do município e sua ligação com a atividade rural. Contam com presença dos Foliões de Reis, e ainda barraquinhas com espaço para divulgação dos artigos desenvolvidos pelos artesãos locais e da culinária.



Figura 183: Desfile no Aniversário da Cidade. (Fonte: Secretaria de Cultura de Fronteira).



Figura 184: Desfile no Aniversário da Cidade. (Fonte: Secretaria de Cultura de Fronteira).

- Festa de Nossa Senhora de Fátima - com quermesse em devoção a Padroeira da cidade.

Tendo barraquinhas com quitandas e doces da culinária tradicional; pão de queijo, rosquinhas, bolos de fubá, doces de frutas e leite.

- Festa de São Sebastião

- Congresso de Jovens da Igreja Missão da Fé. / Dia 11 de Agosto Colorindo o Céu de Fronteira (Festival de Pipas) / Dia 31 - 1ª Mostra “Dança Fronteira”.
- Mutirão dos pescadores: desenvolvido entre os pescadores para a limpeza das margens da Represa Marimbondo, devido ao descaso dos turistas nesse ambiente de lazer. Motivação do Projeto Circuito das Águas.

### ➤ Das Formas de Expressão

- Anúncio de falecimento em autofalante percorrendo as ruas da cidade. Fato percebido no momento da nossa presença na cidade, no desenvolvimento da pesquisa. Prática tradicional muito comum nas cidades do interior, apesar dos meios mais modernos de comunicação.
- Música sertaneja: tocada e apreciada nos lugares públicos da cidade, como também nas residências. A música sertaneja é a que mais identifica no interior do estado de Minas Gerais. Normalmente tocada em quase os estabelecimentos e lares das cidades, principalmente depois da aceitação do estilo musical em outras cidades do país.
- Fanfara da Escola Joao Kopke, tradicional escola pública da cidade.



Figura 185: Fanfara da Escola em desfile cívico do município. (Fonte: Secretaria de Cultura de Fronteira).

Em abril deste ano ocorreu no dia 27 “1ª Mostra Fronteirense de Talentos Musicais”, e ainda está na programação o Festival de Teatro Amador, Apresentação Musical Jovens Aprendizes Escola de Música Tecla 2000, Apoio ao Quinto Recital de Poesias.

- Artesanato:

- Tecelagem, artigos em couro (bolsas de couro, e cantil), ianduti (trabalho feito com trançados de linha), tapetes em retalho e pirogravura (técnica de desenhos com aparelho de queima na madeira). Os artigos artesanais estão disponíveis para venda na Loja da Associação dos Artesãos. A produção do tear se destaca entre as demais, e é feita em um prédio separado, cedido pela prefeitura.



Figura 186: Artesanato em couro, tecelagem e tapetes de retalho a venda na loja da Associação.



Figura 187: Produção do tear e os tecelões.

As tecelãs relataram que também participam de feiras na cidade ainda de feiras itinerantes em outras localidades, contando em parte com apoio da prefeitura nos gastos com o transporte.

Segundo os relatos de Valéria Algumas artesãs preferiram desligar do projeto, que iniciou com 180 participantes, e hoje tem apenas seis tecelãs. As mesmas desenvolvem suas peças em casa, e vende esporadicamente, desmotivadas pela falta de retorno rápido.

A tecelagem foi desenvolvida pelo Projeto Vó Divina, com iniciativa do Sebrae, buscando o resgate tradicional mineiro, e ainda uma alternativa de ganhos as pessoas da cidade, aproveitando o Turismo em torno da Represa Marimbondo.

### ➤ **Dos Lugares de Valor paisagístico, histórico, arquitetônico e de Manifestações Culturais**

- Distrito de Santo Antônio do Rio Grande
- Gruta Nossa Senhora de Lourdes
- Monumento do Cristo na entrada da cidade
- Paróquia de Nossa Senhora de Fátima

- Capelinha na Vila Reis
- Clube dos Fortes
- Clube de Furnas
- Campo Mauricio Vilar
- Clube Náutico
- Antigo Hotel de Furnas, onde funciona a Secretaria de Educação e Cultura, a Biblioteca Municipal, tem seu espaço também utilizado para eventos culturais.
- Prédio de Abastecimento de Água - Inaugurado por Juscelino Kubistchek.
- Represa Marimbondo: lugar de lazer e prática da pesca artesanal e esportiva.



Figura 188: Usina Marimbondo.

## TOMBAMENTO

- **Monumento Bernardão:** (Bem Tombado pelo Município)
- O monumento projetado pelo arquiteto Júlio Guerra, representa os cortadores de cana que ajudaram no início da construção da cidade. Este está localizado na avenida principal da cidade.

O Conselho de Patrimônio Cultural do Município de Fronteira – MG confere a Lei nº 1216/2005, homologou o tombamento do Monumento Expresso “Escultura do Bernardão” pelo seu valor histórico, cultural, estético e gráfico.





Figura 189: Monumento “O Bernardão”.

Nas suas mediações acontecem os eventos culturais da cidade, e é onde localiza os principais pontos do comércio local e praça, com bancos e espaço de lazer.

## **3. RESULTADOS E CONCLUSÃO**

O diagnóstico do levantamento preliminar, resultante da análise integrada do conjunto de informações levantadas in loco, como também das fontes secundárias, foi possível reconhecer o contexto cultural na qual poderá ser implantada a LT 500 KV, Marimondo II - Assis, podendo assim identificar os possíveis impactos a serem gerados a partir da implantação e operação do empreendimento. Com estes dados previamente levantados, caso necessário, medidas mitigadoras e compensatórias adequadas às especificidades locais e regionais, bem como Planos e Programas Ambientais associados, serão indicadas e consolidadas

A possibilidade de ampliar e compartilhar novos conteúdos com os dados levantados, diante da pouca historiografia disponível de alguns municípios, favorece o acesso de várias áreas do conhecimento, independente da faixa etária, começando pelo uso do material nas escolas, com apoio das instituições e secretarias responsáveis.

A história de algumas regiões do Brasil, e em especialmente os municípios de menor expressão econômica, está dispersa em vários documentos, que após analisados tornam-se verdadeiros patrimônios nacionais. Com o presente levantamento, funcionários de bibliotecas e de museus, quando necessário, foram orientados sobre a conservação e divulgação destes documentos para a comunidade. Muitos deles estão dispersos em regiões distintas, devido às antigas divisões territoriais a qual pertenciam antes dos desmembramentos (comarcas, distritos, etc.) ocorridos ao longo da história.

Os históricos das cidades são resumidos e incompletos, disponíveis nos sites oficiais. Poucas as bibliotecas que contêm bibliografia que retratam a região ou do município, muitas vezes, sem a informação devida da atendente.

Recortes de jornais antigos e atuais omitem os dados da fonte, como datas, nome do jornal, edição e páginas.

Obras que retratam suas histórias são raras, salvo as cidades Echaporã, Assis, Marília, Mirassol, José Bonifácio.

No tocante ao contexto cultural, foi possível identificar a potencialidade de cada município, estabelecendo um roteiro de pesquisa local.

Tanto o diagnóstico em campo quanto as bibliografias consultadas indicaram que alguns municípios apresentam maior diversidade e riqueza de manifestações culturais, sendo eles, os que mais oferecem projetos e programas culturais, tanto locais como em outros municípios, mantendo acesas as suas manifestações culturais.

Ações significativas já estão sendo promovidas nos municípios de Assis, Marília, José Bonifácio, Oscar Bressane( Participação em eventos culturais de âmbito estadual), Fronteira, Icém (Carlinho do couro), Mirassol (SENAR, com os cursos de Turismo Rural e ofícios ligados a tradição do campo), Jaci (Lar São Francisco), e Barbosa (Tadeu). Muitos deles são de iniciativa de pessoas sem vínculo com cargos políticos ou educacionais.

Dentro dos dados levantados pode-se observar que as práticas culturais existentes estão ligadas a tradicionalidade, e que tem muito com os processos históricos de formação das regiões, tanto mineiros como paulista.

A sua formação cultural e na origem das suas tradições regionais, segundo estudo de muitos historiadores, pode ter sido está relacionado ao seu fator geográfico. Esta questão levou a aos habitantes da província a um isolamento natural, tornando o tipo retraído e interiorano, em relação às primeiras regiões colonizadas, situadas ao longo do litoral, e mais ligadas ao mundo pelo acesso às relações comerciais mantidas entre portos. Pagamento de promessas, cantigas, danças, orações, cortejos, homenagens aos santos padroeiros, foram atribuídos hábitos trazidos pelos portugueses agrários, de aldeias pequenas e pobres, sem qualquer mediação com a vida urbana, que trouxe consigo a religiosidade, valores tradicionais de festas em louvor a santos, e culto à vida doméstica, tanto no cotidiano paulista, quanto mineiro.

Em outra reflexão, no período do ouro a grande migração de pessoas de todos os lados, tanto do Brasil como da Europa e a busca por riquezas muda drasticamente o cenário ocupado por arraiais isolados e pobres, passando a ter acesso à riqueza e desenvolvimento, com igrejas e esculturas talhadas em ouro, dedicadas ao encontro do espírito como o divino, valores incorporados com a igreja católica, apoiada na pompa e ostentação.

Se por um lado recebeu influencias europeias, indígenas e africanas, por outro lado, questões estão ligadas a soluções particulares, criadas em função dos desafios de cada meio ambiente, definindo as suas heranças culturais, formando grupos culturais distintos, percebidos nas técnicas de reprodução dos meios de vida cotidianos particulares de cada um.

Nas cidades de Marília e Assis percebeu-se uma menor identidade regional tradicional, demonstrando uma maior adesão das novidades trazidas pelos novos tempos da tecnologia. Estas se justificam por serem cidades maiores, com maior número de ocupação na zona urbana, maior oferta de oportunidades profissionais, atraindo pessoas de várias partes do país e ainda para suas Universidades, mesmo assim possuem projetos e programas culturais de resgate a cultura tradicional, sendo divulgadas nas escolas e também nos trabalhos acadêmicos. Nas cidades pequenas, próximas dos grandes centros, necessitaram da infraestrutura das maiores, causando uma dependência empregatícia e educacional em nível superior, perdendo assim o vínculo com a cultura local.

Até o momento, nos municípios, pouquíssimas benzedeiros foram encontradas, e nenhum raizeiro foi mencionado pelos moradores dos municípios.

Para maiores informações sobre os dados buscados, foi procurado criar uma rede de contato com os moradores, nos informando de algum dado assim que lembrassem, ou que seria visto com mais importância após o nosso contato e a explicação sobre a importância da pesquisa.

Com os dados fornecidos pelos moradores e ainda com as fontes previamente levantadas, foi possível identificar, e contatar os produtores das práticas culturais.

Alguns não foram encontrados, pois tem atividades em lugares distintos, levando a procurá-los por algumas vezes mais, certificando das informações que recebíamos eram coerentes com que era procurado.

A maior dificuldade é a falta de entendimento sobre o objetivo do levantamento cultural. Muitos querem que visitemos várias pessoas para fornecer dados que não fazem parte da pesquisa, o que nos deixam muito constrangidos por não poder atender aos pedidos de visita ou mesmo de hospedagem para vivenciar suas histórias.

No primeiro contato com os entrevistados, alguns se mostraram desconfiados com as perguntas. No decorrer da conversa informal, manifestaram carência em relação à falta de importância que muitos dão ao passado, demonstrando muita satisfação em nos contar com nostalgia, as histórias e causos dos bons tempos antigos, lembrando dos pais e de como receberam os ensinamentos cotidianos, considerados como simples para alguns, mas que hoje são hábitos valorizados como a riqueza do Patrimônio Cultural, tão rara de encontrar e difícil de preservar.

Os ofícios de laçador de animais, domador e captura de animais soltos eram praticados nas atividades diárias das fazendas. Atualmente viraram ofícios separados, atendendo nas cidades, o pedido de proprietários de animais para uso de algum esporte ou lazer, como provas de tambores, hipismo. Estes saberes fazem parte de um grupo de pessoas que adquiriram a prática rural cotidiana e com a falta de espaço no campo, adaptou suas experiências culturais no novo mercado urbano, principalmente dessa região paulista.

Projetos sociais ou Associações e sindicatos de produtores rurais, demonstraram ter mais preocupação com o resgate cultural do que os apresentados em grande parte pertencentes às pastas de responsabilidade da cultura. Foi percebido que as ações culturais e sociais estão desarticuladas da educação. Nas escolas e algumas Secretarias de Cultura pouco se conhece das tradições, salvo em datas comemorativas, como o dia do folclore, onde o assunto é tratado como algo bem distante da atualidade. Praticamente em grande parte das cidades levantadas, os atores culturais, ligados aos saberes e ofícios (artesão) não tem espaço para suas manifestações, e quando existe, em grande parte é em outro município. A escola os desconhece. As feirinhas são quase inexistentes, e os locais de exposição de artesanato são raros, e muitos se encontram fechados em boa parte do dia por falta de pessoas para atender.

As manifestações tradicionais, como: folia de reis, catiras e benzeduras, apesar de estarem presente em quase todas cidades levantadas, estão em grande parte limitados ao conhecimento de pessoas idosas, correndo assim o risco de acabar pela falta de divulgação nas escolas, aumentando mais ainda a limitação do conhecimento cultural.

O diagnóstico dos municípios demonstrou que há predominância de habilidades e experiência em couro e madeira, e trato com animais, praticamente utilizado pelos os homens, no que se refere aos trabalhos manuais (crochê e bordado) predomina a prática das mulheres. Há uma grande presença de Festividades religiosas em devoção a distintos santos, com rituais tradicionais: procissão, missa, terços, leilões, mesmo nos lares urbanos.

Festa de Peão e de Rodeio, estão presente em praticamente todas as cidades levantadas. E ainda Cavalgada e comitivas.

Na culinária, a Queima do alho, presente nos principais eventos culturais, é um com resgate da prática alimentar tropeira.

O caráter preventivo é o mais indicado para o não desaparecimento de uma prática cultural, no entanto deparamos com situações de caráter reparador, devido aos impactos já causados anteriormente dos grandes trechos desmatados pelas grandes lavouras e pastagens, crendo assim, que os impactos causados pelo desmatamento da linha de servidão, pouco pode alterar ao quadro de quase desaparecimento de algum bem de natureza imaterial, visto que nenhum lugar de expressão cultural será prejudicado, nem mesmo o seu acesso.

## **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABREU, J. C. Caminhos antigos e povoamento no Brasil. Belo Horizonte: Ed. USP/Itália, 1998.
- ABREU, R.; CHAGAS, M. Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ALMEIDA, M. G. de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais – Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008.
- ALMEIDA, M. G. e D'ABADIA, M. I. V. Festas Religiosas e Pós-modernidade. Revista Geonordeste, Ano XX, n. 2, p. 59-82, 2010.
- ALMEIDA, R. H. O diretório dos Índios: Um projeto de civilização do Brasil do século XVII. Brasília, DF, 1997.
- ALMEIDA, V. C. Goyaz: Usos, costumes, riquezas. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1944.
- AMBIENTE BRASIL. Geomorfologia. Histórico da ocupação do território brasileiro. Brasil, 2013. Disponível em: [http://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/geomorfologia/geomorfologia\\_-\\_historico\\_da\\_ocupacao\\_do\\_territorio\\_brasileiro.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/geomorfologia/geomorfologia_-_historico_da_ocupacao_do_territorio_brasileiro.html) - Acesso em 19 de ago. 2013.
- ARAÚJO FILHO, J. R. O café, riquezas paulistas. In: Boletim Paulista de Geografia, 23, São Paulo, 1956.
- ATAIDE, J. M.; MACHADO, L. A.; SOUZA, M. A. T. Cuidando do Patrimônio Cultural. Goiânia: UCG, 1997
- AUDRIN, Frei J. M. Os sertanejos que eu conheci. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1963.
- BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219 p.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASÍLIA. Decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm) - Acesso em 02 de set. 2013.
- BRAUDEL, F. Civilização Material, Economia e Capitalismo Século XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAY, S. C. Os primeiros povoadores e a posse da terra no vale do Paranapanema. Boletim de Geografia, a. 5, n. 1, 1987.
- CALMON, P. História do Brasil. Vol 4. Século XVIII Riquezas e vicissitudes; Século XIX: O Império e a Ordem Liberal. 2ª edição. RJ: José Olímpio Editora, 1963.
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

- CAPOBIANCO, E. José Bonifácio 100 anos- O fruto de perseverança, 2006
- CASTRO, Y. P. A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3626/1/afroasia\\_n4\\_5\\_p25.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3626/1/afroasia_n4_5_p25.pdf) - Acesso em 03 de set. 2013.
- CAVALCANTI, M. L. V. C; FONSECA, M. C. L. Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. 199 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884por.pdf> - Acesso em 02 de set. 2013.
- CAVALCANTI, P. São Paulo: a juventude do centro. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editorias, 2004.
- CAVALEIRO, A.A.; LAURITO, P.- Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto, s.n. 1929.
- COBRA, A. N. Em um Recanto do Sertão Paulista. São Paulo: Tipografia Hinnies Irmãos, 1923.
- D'INCAO, M. A.; NASCIMENTO, L. E. P. Presidente Venceslau: uma região, a cidade e sua gente. Presidente Venceslau: Ed. Letras Amargem, 2006.
- DI CREDDO, M. C. S. A propriedade da terra no Vale do Paranapanema: A Fazenda Taquaral (1850-1910). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1987.
- DOWBOR, L. A formação do capitalismo dependente no Brasil. Prelo, 1977.
- DUARTE, V. G. D. O Carreiro, a Estrada e o Santo: Um Estudo Etnográfico sobre a Romaria do Divino Pai Eterno. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UCG, 2004.
- ELLIS, J. O café e a Paulistânia. São Paulo, 1950.
- ESTRELA, C. B. História de Bálamo. Câmara Municipal de Bálamo, Estado de São Paulo. Disponível em: [http://www.cmbalsamo.sp.gov.br/municipio/historia\\_balsamo.pdf](http://www.cmbalsamo.sp.gov.br/municipio/historia_balsamo.pdf) - Acesso em 19 de set. 2013.
- FABRA, C. São Vicente - Primeiros Tempos. São Vicente: Osvan Luiz de Mello, 2010.
- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2ª ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1975.
- FAUSTO, B. História do Brasil. 9ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERREIRA, H.P.; SQUEFF. E. A Origem dos Nomes dos Municípios Paulistas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima- CEPAM. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- FERREIRA, J. P. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XXXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. Diálogos. v. 10, n. 3. 2006. <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526866005.pdf> - Acesso em 02 de set. 2013.



FREITAS, P. S.; SAMPAIO, R. C. Sinopse do Diagnóstico Socioeconômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro. Editora Record. 9ª ed. 1996.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 25 ed. São Paulo: Nacional, 1971.

GIMENES, C. E. R. A importância do patrimônio cultural imaterial na avaliação de impacto ambiental. UNEP: 2011. Disponível em: <http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf/estudos/CGimenes.pdf> - Acesso em 10 de out. 2013.

GIOVANETTI, B. Esboço Histórico da Alta Sorocabana. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1943.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Conheça SP. São Paulo, 2013. Disponível em: [http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/principal\\_conheca](http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/principal_conheca) - Acesso em 10 de set. 2013.

GUIMARAES, E. N. A Influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro. Artigo in: Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF> - Acesso em 15 de out. 2013.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, L. A Nova História Cultural. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca IBGE. Catálogo de documentos territoriais do Brasil. Estado de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> - Acesso em 01 de set. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Canal Brasil 500 Anos. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/> - Acesso em 10 de set. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Manual de aplicação do inventário nacional de referências culturais. Brasília: Departamento de Identificação e Documentação do Iphan, 2000. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3415> - Acesso em 29 de ago. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Os sambas, as Rodas, os Bumbas, Os Meus e os Bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 1936/2006. Brasília: Iphan/Departamento de Patrimônio Imaterial, 2006. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1800> - Acesso em 03 de set. 2013.

INVESTE SÃO PAULO, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, 2013. Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/setores/cana> - Acesso 11 de set. 2013.

IPHAN. Relatório final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. In: O registro do patrimônio imaterial. Brasília: IPHAN/ MinC, 3ª ed. 2008.

JACOB, L. Estação Memória. Orizona Goiás: Master Gráfica, 2012.

- JANOTTI, M. L. M. O coronelismo: uma política de compromissos. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAGARES, M. G. Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II. Ateliê Geográfico, [S.l.], v. 1, n. 2, dez. 2007. ISSN 1982-1956. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/3006/3060> - Acesso em: 20 de ago. 2013.
- LARAIA, R. B. Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.
- LEITE, J. F. A Ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LOURENÇO, L. A. B. O Triângulo Mineiro, do Império à República. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2010.
- MACHADO, C. C. A Folia dos Reis: Valores e manutenção de costumes. Dissertação de Mestrado, Goiânia: Dissertação de Mestrado/ PUC, 2012.
- MACHADO, P.A.L. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 2013.
- MATOS, O. N. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo, SP: Ed. Alfa- Omega, 1974.
- MATOS, R. J. C. Coreografia Histórica da Província de Minas Gerais 1837. v. 2, 1981.
- MILLIET, S. O roteiro do café: análise histórica demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo. São Paulo, SP. s.n,1938.
- MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN. O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/Iphan, 4 ed, 2006. <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.dojsessionid=A8F9857F40B0EE91E5F1B1C8490A3661?id=3170> - Acesso em 29 de ago. 2013.
- MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN. Patrimônio Cultural Imaterial: Para saber mais. São Paulo, 2007. <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/138/13767633911715480676.pdf> - Acesso em 29 de ago. 2013.
- MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Ed. Hucitec/Polis, 1984.
- MOURA, A. P. O Jequitinhonha e o Mucuri na história de Minas. Disponível em: <http://www.asminasgerais.com.br/?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=38&codConteudoAtual=154> - Acesso em 25 de ago. 2013.
- NASCIMENTO, R. N. Patrimônio industrial na cidade de Marília - SP: preservação e descaso. Revista Museologia e Patrimônio, 2010. Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/100/128> – Acesso em 10 de out. 2013.

NOVAIS, F. A; SEVCENKO, N. História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio. vol. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, A. R. A Dinâmica da fruticultura na Região de Dracena – SP. Pres. Prudente: FCT/UNESP, 2002. (Relatório de Qualificação ao Mestrado).

OLIVEIRA, L. C. A cidade de Marília. Monografia. Marília, 1970. (Lucílio Coelho de Oliveira)

ORTENCIO, B. Cartilha do folclore Brasileiro. Goiânia: Ed. UCG, 1996.

ORTENCIO, B. Cozinha Goiana. Goiânia: Ed. Kelps, 2011.

PALACÍN, L; MORAES, M. A. S. História de Goiás (1722-1972). 5ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PETRONE, M. T. S. A lavoura canavieira em São Paulo. Difusão Europeia do Livro, Coleção: “O Corpo e alma do Brasil”, v. 21, 1968.

PETRONE, M. T. S. O imigrante e a pequena propriedade. SP: Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, M. J. Museu, memória e esquecimento: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

PINHO, W. Salões e Damas do Segundo Reinado. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

PORTAL CIDADES PAULISTAS. Opy Editora. Estado de São Paulo. 2013. Disponível em: <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/mp-reg-adm.htm> - Acesso em 10 de set. 2013.

PRADO Jr., C. Evolução Política no Brasil e outros Ensaio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

PRADO Jr., C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. 8. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.

PRIORE, M. D. Mulheres no Brasil Colonial. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

RAMOS, R. H. P. A cozinha Paulista. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1996.

REZENDE, E. M. M. Uberaba: uma trajetória sócio econômica (1811-1910). Dissertação de Mestrado, UFG, Goiânia, 1983.

ROSA, E. O sertão da farinha Podre: Romance histórico dos primórdios. Araxá: Ed. Pead, 2011.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem à província de São Paulo [viagem de 1819-1822]. Tradução por Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.

SIGNORELLI, I. Identidade e tradição culinária em Bariani Ortêncio. Goiânia: Kelp, 2011.

SILVA, P. J. ; ALMEIDA, M. G. Territorialidade e desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do Cerrado Mineiro. In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes, Anais. Ouro Preto: 2001.

SOARES, I. V. P. Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro. Belo Horizonte: EF, 2009.

SOUSA, A. A. A formação histórica do Oeste Paulista: Alguns apontamentos sobre a introdução da migração japonesa. Artigo 2006, 2007 FCT/ UNEP- Presidente Prudente. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/243/pdf21> - Acesso em 20 de ago. 2013.

TEIXEIRA, M. F. Identidades territoriais Goiânia: a manifestação Cultural da Catira. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2006.

TERRA PAULISTA. Terra Paulista: Histórias, Arte, Costumes. Modos de Vida dos Paulistas: Identidades, Famílias e Espaços Domésticos. Imprensa Oficial/ Cenpec: 2008. Disponível em: <http://www.terrapaulista.org.br/costumes/> - Acesso em 10 de set. 2013.

TOBIAS, A. J. História de Campos Novos Paulista: Capítulos da Boca do Sertão do Paranapanema. Marília, SP: Editora da UNOESTE, 1990.

TRIVELLATO, F. T.; FILHO, A. P. Bacia do Rio do peixe – Planalto Ocidental Paulista: 90 anos de transformação do uso e ocupações das terras. Revista Geonorte - Edição Especial, Manaus, v.1, n.4, p. 656-666, 2012. Disponível em: [http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009\\_\(BACIA%20DO%20RIO%20DO%20PEIXE%20-%20PLANALTO%20OCIDENTAL%20PAULISTA%2090%20ANOS%20DE%20TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES%20DO%20USO%20E%20OCUPA%C3%87%C3%95ES%20DAS%20TERRAS\).pdf](http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_(BACIA%20DO%20RIO%20DO%20PEIXE%20-%20PLANALTO%20OCIDENTAL%20PAULISTA%2090%20ANOS%20DE%20TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES%20DO%20USO%20E%20OCUPA%C3%87%C3%95ES%20DAS%20TERRAS).pdf) - Acesso em 11 de set. 2013.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf> - Acesso em 29 de ago. 2013.

ZATERRA, V.S. Cone Sul, Adereços Indígenas e Vestuário Tradicional. Porto Alegre: Pallotti, 1999.

#### BANCO DE DADOS CULTURAIS CONSULTADOS:

- CD-Projeto: Sistematização da documentação referente ao patrimônio cultural imaterial do Estado de Goiás, convênio Iphan- Funape(UFG- Museu Antropologico), número 49/2006.

-Fundação Seade: Disponível em <http://www.seade.gov.br/> Acesso em 20/08/2013.

-Portal do Tião Carreiro. Mapeamento das Companhias de Reis do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.tiaocarreiro.com.br/interna.php?page=cultura&id=24>. Acesso em 25/09/2013.

-SENAC- Minas Gerais: Disponível em <http://www.descubraminas.com.br/Home/Default.aspx>. Acesso em 23/08/2013.

-Revelando São Paulo: <http://revelandosaopaulo.org.br/ry>. Acesso em 23/08/2013

-SUTACO-Superintendencia do Trabalho Artesanal nas Comunidades. Disponível em: <http://www.sutaco.com.br/> Acesso em 30/08/2013

-Viola Tropeira. Disponível em: <http://www.violatropeira.com.br/coisas%20de%20caipira.htm>. Acesso em 25/08/2013.